

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO  
NÍVEL MESTRADO**

**FERNANDA AL ALAM RIBEIRO**

**ÉTICA JORNALÍSTICA NA SOCIEDADE EM MEDIATIZAÇÃO:  
Estudo de casos múltiplos de experiências emergentes no Rio Grande  
do Sul**

**São Leopoldo**

**2020**

FERNANDA AL ALAM RIBEIRO

**ÉTICA JORNALÍSTICA NA SOCIEDADE EM MEDIATIZAÇÃO:  
Estudo de casos múltiplos de experiências emergentes no Rio Grande do Sul**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação, pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientador: Prof. Dr. Antônio Fausto Neto

São Leopoldo

2020

R484e Ribeiro, Fernanda Al Alam.  
Ética jornalística na sociedade em midiatização :  
estudo de casos múltiplos de experiências emergentes  
no Rio Grande do Sul / Fernanda Al Alam Ribeiro. –  
2022.  
154 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do  
Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em  
Comunicação, 2022.  
“Orientador: Prof. Dr. Antônio Fausto Neto.”

1. Ética jornalística. 2. Midiatização. 3. Jornalismo.  
4. Prática jornalística. I. Título.

CDU 659.3

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Bibliotecária: Amanda Schuster – CRB 10/2517)

## RESUMO

Esta pesquisa se desenvolve no âmbito dos estudos sobre midiatização e tem como foco a complexificação da ética jornalística na sociedade midiatizada. A partir de um estudo de casos múltiplos, buscou-se compreender como iniciativas de jornalismo *online* emergente explicitam a questão da ética jornalística no Rio Grande do Sul. A pesquisa está estruturada em torno de três capítulos: sendo dois teóricos, em um deles, desenvolvemos o conceito de midiatização e sua emergência na sociedade; em outro, abordamos especificamente a questão da ética jornalística. Já no terceiro capítulo, apresentamos as iniciativas e realizamos as devidas análises. O exame dos materiais se dá a partir do rastreamento do site das três iniciativas selecionadas – Nonada Jornalismo Travessia, Sul21 e Farol Jornalismo – e de entrevistas realizadas com alguns integrantes dos veículos. Os resultados dessa pesquisa indicam outras concepções de ética, as quais estão voltadas para mercados micro de jornalismo e centradas nas novas formas de ser da sociedade em midiatização.

**Palavras-chave:** Ética jornalística. Midiatização. Jornalismo. Prática jornalística.

## **ABSTRACT**

This research, within the scope of mediatization studies, focuses on the complexification of journalism ethics in the mediatized society. Based on a multiple-case study, it investigated how emerging online journalism initiatives explain the issue of journalism ethics in the Brazilian state of Rio Grande do Sul. The research is structured in three chapters. Two chapters are theoretical; one develops the concept of mediatization and its emergence in society, and the other specifically addresses the issue of journalism ethics. The third chapter presents the initiatives and the appropriate analyses. The materials examined are based on the tracking of the websites of three selected initiatives - Nonada Jornalismo Travessia, Sul21, and Farol Jornalismo - and interviews with some members of the media. The results indicate other conceptions about ethics focused on journalism micro-markets and centered on the new ways of being in the mediatized society.

**Keywords:** Journalism ethics. Mediatization. Journalism. Journalism practice.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Site Nonada .....	90
Figura 2 – Projeto Veredas.....	91
Figura 3 – Observatório da Censura.....	92
Figura 4 – Seleção de novos colaboradores .....	93
Figura 5 – Espaço do leitor.....	99
Figura 6 – Site Sul21 .....	111
Figura 7 – Tá na rede Sul21.....	112
Figura 8 – Especiais Sul21 (Gentrificação) .....	113
Figura 9 – Site Farol Jornalismo.....	133
Figura 10 – Apoiadores Farol Jornalismo .....	134
Figura 11 – Disposição das matérias Farol .....	135

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Publicações Nonada (2019).....	94
Tabela 2 – Subeditorias Sul21.....	111

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>7</b>
<b>2 JORNALISMO: SOCIEDADE DOS MEIOS A SOCIEDADE MIDIATIZADA</b> .....	<b>21</b>
2.1 Jornalismo na Sociedade dos Meios .....	27
2.2 Jornalismo na Sociedade Midiatizada .....	42
<b>3. PROCESSOS ÉTICOS – JORNALÍSTICOS</b> .....	<b>57</b>
3.1 Sociedade dos meios e a ética da objetividade.....	65
3.2 Novos jogos de interação – novos modelos de ética .....	71
<b>4. ESTUDOS DE CASOS MÚLTIPLOS</b> .....	<b>82</b>
4.1 Construção dos casos.....	83
4.2 Apresentação do coletivo Nonada – Jornalismo travessia .....	85
4.2.1 Entrevista com Rafael Gloria – o idealizador, editor e jornalista.....	100
4.2.2 Thais Seganfredo – editora e jornalista.....	104
4.3 Apresentação do Sul21 .....	109
4.3.1 Ana Ávila – editora chefe.....	115
4.3.1 Luís Eduardo Gomes – jornalista e escritor.....	125
4.4 Apresentação Farol Jornalismo .....	132
4.4.1 Moreno – Idealizador e editor .....	135
4.5 Dimensões éticas .....	143
4.6 Inferências em torno do capítulo .....	146
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>149</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>152</b>



## 1 INTRODUÇÃO

A produção de uma dissertação é um processo de idas e vindas, de incertezas e até medos; para chegarmos até aqui, houve um percurso desde o ingresso no mestrado, realização de disciplinas, orientações e estudos que foram engendrando a pesquisa. E acredito que explicitar esse caminho seja imprescindível para que o leitor possa compreender as transformações e os avanços necessários desta investigação, desde o ingresso no mestrado até o presente momento.

Em 2017, momento que me inscrevi para a seleção do mestrado, a proposta de dissertação que apresentei estava ancorada na temática da “liberdade nas rotinas produtivas” e em torno de uma pergunta que na ocasião se caracterizava da seguinte forma: “quais os limites da liberdade dos Jornalistas Livres?”. Logo na entrevista me deparei com o primeiro “desassossego”, pois fui questionada sobre o fato de olhar para os atores procurando limites e não também suas potências; naquele momento, desconstruiu-se uma parte da construção do tema, do problema e dos elementos da própria pesquisa, os quais se caracterizavam na busca de limites da liberdade na prática do coletivo Jornalistas Livres.

Entretanto, hoje quando olho para aquele momento de seleção, compreendo melhor o contexto e as angústias que me levaram a propor um projeto de dissertação trazendo o tema de liberdade no fazer jornalístico e seus limites. Depois dos acontecimentos ocorridos em junho de 2013 – no qual vivenciamos manifestações de multidões nas ruas com variadas pautas e reivindicações, e ainda uma acelerada multiplicação de produtores de conteúdo –, vivia-se ainda uma “ressaca” da complexificação dos papéis de produtor e do receptor, gerando incertezas sobre o papel do jornalista na sociedade em vias de midiatização; retornaremos a essa questão de forma mais detalhada no segundo capítulo.

Ainda em meio a esse “caos” das manifestações, era nítida a dificuldade da mídia hegemônica em traçar retratos daqueles acontecimentos, pois as pautas/reivindicações eram múltiplas e difíceis de serem normalizadas ou padronizadas. Logo, muitos estudiosos passavam a assinalar uma transformação no poder de mediador de discursos, tradicionalmente atribuído à grande mídia; somando-se, ainda, uma proliferação das narrativas oportunizada pela midiatização e obtendo entre seus efeitos a pulverização de sentidos sobre as manifestações e outros fatos de mesma natureza.

As jornadas de 2013 e a popularização das técnicas de produção comunicacional – no sentido da massificação de dispositivos móveis, capazes de captar e divulgar os acontecimentos de forma “simplificada” – mostraram a potência de novos espaços múltiplos para a produção da notícia. E, de lá para cá, esse cenário vem servindo como pano de fundo para a criação de vários coletivos de jornalismo independente e de meios de comunicação articulados às práticas de uso das redes sociais, no contexto da sociedade midiaticizada.

Isso se deve ao fato das manifestações terem sido um terreno fértil para a invenção de estratégias comunicacionais por parte dos manifestantes. Afinal, essas estratégias foram diversas, como a campanha libere sua internet – que convidava os moradores, dos locais por onde passava o ato, a liberar o sinal de internet residencial para que o conteúdo da cobertura fosse publicado em tempo real.

Sendo assim, o projeto que foi entregue para a seleção transparecia as angústias que mais me cercavam naquele momento, pois eram visíveis as transformações do jornalismo, como: critérios de noticiabilidade, novas formas de produção da notícia, processos de convergência digital e a crise da empresa jornalística também enquanto modelo de negócio. Como uma das consequências dessas transformações, criou-se dezenas de iniciativas de jornalismo independente, na busca por ocupar os vácuos entre produtores e leitores, na cobertura de questões sociais.

Assim, após ser selecionada e ingressar na linha de Mídia e Processos Sociais, pensei que o processo de pesquisa seria aquele ao qual eu estava familiarizada, isto é, levantamento do referencial teórico para, depois então, partirmos para o empírico. Porém, o que se deu foi um processo de inversão, pois, ao invés de avançar direto para a questão teórica, fui convidada a mergulhar nos empíricos que envolviam a proposta de pesquisa, de modo a buscar assim um melhor entendimento da temática de fenômenos emergentes e dos seus possíveis observáveis, por meio de um mapeamento de suas regularidades e especificidades.

De início, esse foi um movimento difícil, pois fui convidada a entrar nos empíricos visando uma compreensão mais sistemática e complexificante de alguns dados que envolviam o coletivo Jornalistas Livres, já que esses poderiam facilitar no sentido da eleição de conceitos para, então, seguir em frente e chegar à investigação. Aceitando o desafio, deixei-me ser absorvida por uma experiência cuja melhor metáfora é: “Alice no País das Maravilhas”, pois esse processo, além de

encantador, era cheio de medos e incertezas, e a todo o momento o coelho me dizia: é tarde, é tarde...

Essa metáfora descreve perfeitamente o sentimento que tive ao aceitar o convite feito pelo orientador, e algumas disciplinas, de mergulhar no “mundo” dos empíricos e, assim, buscar mapas e pistas de como o coletivo, Jornalistas Livres, explicitava suas práticas e relações de trabalho. Logo, estudos sobre midiatização, mudanças no capitalismo e no trabalho foram se tornando imprescindíveis para o adensamento da pesquisa e para uma melhor compreensão dos dados levantados na etapa de mergulho nos empíricos.

O mapeamento do Jornalistas Livres me levou a entender a rede que o coletivo criava, bem como as parcerias que se explicitavam ao seu redor. Para tanto, foi necessário buscarmos materiais como: entrevistas e palestras dos integrantes e compartilhamentos de suas matérias. Essa etapa foi fundamental para entender alguns movimentos dos atores da pesquisa e indagar outros, tais como: a falta de jornalistas remunerados no coletivo, equipe formada por jornalistas com vasta experiência na grande mídia; a falta de transparência nas fontes de financiamento; o alto fluxo de conteúdo publicado, entre outros.

Após este primeiro movimento de olhar o empírico e mergulhar em leituras, tal como mencionado acima, foi necessário voltar ao projeto de ingresso no mestrado e pensar o que nele devia ser revisto. Um dos primeiros passos era reformular o problema de pesquisa, levando em conta os desassossegos da entrevista e os dados emergentes, assim, remodelamos da seguinte forma: “como os jornalistas livres explicitam a liberdade no coletivo no contexto da sociedade em vias de midiatização?”. Dessa forma, buscávamos compreender como era caracterizada a liberdade para aqueles jornalistas, e assim passou-se a organizar e a fichar os materiais do Jornalistas Livres a partir do problema então proposto.

Porém, ao organizar os materiais de acordo com a perspectiva da nova pergunta, vários indícios ofereciam pistas a nossa pergunta de pesquisa. Dentre eles, um me parecia central: quando, ao se descreverem no site, afirmavam, repetidamente em variações textuais, “Somos nossos próprios patrões e nossos próprios empregados”. Ou seja, algumas falas dos idealizadores do projeto mostravam que essa liberdade se tratava de uma ausência de patrão nos moldes do mercado formal de trabalho.

Dentre esses indícios, há outro que cabe aqui destacar para assim ressaltar a importância dessas novas iniciativas dentro dos espaços institucionais de jornalismo: uma palestra realizada em agosto de 2017 por uma das idealizadoras do projeto Jornalistas Livres – Laura Capriglione – no I Congresso Estadual Extraordinário dos Jornalistas do Ceará, realizado no sindicato dos jornalistas do estado, no qual a discussão proposta cercava a seguinte temática: “O Jornalista e as mudanças no Jornalismo e no mundo do trabalho”.

Dois pontos me parecem importantes enfatizar: o local do evento e a sua temática, pois apontam para uma ocupação, por parte de veículos descentralizados, a espaços duros e institucionalizados. Ou seja, coletivos de jornalismo alternativo passam a ocupar, além das redes e das ruas, também, os espaços institucionais, fortalecendo assim sua disputa pelas narrativas vigentes na sociedade.

É interessante aqui destacarmos os elementos implícitos entre o dito e o não dito, e atermos para algumas sutilezas que rondam a presença de Capriglione em um congresso que discute as mudanças do jornalismo e no mundo do trabalho, sediado especificamente em um sindicato. Sendo os sindicatos instituições por definição, histórico e sustentabilidade, defensores do trabalho formal e remunerado, que articulações e transformações da atual sociedade possibilitam a parceria entre um coletivo de jornalismo – que caracteriza sua prática como trabalho, porém sem remuneração – e um sindicato?

Deste modo, é intrigante que essas instituições, para pensar saídas para a profissão, comecem a construir redes com o jornalismo independente, pois, de certa forma, este fato aponta uma transformação de mercado sendo absorvida pelos sindicatos. Na abertura da fala de Capriglione, logo abaixo, essa parceria torna-se mais aclarada:

Bom, eu vim falar dessa questão do surgimento dessas novas mídias e como elas podem servir para garantir a vida dos profissionais, que quer dizer a questão da sustentabilidade nas novas mídias. Eu acho que é uma das coisas mais importante, interessantes e mais instigantes da nossa época. Porque, de fato, com tudo isso que a professora falou, o Jornalismo no Brasil especificamente vive uma crise mais aprofundada do que a crise que vivemos em outros países. Porque a crise que nós vivemos em outros países é aquela crise pela disputa vigente atualmente entre os “jornalões” tradicionais, as televisões tradicionais, as mídias tradicionais e isso tudo que surgiu em decorrência da internet (...). Como disse o Umberto Eco, tem um monte de idiotas disputando a primazia da comunicação com os profissionais, com as pessoas que têm conhecimento, mas eles têm o direito de fazer isso nas redes sociais. E seria uma estupidez lutar contra o espírito e dizer: não, agora, vamos censurar todo mundo que tá falando sem

ter o diploma, sem ter passado por uma redação; primeiro porque é estúpido, segundo porque seria uma censura, terceiro seria uma truculência. Laura Capriglione, 2017<sup>1</sup>

Conforme podemos perceber na fala de Laura, a jornalista faz um pequeno diagnóstico da crise no Brasil, no qual me parece denominar que se trata de uma crise de representação nas narrativas que disputam sentido no âmbito da notícia. Ocorreram-me, ainda, algumas indagações sintetizadas numa hipótese provisória, de forma que os componentes apontavam para uma nova lógica do conceito de trabalho e práticas no âmbito jornalístico, típico de uma sociedade em vias de midiáticação. Porém, no mapeamento, já citado acima, também ficou claro que o coletivo apresentava poucas iniciativas de sustentabilidade e de inovações dentro do leque de possibilidades manifestadas pela sociedade midiaticada.

Neste cenário, esses senões fazem com que, nesta fase, alguns “fantasmas” começassem a aparecer de maneira mais clara; talvez a eleição do coletivo problematizado nessas condições não fosse suficiente para a pesquisa, em construção, nos moldes que se vinha formulando. Naquele momento, notava ainda elementos apontando que a pesquisa caminhava para entender os processos de transformação do jornalismo no contexto da sociedade midiaticada e os arranjos criados por novas iniciativas de práticas jornalísticas; porém, embora inserida no contexto de jornalismo de rede o Coletivo Jornalistas Livres, ainda apresentava muitas de suas práticas calcada nos modelos de negócio do início do século XX.

Notou-se, pois, ao analisar os rastros e o site do Jornalistas Livres de maneira mais minuciosa que o coletivo realizou apenas uma campanha de crowdfunding (financiamento coletivo) em julho de 2015, ou seja, essa foi a sua única arrecadação até então anunciada. Em 2015, quando o coletivo anunciou o financiamento, o valor pretendido de arrecadação prometia suprir demandas de uma sede equipada com internet para encontros presenciais que aconteciam semanalmente.

Porém, após quatro anos do crowdfunding, não houve mais nenhum outro tipo de arrecadação anunciado. Importante mencionar que o coletivo não possui anúncios em seu site; mesmo assim, vê-se que o fluxo de conteúdo no site continua alto, publicando matérias produzidas no Chile, na Venezuela e em vários locais do interior do Brasil. Suas reportagens ou matérias também pouco inovam em termos

---

<sup>1</sup> [https://www.youtube.com/watch?v=Msx\\_B9jVTIM](https://www.youtube.com/watch?v=Msx_B9jVTIM)

de produção, mantendo os modelos a partir dos cânones da prática jornalística, mas sendo transferidos para a rede.

Esses indícios, acima descritos, apontam para um financiamento pouco claro e em desacordo com as propostas atuais de sustentabilidade das novas iniciativas, em que se procura explicitar suas formas de financiamento, inclusive na parceria financeira com o leitor, através de cursos e financiamentos coletivos para a produção de reportagem. Assim, a pesquisa dá uma guinada e começamos a olhar para outros processos de transformação do jornalismo que se manifestavam na sociedade midiaticizada, segundo arranjos criados por novas iniciativas de práticas jornalísticas. Sabemos que no século XX se assentam as lógicas de organização de iniciativas jornalísticas seguindo premissas empresariais de lucratividade, ainda que com valores de autonomia e emancipação. Entretanto, no século XXI, observa-se que a midiaticização em processo vem transformando tanto a maneira de se fazer jornalismo como também os modelos de negócio. Ou seja, as mudanças nos meios de produção acabam por alterar as relações de trabalho, bem como os processos interacionais que envolvem sistemas de produção e de recepção de mensagens.

Especificando melhor o que afirmo acima, hoje vemos uma grande transformação nas fontes do jornalismo com a ascensão do jornalismo de dados, os algoritmos passam a ser também os detentores da informação e a notícia é produzida pelos que possuem a capacidade de ler, produzir, agenciar e por em circulação os dados. Portanto, a mudança não está localizada apenas no mercado e no maior número de emissores, mas na forma e nas condições de como esses emissores produzem a notícia.

É importante enfatizar que a ambiência da sociedade midiaticizada transforma a processualidade da prática jornalística; isto é, critérios de noticiabilidade, valor notícia e conceitos de recepção passam a ser remodelados para se adequarem a uma sociedade que se apropriou dos meios de produção e os reinventa a cada dia. Se a forma de fazer notícia se transforma, a “audiência” também vem passando por grandes mutações, os papéis de produtor e de leitor passam a se atravessar, complexificando essa relação e seus limites.

Em vista da atual construção do problema da pesquisa – como se dão os processos de transformação do jornalismo independente, no contexto da sociedade em midiaticização? –, partimos para uma nova busca de quais observáveis, no contexto das experiências de jornalismo independente, poderiam fornecer dados

para uma revisão do problema de pesquisa. Para tanto, recorri a outro universo de observáveis utilizando especificamente o Mapa do Jornalismo Independente realizado pela agência Pública de Jornalismo.

O Mapa apresenta-se como ingrediente de visibilidade e de sintomas para a questão que me inquieta. Ou seja, depois de 2013, vê-se um crescimento exponencial na criação de novas iniciativas de conteúdo jornalístico; perante esse crescimento, a Agência Pública propõe um guia para compreendermos de forma mais clara esse cenário em expansão e, assim, fomentar novas experiências de jornalismo no Brasil.

Segundo metodologia disponibilizada no site da Agência, a construção do mapa se deu a partir de alguns passos. Primeiramente, foi feito um levantamento inicial, de novembro de 2015 a fevereiro de 2016, no qual se chegou a pouco mais de cem experiências de jornalismo, seguindo como critério alguns requisitos metodológicos organizados pela própria agência, tais como: organizações que produzissem conteúdo primordialmente jornalístico; organizações que nasceram na rede; projetos coletivos que não se resumem a *blogs*; sites não ligados a grandes grupos de mídia, políticos, organizações ou empresas.

Vale ainda enfatizarmos um dos critérios, tal qual se apresenta no site:

Blogs não entraram porque geralmente são iniciativas individuais, com tom pessoal, não necessariamente jornalístico, e sem a pretensão de se tornarem veículos autossustentáveis, uma das marcas desta geração que está surgindo no jornalismo nacional.<sup>2</sup>

Como se vê acima, houve a clara preocupação, na produção do mapa, de que este abordasse apenas iniciativas de conteúdo jornalístico e com pretensão de sustentabilidade, ou seja, um mapa que de certa forma apresenta um panorama do mercado de jornalismo no Brasil. Aqui cabe ressaltar o caráter atual da pesquisa e a emergência de se compreender esse frutífero campo de iniciativas de produção de conteúdo, pois, em seu primeiro levantamento bruto, a Agência Pública chega a pouco mais de cem iniciativas, um número bastante expressivo se tratando de novas iniciativas de jornalismo independente.

Após esse primeiro levantamento no qual houve um grande número de indicação dos internautas, a curadoria da agência entrou em contato com as

---

<sup>2</sup> <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/sobre/>

iniciativas enviando um questionário e realizando entrevistas, com o intuito de se chegar à identificação mais precisa de iniciativas que correspondessem aos requisitos metodológicos acima descritos. Com as análises dos questionários e as entrevistas realizadas pela equipe da agência Pública foram identificadas 79 iniciativas<sup>3</sup> de jornalismo, as quais preenchiam os requisitos metodológicos, descritos acima, para compor o *Mapa do Jornalismo Independente*.

Essa pesquisa é seminal porque suscita um levantamento da própria Agência Pública – uma referência no Brasil entre experiências de jornalismo alternativo –, mas também uma acolhida por parte dela de um conjunto considerável de sugestões realizadas pelos internautas. Sendo assim, criou-se dentro do mapa um espaço para iniciativas de jornalismo independente indicadas pelo público; nesse espaço, os critérios de seleção não são claros e, atualmente, apresenta 130 iniciativas de jornalismo. Mesmo sem critérios claros, podemos observar um caráter menos global e mais regional nas iniciativas indicadas pelo público.

Ou seja, o *Mapa do Jornalismo Independente* se destaca, hoje, por dois aspectos: pela curadoria da Agência Pública, denominada por “Seleção da Agência Pública”; e ainda pela indicação dos internautas, denominada por “Seleção dos Leitores”. Nessa seleção dos leitores o caráter das iniciativas é bem amplo e não preenche quesitos de sustentabilidade; porém aparece um dado instigante, de noticiabilidade, o fato da seleção dos leitores apresentar iniciativas de caráter comunitário, quer dizer, nesta lista aparecem veículos voltados para o micro, como a ***TV Restinga***, o ***Jornal Comunitário Vozes da Vila Prudente***, a ***Agência de Comunicação Comunitária Manguinhos***, a ***Favela News*** e a ***Fala Roça***.

É saliente dentro do leque de iniciativas cobertas pela Agência Pública um caráter macro de jornalismo, no qual o comunitário ou ainda os olhares microrregionais parecem não existir. Mesmo tratando-se da seleção dos leitores, essas iniciativas comunitárias representam 3,84% dos veículos, ou seja, mesmo em um ambiente como o da midiatização, encontramos pistas da Agenda Setting pautando a rede.

Outro fator apontado pelo mapa, que colabora para uma melhor elaboração do objeto da pesquisa, é o fato de que a iniciativa mais antiga pertencente à lista da Pública foi criada em 1996 e de lá, até 2006, o surgimento de novas iniciativas de

---

<sup>3</sup> Atualmente, esse número é de 89 iniciativas, pois o mapa continua aberto a novas atualizações. (Último acesso em 03/03/2019).



jornalismo passa por períodos instáveis com alguns anos sem registro de criação; após 2006, é possível observar o surgimento de pelo menos um veículo por ano; porém, de 2013 para 2014, é notável um salto de 05 para 18 novas iniciativas de jornalismo.

Vale ainda ressaltar que esses dados se caracterizam em um país com baixíssimo investimento em políticas públicas de financiamento para jornalismo, portanto essas iniciativas necessitam de saídas criativas para criar meios de sustentabilidade. Porém, as manifestações de junho de 2013, entre outros fatores, parecem ter sido um adubo para criações no âmbito do jornalismo, afinal esses são fenômenos intrínsecos da midiatização em processo.

As manifestações de junho de 2013 tiveram fortes marcas, tais como a efervescência e a expansão das redes; a erosão da mediação; o deslocamento da mediação jornalística para as redes e para os jornalismo de atores. Essas marcas são possíveis de se perceber nos rastros ainda presentes na internet, nos quais imagens de cartazes apontam para um apelo dos manifestantes por mudanças nas estruturas comunicacionais, políticas, jurídicas, etc.

Essas agendas impostas pelos cartazes eram múltiplas e apontavam para uma nova plataforma de interação, situando a especificidade de novas interlocuções e, conseqüentemente, novos agenciamentos de interação: “Somos a rede social”; “Saímos do Facebook”; “Policial, sorria você está sendo filmado”, “O Povo não é bobo, abaixo a rede globo”. Como podemos perceber, a agenda dos manifestantes apontava para anseios mais amplos do que mudanças nas medidas políticas, trazia o anseio por renovações nos sistemas comunicacionais e mais ainda nos formatos até então estabelecidos de produção da notícia.

Portanto, perante esse diverso e frutífero ambiente de novas iniciativas de jornalismo, com especificidades e semelhanças, fez-se necessário um recorte para que possamos ter fôlego e dar conta da pesquisa no tempo hábil de uma dissertação. Por essa razão, decidiu-se pelo uso da lista de iniciativas indicadas pela Agência Pública, por apresentar critérios claros de seleção de iniciativas, o que já nos apontava pistas de que se tratavam de experiências de jornalismo, sustentáveis e articuladas às práticas de uso das redes.

Percebe-se, na lista de indicados pela Agência, uma grande variedade de temática e de formatos, abrangendo desde sites que realizam: verificação do discurso público, como a iniciativa **Aos Fatos**; jornalismo de dados, como o **Volt**

**Data Lab**; ativismo social, tal como o **Jornalistas Livres**; democratização da comunicação, por exemplo, o **Barão de Itararé**; grandes reportagens, por exemplo, o **Brio**; conteúdo contra hegemônico, como a **Revista Berro**; direitos humanos, tal como a **A Ponte**; feminismo, por exemplo, a **Catarinas**; cultura com a **Nonada**; nova economia/Cultura *Maker*<sup>4</sup> com o **Draft**; direito com o **Justificando**; meio ambiente, tal como o **O Eco**; ou ainda futebol, a partir do **Puntero Izquierdo**. Também se destacaram as saídas criativas para obtenção de sustentabilidade, de modo que são variadas, como leilões de obras de arte de artistas locais, cursos, produção de festas, assinaturas e financiamento coletivo.

Diante da riqueza e da potencialidade desses dados que são apresentados no levantamento da Agência Pública, na época de produção da qualificação ainda, decidimos por selecionar iniciativas que apresentassem práticas inovadoras no jornalismo e variadas opções de sustentabilidade, com elementos a constituir o universo de observação das questões postas pelo problema de pesquisa. Afinal, a pesquisa se desenvolvia a partir da preocupação de como se davam os processos de transformações do jornalismo independente, sendo assim, experiências inovadoras eram terrenos ricos para o estudo.

Foi necessário que, a partir do *Mapa do Jornalismo Alternativo*, fizéssemos um mergulho mais profundo na observação das experiências ali contidas para compreender suas regularidades e especificidades, e, deste modo, definir o processo de investigação. Sendo assim, partimos para um movimento de saída do mapa e entrada no site dessas experiências. Então, notamos que muitas dessas iniciativas de fato não mantinham as variadas propostas de sustentabilidade, focando-se apenas nas assinaturas e crowdfunding.

Entretanto, duas iniciativas chamaram atenção: *Draft* e *Volt Data Lab*, por se tratarem de experiências que surgem da efervescência da midiatização, fazendo-se valer dos princípios da rede para seus conteúdos e propostas de sustentabilidade. É interessante perceber que a primeira – focada na abordagem de novos negócios, mudanças do capitalismo, saídas criativas para a crise no mercado, cultura *Maker* e capitalismo 4.0 – mantém estratégias em matérias baseadas principalmente em entrevistas, uma “velha” prática do jornalismo; já a *Volt Data Lab* concentra suas matérias nas temáticas de direitos humanos, desenvolvimento social, meio ambiente

---

<sup>4</sup> Cultura *Maker* ou “faça você mesmo”, termo criado por Deil Bowgart que em 2005 cria a revista “Make” e em 2006 realiza a primeira Feira Make Fair onde começou a se falar na Cultura *Maker*.

e tecnologia, ou seja, ângulos conhecidos do jornalismo. Porém o seu processo de produção da notícia é baseado em dados, um terreno ainda limitado no jornalismo brasileiro, embora nos últimos tempos tenhamos visto crescer os cursos e até eventos acadêmicos na área.

Contudo, neste momento de mergulho nestas iniciativas, deparei-me – por meio de uma matéria realizada pela *Draft* – com uma proposta que me instigou, denominada *Serenata de Amor* – iniciativa de dados que fiscaliza gastos de cotas parlamentares. Mesmo percebendo que incluí-la no *corpus* da pesquisa naquele momento poderia gerar um movimento disruptivo, no caminho até então trilhado de seleção dos observáveis, assumi o risco por perceber que a *Serenata* apresenta ingredientes específicos da temática perseguida naquele momento da pesquisa, e que há potência de tensionamentos e regularidades com as outras duas iniciativas selecionadas, formando assim uma triangulação de indícios ricos para esta pesquisa.

Isso se deve ao fato de o projeto *Serenata de Amor* trabalhar com jornalismo de dados focando nas contas públicas e divulgando desvios no reembolso da cota para o exercício da Atividade Parlamentar (CEAP); porém, essa divulgação se dá em uma conta de inteligência artificial, ou seja, uma robô, denominada por Rosie<sup>5</sup>, que fiscaliza e informa a população a respeito de irregularidades na prestação de contas de deputados federais.

Portanto, para a qualificação, decidi por eleger estas três iniciativas porque reuniam indícios, pistas, lógicas, manifestações que estavam associadas a uma questão chave na minha pesquisa na época, que era compreender as mutações do jornalismo independente nesse cenário de midiatização em processo. As três iniciativas apresentam-se como projetos de jornalismo, porém com práticas e princípios distintos que convergem no momento em que se propõem a reinventar, de alguma forma, o jornalismo independente.

Porém, como um processo próprio de uma qualificação, alguns questionamentos da banca suscitaram uma revisão nos objetivos da pesquisa, refletindo, assim, também no problema até então formulado – a respeito de como se davam as transformações do jornalismo independente. Entre outros questionamentos, um chamou grande atenção: o fato de que a pesquisa estava

---

<sup>5</sup> O nome foi inspirado na empregada robô do seriado "Os Jetsons" de 1962.

caminhando para uma multiplicidade muito ampla acerca das transformações do jornalismo, havendo um perigo de ao final não darmos conta – no prazo que se destina a uma dissertação – de todos os objetivos propostos que se caracterizavam, processos que abrangem ética, formato, relações de trabalho, novos mercados, relação produtor/leitor, entre outros.

Após a qualificação, o orientador marcou uma orientação para discutirmos as colocações da banca, e essa conversa se deu no intuito de sanarmos alguns problemas apontados naquela importante etapa de desenvolvimento da dissertação. Após essa conversa, acabamos por entender que seria providencial especificar melhor qual foco daríamos no desenvolver do trabalho, ou seja, especificar de que tipo de transformação iríamos tratar; esse foi o momento em que chegamos à conclusão de que se trataria das transformações éticas do jornalismo.

Essa decisão não se deu de forma aleatória e, sim, como um resultado da caminhada por mim percorrida até aquele momento; de certa forma, o tema da ética já se apresentava desde a seleção, quando o foco estava voltado para a liberdade dos profissionais integrantes do coletivo *Jornalistas Livres*. Porém era preciso que se repensasse o problema e os objetivos da dissertação, para que a partir desse processo pudéssemos ir adiante com a escrita e a abordagem empírica.

Foi nesse momento de elaboração que caracterizamos o problema da pesquisa em torno da ética da seguinte forma: como jornalistas pertencentes à mídia *online*, compreendem a questão da ética jornalística na sociedade midiaticizada? Com essa nova formulação do problema partimos para uma nova etapa, a de marcar entrevista com as três iniciativas até então selecionadas; e foi então que nos deparamos com um novo entrave, dessa vez não de caráter conceitual, mas, sim, prático.

As iniciativas selecionadas estavam localizadas na região sudeste do país e era necessário, por questões de viabilidade financeira, que as entrevistas ocorressem em um mesmo período – de no máximo duas semanas –, porém essa necessidade logo se mostrou inviável perante a disponibilidade dos jornalistas. Foi proposto por alguns a possibilidade de realizarmos a entrevista por e-mail, entretanto julgamos essa uma saída parcialmente inadequada, devido ao entendimento que a ética é um tema subjetivo no qual o processo que melhor se adequaria era o de entrevistas em profundidade semiestruturadas, para que assim pudéssemos realizar uma conversa planejada, mas também aberta a possíveis

rumos que ali se estabelecessem e, assim, compreender de forma mais subjetiva quais eram os dilemas éticos vividos por esses jornalistas e como eles se manifestavam.

Então foi o momento de novamente dividir com o orientador as angústias práticas da pesquisa, a orientação foi que iríamos voltar ao mapa realizado pela *Agência Pública* e buscar iniciativas localizadas no estado do Rio Grande do Sul. A partir de então passei a realizar contato com essas iniciativas e rapidamente tive o retorno das três experiências de jornalismo – **Nonada Jornalismo Travessia, Sul 21** e **Farol Jornalismo** – que passaram a compor o objeto de análise do estudo da dissertação.

Com isso, o problema da pesquisa também passou a ser focado no Rio Grande do Sul e a sua formulação passou a ter uma característica mais específica: Como se manifestam aspectos e dimensões éticas em relatos e práticas jornalísticas no contexto da sociedade midiaticizada e especificamente no Rio Grande do Sul. A reformulação do problema se dá no intuito de esclarecer metodologicamente o núcleo da pesquisa, ainda na perspectiva de transformações do jornalismo, porém agora focado na questão da ética jornalística.

Portanto, essa dissertação tem como tema central as transformações éticas do jornalismo na sociedade midiaticizada, e seus objetivos visam fazer um estudo de casos múltiplos para compreender como se manifestam as transformações éticas em práticas jornalísticas que emergem na ambiência da midiaticização, no contexto do Rio Grande do Sul. Para tanto é necessário que se compreenda como o jornalismo se torna o que é hoje, e qual é o seu papel tanto na sociedade dos meios como nas sociedades midiaticizadas.

Passamos, então, a pensar os capítulos teóricos em consonância ao tema da ética, focando primeiramente em uma descrição do contexto do jornalismo e de sua virada – ainda em processo – de uma sociedade dos meios para uma sociedade midiaticizada. Esse momento foi importante para que ficasse claro que se trata de uma mudança global que afeta o jornalismo de forma intensa, de modo a abranger postura, valores, aspirações e fundamentos éticos dos jornalistas. Com esse capítulo finalizado, passamos a pensar a construção ética do jornalismo desde a defesa da neutralidade e objetividade até a contemporaneidade e a ascensão de novas interrogações sobre a dimensão da ética no jornalismo.

Para tanto, esse documento está organizado em cinco capítulos, sendo o primeiro de Introdução, no qual apresentamos como a pesquisa foi se desenvolvendo ao longo do mestrado, no intuito de que o leitor possa compreender os passos realizados pela autora. Este processo é importante para explicitarmos dilemas intrínsecos a uma dissertação, que desde seu começo até o fechamento do documento é permeada por muitos encontros, mas também por muitos descaminhos.

No segundo capítulo realizamos uma discussão teórica acerca do jornalismo na sociedade dos meios e sua passagem para sociedade midiaticizada, tendo o intuito de demonstrar os contextos de desenvolvimento do jornalismo e a abordagem dada por teóricos importantes para a linha que me insiro – Midiatização e Processos Sociais – assim como para as questões que compõem os objetivos propostos nesse trabalho.

A partir deste contexto apresentado, buscamos, no terceiro capítulo, focar nossa atenção à questão da ética jornalística, tema central desta dissertação. Assim, nessa parte do documentando discutimos como princípios éticos foram se construindo e se transformando ao longo do tempo.

No quarto capítulo apresentamos o conceito de estudos de caso e sua relevância nesta pesquisa. Além disso, descrevemos as três iniciativas que compõem o estudo e realizamos as análises, apontando motivações, princípios e dilemas éticos convergentes e divergentes entre as três experiências.

O quinto, e último, capítulo se ocupa de apresentar considerações da autora perante as demandas provocadas à luz do problema de pesquisa. Nele buscamos explicitar o aprendizado proporcionado pela pesquisa, realizada ao longo de dois anos, e as considerações finais da autora relativas às questões éticas no contexto da midiatização, suscitadas pelas análises das três iniciativas.

Durante o processo de elaboração dessa dissertação, foram imprescindíveis os encontros com muitos interlocutores: seja nas orientações, disciplinas ou conversas informais com profissionais da área do jornalismo e de outras áreas. Essas interações então presentes nas entrelinhas deste trabalho. Assim sendo, convido o(a) leitor(a) para “embarcar” nessa viagem – iniciada no ingresso ao mestrado e percorrida até a entrega da dissertação – através da leitura desse documento.

## **2 JORNALISMO: SOCIEDADE DOS MEIOS A SOCIEDADE MIDIATIZADA**

Este capítulo serve de cenário para refletirmos sobre a singularidade dos casos que serão descritos no momento das análises. Desde a consolidação do jornalismo na chamada sociedade dos meios, em que o seu papel de mediador era fundamental para a sociedade; até a passagem para a sociedade midiaticizada, quando se impõe a profissão do jornalismo, novas configurações são permeadas por considerações éticas.

Entender fenômenos mais distantes nos parece uma providência essencial para estudar transformações que vão se manifestar mais recentemente na atividade jornalística; já que é na sociedade dos meios que o jornalismo irá se constituir como um mediador da sociedade e, assim, construir seus princípios da prática, tais como éticos deontológicos. Portanto, para que possamos hoje estudar os processos éticos do jornalismo na sociedade midiaticizada, é imprescindível esse retorno de contextualização e compreensão sobre o que foi o jornalismo, para aí sim pensarmos no que ele está se tornando.

Sendo assim, este capítulo está organizado da seguinte maneira: primeiramente, faremos uma caracterização de referências que nos parecem precursoras para a compreensão dos cenários e das questões que serão desenvolvidas nos subcapítulos que se seguem. Em seguida, abordaremos as características da sociedade dos meios e o funcionamento do jornalismo neste contexto. Em um terceiro momento, desenvolvemos alguns aspectos sobre as características do jornalismo na sociedade midiaticizada.

Em primeiro lugar, devemos lembrar que os séculos XIX e XX se caracterizaram por um aceleração de lógicas típicas da modernidade, que transformaram estilos de vida, costumes e organizações sociais. Muitos dos debates em torno desses fenômenos passaram a concentrar-se nas transformações institucionais, apontando para um deslocamento do sistema de manufatura de bens materiais para um sistema informacional (GIDDENS, 1991, p. 12).

Para este autor, a modernidade é caracterizada por uma separação entre espaço e tempo, através de mecanismos de deslocamentos (desencaixes) das interações de contextos locais para uma reestruturação de extensões indefinidas. O autor denomina que dois tipos de mecanismos de descaixe estão intrinsecamente

envolvidos no desenvolvimento das instituições sociais modernas, como é o caso dos meios de comunicação: fichas simbólicas e sistemas de peritos.

As fichas simbólicas são conceituadas como meios de intercâmbio, que circulam sem levar em conta as características específicas dos indivíduos ou grupos. Já os sistemas peritos referem-se a sistemas de excelência técnica ou ainda de competência profissional que organizam a sociedade moderna.

Esses dois mecanismos dependem da confiança: “a confiança está, portanto, envolvida de maneira fundamental com as instituições da modernidade” (GIDDENS, 1991, p. 34). Ou seja, a modernidade é caracterizada por núcleos centrais mediadores – como os meios de comunicação – que desenvolvem o papel de organizar, fiscalizar e promover o bem-estar social.

Essa confiança é em parte construída na narrativa iluminista – avanço da ciência e da razão –, no qual se passou a questionar a influência de Deus, inaugurando uma visão “científica” da vida e das relações. Com isso, os assim chamados de sistemas peritos – noção que pode ser atribuída aos *mass medias* – passam a desenvolver um papel central na sociedade, a partir de uma lógica de confiança.

Esse sistema descrito por GIDDENS (1991), típico da modernidade (sociedade dos meios), é caracterizado principalmente pela mediação, contextos de instituições e sistemas peritos que acabam por ocasionar transformações sociais nas qual as narrativas perdem seu caráter artesanal do imaginário dos sábios (contadores de histórias) e encontram nos sistemas peritos (campos do saber) os vetores de conhecimento. As disciplinas passaram a desempenhar o papel de explicar, por meio dos seus especialistas, a maneira de ser do mundo; o jornalismo, inserido no campo dos meios, passa a operar como mediador na tarefa de costurar todas essas práticas, como uma espécie de dispositivo leitor da sociedade.

O desenvolvimento da modernidade impõe novas lógicas e estruturas de funcionamento da sociedade e uma delas é imprescindível para essa dissertação: a noção de campos sociais – a qual veremos adiante – é capital para entender o papel do jornalismo como mediador, no contexto da sociedade dos meios, e a complexificação destes espaços na sociedade em vias de midiatização.

Destacamos particularmente a construção de campos de conhecimentos, segundo condições autônomas, mas uns em relação aos outros. Lembrando que é na modernidade que passamos a criar regras para denominar os limites e os



funcionamento de áreas de conhecimento envolvendo a constituição de saberes como: saúde, direito, religião, artes, etc. Ou seja, passamos a construir campos do saber a partir de regras e normas internas a cada um deles.

Fazemos uma aproximação inicial das ideias de BOURDIEU com a noção de campos sociais, vendo-o como precursor desta noção, embora também atribuamos à obra de RODRIGUES a instância que sistematiza, de modo mais convergente, o jornalismo através do campo das mídias. Ou seja, abordamos reflexões de BOURDIEU de forma mais macro para se pensar a matriz dos campos sociais, e RODRIGUES de forma mais específica na questão que tange ao jornalismo.

Segundo BOURDIEU (2004), para compreendermos uma produção, específica de determinada área do saber, não bastaria traçarmos apenas a relação entre seu conteúdo textual e seu contexto; o autor aponta que entre esses dois polos há um universo intermediário chamado campo. Ou seja, o universo no qual estão inseridos os agentes, as instituições e as condições pelas quais se produz e se difunde determinado saber.

Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes de desigualdade, que se exerce no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência suas estratégias. (BOURDIEU, 2004, p. 21).

Comentando a citação do autor: para pensar a partir dessa lógica, é imprescindível que se compreenda o jogo de forças que se estabelece entre dimensões macro e micro de um determinado campo social, para que, assim, possamos compreender o seu poder de mediação. Ao abordarmos a sociedade (séc. XIX) por essa perspectiva é importante que deixemos claro que se trata de um contexto de instituições com certa autonomia de funcionamento e também relevante poder de mediação junto à sociedade.

No subcapítulo, abaixo, situo nosso interesse por algumas noções como a de campo dos *media*, por exemplo, segundo a explicação de RODRIGUES (1999), uma vez que ela converge com parte das questões aqui apresentadas. O autor aponta que o campo é uma instituição delimitada pela sua própria esfera enquanto legitimidade na definição, na imposição e na defesa de uma determinada hierarquia de valores. Ou seja, esse campo apresenta suas próprias regras, lógicas e práticas,

buscando assim legitimidade perante outros, porém em articulação com outras lógicas integrativas dos demais campos.

“os media surgem como um campo definido pela sua função integrativa, graças a sua função própria de espelho em que os restantes campos vêm reflectir a sua imagem, como campo especular, como mosaico policrômico ou caleidoscópio de múltiplas dimensões discursivas da estrutura social... (p.25)

Conforme explica o autor, na sociedade dos meios, o campo dos *media* tem como uma de suas funções a mediação em termos sociodiscursivos das atividades dos demais campos; isso se deve ao caráter de fragmentação do tecido social, característico da modernidade, devido a sua multiplicidade de campos relativamente autônomos. Esse caráter, de fragmentação do tecido social, deu ao campo dos *media* a possibilidade de ocupar um papel importante na gestão, na articulação e na mediação dos mais variados campos do saber e da sociedade, mediante a especificidade de um trabalho discursivo.

Segundo outra perspectiva, mas em convergência com aspectos acima tratados, LUHMANN nos provoca com uma perspectiva sistêmica na qual caracteriza a sociedade como um sistema de comunicação. É claro que a abordagem dada pelo autor a esse sistema de comunicação é mais ampla do que simplesmente os *medias*, porém esses são discutidos pelo autor como operador central na formação (difusão) do social.

Aquilo que sabemos sobre nossa sociedade, ou mesmo sobre o mundo no qual vivemos, o sabemos pelos meios de comunicação. Isso vale não apenas para o nosso conhecimento da sociedade e da história, mas também para o nosso conhecimento da natureza. (LUHMANN, 2005, p.15)

Na visada do autor, a própria ciência se constitui a partir de seu contato com os meios, apontando, assim, por exemplo, para uma mediatização da ciência. Essa passa a ser construída também a partir do repertório disponibilizado pelos meios, pela comunicação entre o meio e um indivíduo.

Para LUHMANN, a comunicação se caracteriza por um sistema, porém há um deslocamento – referente à tradição do pensamento –, em que o indivíduo não está no centro e sim a comunicação que está. Segundo o autor: “É decisivo em todos os casos o fato de não poder ocorrer, nas pessoas que participam, nenhuma interação entre emissor e receptor” (LUHMANN, 2005, p. 17). Essa é uma possibilidade que se

constrói a partir de sistemas, por isso perspectiva sistêmica, nela as interações se modificam devido à interposição de técnicas e de outros variados sistemas – como, por exemplo, o psíquico.

Para o autor, a comunicação não se caracteriza simplesmente como a transmissão de informação de um ponto a outro – visada defendida por muitos teóricos da comunicação – e sim como processo sintético, o qual é caracterizado por seleção de informação, forma de expressão e os possíveis entendimentos dessa informação. LUHMANN aponta características de uma sociedade moderna (dos meios), na qual os meios de comunicação desempenham um papel de mediação e descrição da realidade (1995, p.130), embora esses possuam um caráter improvável, devido à complexidade dos sistemas.

Conforme visto acima, as práticas comunicacionais se caracterizam na sociedade dos meios principalmente pelo papel mediador dos *mass media* em relação ao tecido social e aos demais campos do saber – daí a sua denominação. Em uma perspectiva próxima, VERÓN (2003) entende que os meios são responsáveis pela gestão social, ou seja, desenvolvem o papel de dispositivos didáticos de explicação e de administração da vida social.

Conforme veremos a seguir, esse aspecto que destaca os meios como portadores de um papel de dispositivo didático mediacional da vida social foi se transformando – entre o final do século XX e início do século XXI – com o advento das novas tecnologias de comunicação e informação. O campo dos *media* passa a sofrer uma transformação no seu caráter mediador e no status junto aos processos de organização e de estruturação de dinâmicas sociossimbólicas, ou seja, perde a sua ação representacional/mediadora.

Com a chegada do século XXI e a ascensão das tecnologias de comunicação e informação, esse cenário passa a apresentar transformações, e o poder de mediação e integração exercido pelo campo dos *media* passa a perder seu lugar representacional, segundo perspectivas de estudos realizados nos contextos latino-americanos e europeus, da perspectiva da midiatização emergente. Segundo FAUSTO NETO:

a midiatização resulta da evolução de processos midiáticos que se instauram nas sociedades industriais (...) as mídias deixaram de ser apenas instrumentos a serviço da organização do processo de interação dos demais campos, e se converteram numa realidade mais complexa em torno da qual se constituiria uma nova ambiência, novas formas de vida, e

interações sociais atravessadas por novas modalidades do «trabalho de sentido». (2008, p. 90 e 92)

Ou seja, passam a emergir efeitos de ruptura na visão representacional destinado aos meios; emergem novos tipos de protagonismo atravessados por complexidades que não se situam apenas nas tecnologias, mas nas dinâmicas de operações de sentido desenvolvidas por uma diversidade de práticas sociais.

O desenvolvimento e a popularização das tecnologias de comunicação e informação proporcionam uma variedade de experimentos na divulgação e produção da notícia e essa prática passa a se alargar para outros espaços e agentes, independentes do campo dos *media*. Com isso, é perceptível um declínio no papel representacional das instituições mediadoras, perante o aparecimento de um novo consumidor/produtor que se apropria das técnicas de produção para criar suas próprias narrativas de espaços sociais.

O caráter de espelho destinado ao campo dos *media*, no qual os outros campos se viam refletidos na sociedade dos meios, também passa a perder sua centralidade; afinal, as novas tecnologias, situadas no contexto da sociedade em midiatização, proporcionam transformações técnicas de produção e divulgação de conteúdo nos quais os distintos campos de saber passam a desenvolver habilidades interacionais, segundo contato direto com a sociedade. Por exemplo, o campo político passa a desenvolver técnicas de contato direto com a sociedade através de redes sociais, visando muitas vezes diminuir as possíveis interferências do campo dos *medias* em suas ações.

A sociedade onde se desenvolve a midiatização apresenta novas lógicas e modalidades comunicacionais nas quais se dá a passagem de sistemas lineares para sistemas descontínuos e muitas vezes “caóticos”. Explicando melhor, os fluxos de comunicação deixam de ser transmissionais e se dinamizam em múltiplos lugares, produzindo assim *feedbacks* mais complexos.

Feitas essas primeiras caracterizações de alguns elementos de algumas questões que serão tratadas neste capítulo, as páginas que seguem buscam um aprofundamento dos conceitos, acima apresentados, bem como das problemáticas que deles resultam. Conforme dissemos acima, estamos fazendo, em um primeiro momento, uma problematização referente à sociedade dos meios e seus processos jornalísticos, para então podermos desembarcar na sociedade em midiatização e no exame de processos que marcam as complexificações de estruturas institucionais e

práticas jornalísticas, de novos processos de produção e circulação de mensagens. Trata-se de um passo indispensável para o capítulo posterior, em que comentaremos as transformações da ética jornalística da sociedade dos meios para a midiaticizada; a partir disso, poderemos, finalmente, efetuar a análise dos casos múltiplos aqui eleitos.

## 2.1 Jornalismo na Sociedade dos Meios

... ao jornalista cabe correr atrás da notícia e não a notícia procurar o jornalista?

Para compreendermos essa curiosa antinomia, recuemos um pouco no tempo, lá pelos idos de 30. Que encontramos? Geralmente, as notícias oficiais eram reproduções por inteiro do noticiário do Diário Oficial “cozinhas” na redação. Ainda hoje, por falta da presença do jornalista em certas repartições, o secretário da redação designa redator para ler o diário Oficial e nêle colhêr o que possa transformar-se em notícia (...) Enfim: habituado o leitor à modorra do tempo – e um tempo em que se andava de bonde – as notícias também circulavam lentamente, porque um hábito se constituiria rotina: o jornal era leitura demorada, depois do jantar. Não estávamos ainda na era da TV, com um “jornal nacional” que nos conta numa faixa de quinze minutos o que se passou, com palavras e imagens nas cidades cobertas pelo satélite. (GUERRA, 1970, p. 155)<sup>6</sup>

No item anterior tentamos antecipar algumas características da sociedade dos meios; neste tentamos examinar o jornalismo no contexto desta sociedade, conforme refletimos a partir deste ponto. Assim, o trecho acima apresenta um “retrato” sobre os meios de comunicação e sua relação com a sociedade, característico do século XX, e aqui serve como um elemento de “degustação” para o subcapítulo que se inicia. Nesta etapa do estudo, buscarei traçar uma caracterização e problematização da sociedade dos meios, que se trata de um processo social definido por campos de especificidade autônoma; com o campo dos *media* operando por meio de uma lógica mediadora/organizadora entre sujeitos, instituições e os demais campos. A perspectiva da mediação aponta para um elo entre o “real” e as percepções e construções sociais.

Se hoje vivemos uma aceleração dos processos de midiaticização, podemos dizer que esse movimento deu passos importantes no século passado, devidos aos satélites, aos cabos e também aos dispositivos de comunicação massiva (rádio e televisão) da época. Esses dispositivos tiveram um enorme impacto em muitos

---

<sup>6</sup> Guerra, J. A. (2017). A Sala de Imprensa no Esquema da Informação Governamental. Revista Do Serviço Público, 105(2), 153-164. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/2581/1429>

setores da sociedade como na política, na economia, na cultura, entre outros, servindo de divulgador de suas práticas, na configuração do que seria a sociedade dos meios.

Essas transformações se caracterizavam por mudanças sociais, culturais e econômicas intensificadas, no final do século XIX e início do século XX, e estavam associadas a um forte incremento tecnológico dos meios de comunicação. Juntamente com essas transformações, a modernidade apresenta um rompimento com o pensamento escolástico, e o desenvolvimento da razão como forma autônoma de construção do conhecimento, criando assim áreas do saber autônomas.

Foi a partir da modernidade que se deu a divisão da ciência semelhante às disciplinas que conhecemos hoje; assim, cada área passou a desenvolver suas técnicas e seus regimes de verdade perante outras áreas do saber. Com esse cenário, BOURDIEU (2004) desenvolveu seu pensamento sobre a noção de campos sociais, observando, entre outros, o grau de autonomia de cada um deles.

O campo, segundo o autor, é um microcosmo social com leis e regras específicas, ao mesmo tempo em que está em relação com espaços macros. É um lugar de disputa de poder entre os agentes que o integram e que buscam alcançar determinadas posições de legitimidade no campo. A noção de campo foi desenvolvida por BOURDIEU sugerindo um olhar relacional, de modo que o objeto está em constante relação e movimento, pois um campo pressupõe poder, tomada de decisão e disputas de forças para sua conservação ou transformação.

A construção de autonomia dos campos, conforme acima, está vinculada com a modernidade e a fragmentação da experiência em diferentes esferas (RODRIGUES, 1990, p. 141), inaugurando-se uma reivindicação da razão humana (iluminismo) na busca de maior autonomia da ordem, até então vigente, do religioso sobre outros campos. Assim, os campos foram se constituindo como instituições sociais, formais ou informais, com determinados graus de autonomia.

Para o autor, a construção dos campos sociais não se dá apenas do ponto de vista histórico, e sim enquanto estratégias técnico-institucionais que se articulam, no presente, por meio dos procedimentos adotados pelos atores sociais envolvidos em suas práticas.

As dimensões que atravessam um determinado campo social e se reflectem nele como num espelho têm a ver com a própria arqueologia dos campos. De uma maneira geral, podemos dizer que dão conta dos seus processos de gestação e de autonomização, testemunhando assim da sua genealogia. (RODRIGUES, 1990, p. 149)

Sendo assim, para pensar a processualidade singular e relacional dos campos, é preciso compreender suas significações e suas relações de poder associadas a práticas discursivas e não discursivas. Ou seja, é preciso que se entenda o momento histórico no qual o campo está inserido, porém, não de forma determinante, pois juntamente com esse contexto funcionam microestratégias de autonomização e legitimação.

Assim, jamais devemos pensar um campo de forma estanque que se encerra em si mesmo, pois, dentro dessa macro instituição, coexistem microestruturas de outros campos. Mesmo com a modernidade instituindo a fragmentação do saber, essa separação se dá com particularidades, afinal sua legitimidade está subordinada a leis macro e a práticas de seus agentes.

É nesse contexto de múltiplas forças que surge a noção de campo dos *media*, cuja legitimidade por natureza é delegada pelos demais campos sociais (RODRIGUES, 1990, p. 152). Assim, o campo dos *media* cumpre principalmente a função de visibilidade dos demais campos, agindo como um intermediador, através de sua estrutura homóloga à dos outros campos, pois nele o peso da informação pública/prestação de serviços é muito maior. Afinal, a construção do jornalismo se dá a partir de embates entre seus pares (jornais e jornalistas), através das concepções de notícia que se difundiam ao longo do século XX; tendências sensacionalistas e outras de análises preocupadas com a objetividade da notícia.

A partir desses embates, o jornalismo foi estabelecendo regras, inclusive deontológicas, para legitimar sua prática, porém, nesse caso, inseparável de um veredito do mercado. Afinal, assim como outros campos, era necessária a construção de uma lógica específica que passou a se impor por meio das restrições e dos controles próprios de um campo do saber.

Uma das grandes contribuições dos estudos de RODRIGUES (1990, 1999) para pensarmos o campo dos *medias*, na sociedade dos meios talvez seja o seu caráter de centralidade e de contato com os demais campos; ou seja, um campo de caráter mediador, com a tarefa de gerir a relação campo/sociedade. Porém, além desse caráter de mediação dos campos, também se destina ao campo dos *media* a

tarefa de tematização das discussões públicas, através do agendamento (*agenda setting*) dos veículos de comunicação no retrato do real.

Esses dilemas de agendamento se clareiam na obra de RESTON (1968), com a problematização da globalização dos *media* e a recepção nacional e internacional de reportagens. Nesse caso, pode-se pensar um dos pilares do jornalismo na sociedade dos meios: a objetividade da notícia; afinal, uma reportagem de política interna quando divulgada a um público nacional tem um tipo de mensagem, porém quando passa a circular no “caderno mundo” pode denotar um caos na política.

A inexatidão em matéria de política internacional na imprensa americana, que podia ser perdoada no período anterior a II Guerra Mundial, torna-se agora um importante tema nas capitais estrangeiras, muitas vezes responsável por protestos oficiais em Washington. Trata-se de outra complicação para representantes governamentais e repórteres. (RESTON, 1968, p. 51)

Essa mudança de escala, descrita pelo autor, apresentou ao repórter que tinha como função pautar os discursos sociais uma nova problemática; até a segunda guerra os jornais recebiam as notícias de distintas agências e nas redações articulavam esses conteúdos para o seu público. Porém, com a nova configuração de alcance geográfico da notícia quem era o público desses veículos? Conforme RESTON, se cabe ao jornalista mediar a discussão pública, então, como moldar os conteúdos para públicos distintos?

O jornalismo apresentava-se como uma panaceia da realidade social, na qual a grande promessa é um cotidiano narrado de forma objetiva, articulado pelo apagamento dos possíveis conflitos, característicos das histórias contadas. As narrativas jornalísticas eram tecnicizadas a partir do forte véu da objetividade, no qual o leitor ocupava um papel de “vácuo” nesse processo. Ou seja, veículos como rádio, televisão e também impresso detinham o poder exclusivo de “construir” a realidade, a partir de um dado a priori que o jornalista deve observar de forma a reconstruir fielmente (MESQUITA, 2004).

Para que possamos compreender melhor como o campo dos *media*, e nele o jornalismo, foi se constituindo, até chegar a esse poder exclusivo de “construir” a realidade, descrito por MESQUITA, temos que fazer alguns retornos a séculos passados. O intuito desse retorno é para que possamos compreender as transformações de caráter estrutural, econômico e técnico que o jornalismo vem sofrendo.



O jornalismo do século XIX também passou por diversas transformações, foi nessa época que se verificou o desenvolvimento da imprensa, com seus critérios de objetividade e sua função junto à democracia. As discussões sobre a liberdade de opinião impulsionavam o direito à liberdade de imprensa, e autores como ROUSSEAU, VOLTAIRE, BENTHAM, JAMES MILL e JONH MILL já haviam escrito a favor das liberdades individuais e coletivas.

A liberdade de imprensa passa a ocupar um lugar privilegiado na teoria política (democrática) do século XIX; porém, suas raízes aparecem em lutas e em textos bem mais antigos. No século XVIII (1789), os Estados Unidos da América, em sua primeira emenda à constituição, proíbe o Congresso de legislar para cercear a liberdade de imprensa; no mesmo ano, foi aprovada na França a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, declarando a liberdade de imprensa como um dos mais precisos direitos do homem. A respeito desse aspecto, segundo TRAQUINA:

Por um lado, a teoria democrática apontava para que o jornalismo cumprisse um duplo papel: 1) com a liberdade “negativa”, vigiar o poder político e proteger os cidadãos dos eventuais abusos dos governantes; 2) com a liberdade “positiva”, fornecer aos cidadãos as informações necessárias para o desempenho das suas responsabilidades cívicas, tornando central o conceito de serviço público como parte da identidade jornalística. Por outro lado, a comercialização da imprensa torna o jornalismo mais independente dos laços políticos e transforma a atividade também numa indústria onde um novo produto – as notícias como informação – é vendido com o objetivo de conseguir lucros. A nova ideologia pregava que os jornais deveriam servir aos leitores e não os políticos, pregava que traziam informação útil e interessante aos cidadãos, em vez de argumentos tendenciosos em nome de interesses partidários, pregava fatos e não opiniões. (TRAQUINA, 2005, p.50)

No viés empregado pelo autor fica perceptível um ideal de jornalismo comprometido com o desenvolvimento e com a manutenção da democracia, vinculado à perspectiva de cidadania e com deveres pedagógicos e fiscalizadores do poder público. Ou seja, o jornalismo é apontado com uma missão pública, que se distingue daquela conhecida pelos mercados da notícia objetiva. Nessa perspectiva, cobra-se dele um caráter ativo e não apenas “descritivo ou argumentativo” da realidade.

Esse “novo jornalismo” do século XIX, como é chamado por TRAQUINA (2005, p. 57), apresenta-se em três grandes pilares: liberdade de imprensa, transformações econômicas e inovação tecnológica (telégrafo). Essa triangulação de

mutações sociais passa a engendrar novas formas de se fazer jornalismo, mas também novas responsabilidades são impostas a esses profissionais.

Esse jornalismo voltado mais para a notícia e menos para a opinião também é resultado de uma sociedade que passa a se industrializar. Assim, novas profissões surgem como a do jornalista, e aos poucos vão se difundindo técnicas de produção da notícia padronizada – principalmente de influência norte-americana. A sociedade do século XIX vivencia a complexidade de assentar a prática como profissão, que até então era um lugar de opinião desenvolvida por escritores, filósofos, economistas etc.

O *modus operandi* do jornalismo da época é percebido na obra “Liberdade de imprensa”, coletânea de artigos escritos por MARX – entre 1842 e 1861 – a jornais da Alemanha e Inglaterra. O autor descreve, entre outros, o *Caso Trent*<sup>7</sup> e seus desdobramentos perante a mídia, a sociedade e as autoridades. O texto apresenta uma importante análise da imprensa da época, suas motivações e compromissos éticos.

No caso *Trent*, após telégrafos transmitirem as informações do incidente para toda a Grã-Bretanha, os títulos da bolsa de valores do governo inglês sofreram queda. Houve protestos exigindo medidas do governo que reparassem a honra da bandeira britânica e rumores de um estado de guerra se espalharam. Porém, segundo MARX, a imprensa britânica na sua maioria noticiava o fato com evidente moderação:

---

<sup>7</sup> “Enquanto se encontrava num porto das Índias Ocidentais, o comandante do navio de guerra americano San Jacinto, Capitão Wilkes, leu num jornal que dois comissários confederados, Mason e Slidell, acompanhados de seus secretários, Eutis e McFarland, estavam prestes a atravessar o canal das Bahamas no navio-correio britânico Trent. Depois de consultar trabalhos sobre direito internacional, Wilkes se convenceu de que poderia abordar legalmente o navio inglês e remover os agentes solistas. Consequentemente, no dia 8 de novembro de 1861, ele parou o Trent, prendeu os quatro homens e navegou para Boston. Durante todo o desenrolar da questão, Wilkes agiu por iniciativa própria, como foi esclarecido pelo secretário de Estado americano, Seward, numa carta a Adams datada em 30 de novembro. No mesmo dia, o Conde Russel comunicou-se com o embaixador britânico em Washington, instruindo-o para dar a Seward pelo menos sete dias para libertar os comissários confederados de acordo com a exigência da Inglaterra. Entretanto, passaram-se quase três semanas antes que o ministro britânico informasse Seward sobre o teor da carta de Russel e decorreram mais quatro dias antes que ela fosse lida oficialmente. No dia 26 de dezembro, o secretário de Estado americano respondeu ao governo britânico embora justificasse a ação de Wilkes com base no direito internacional, Seward expressou seu desejo de libertar os agentes confederados, visto que esse procedimento estava mais de acordo com a política americana tradicional de defender neutros em alto-mar. Com este comunicado o incidente foi encerrado e, no dia 1º de janeiro de 1862, os emissários do Sul foram postos a bordo do navio de guerra britânico Rinaldo e levados para a Inglaterra. (MARX, 2006, P.154)

Todavia, já está praticamente estabelecido que o conflito entre o Trent e o San Jacinto não causara uma guerra. A imprensa semi-oficial, como *The Times* e o *Morning Post*, tem um tom sereno e despeja juridicamente frias deduções no tremeluzir da paixão. Jornais como o *Daily Telegraph*, que à mais vaga palavra de ordem rugem pelo leão britânico, são verdadeiros modelos de moderação. Apenas a imprensa tory de oposição, *The Morning Herald* e *The Standard*, vai até as últimas consequências. Estes fatos forçam todos os entendidos a concluir que o Ministério já decidiu não criar do “evento calamitoso” um casus belli. (MARX, 2006, p. 149)

O caso havia tomado as ruas e era preciso diminuir o tom de excitação da sociedade no conflito do navio-correio inglês com o navio de guerra norte-americano. Segundo MARX, a imprensa londrina havia recebido ordens de noticiar o fato com moderação, para assim conter a exasperação momentânea: “A excitação da Bolsa diminuiu muito em consequência do tom pacífico dos mais importantes jornais de Londres” (p. 158). A imprensa afinal tinha realizado a função que lhe foi destinada, de acalmar os ânimos até que o governo inglês decidisse a melhor forma de agir perante o conflito.

Porém, no dia seguinte, MARX descreve uma leve mudança no tom da imprensa ministerial devido ao fato dos conselheiros jurídicos da Coroa terem declarado ilegais os atos da fragata *San Jacino*. Nesse momento, após uma mudança no tom da imprensa, a excitação volta com força redobrada em setores da sociedade; e há uma comunhão entre os jornais de Londres – com exceção do *The Morning Star* – propondo uma reparação pelo gabinete de Washington ou guerra.

É perceptível, através da descrição do autor, a mídia como porta voz das ações e dos desejos do governo, e os espaços para uma cobertura detalhada e complexa do caso destinavam-se a veículos da oposição. MARX apresenta ainda as controvérsias da imprensa em cobrir um caso com amarras jurídicas, mas também de cortesias entre países.

Esse caso salienta as complexidades de uma profissão que, na época, ainda buscava meios de desenvolver uma autonomia perante o poder político – por razões econômicas, mas também estruturais. O campo da comunicação ainda não havia se estruturado e as práticas ainda se caracterizavam como experiências, com profissionais de outras áreas se arriscando na construção de textos opinativos sobre fatos do cotidiano.

O século XIX foi de grande importância para a imprensa, devido a avanços tecnológicos, sistemas econômicos e políticos e uma reivindicação social da liberdade como a apontada por MARX em seus escritos. Segundo TRAQUINA

(2005), esse foi um período de ascensão do jornalismo como difusor de informação, com maior independência de partidos políticos ou subsídios governamentais.

Muitos fatores foram marcantes nesse período de ascensão do jornalismo, e aqui destacamos três: a) a evolução de sistemas econômicos dos setores de imprensa juntamente com a industrialização da sociedade, o que oportunizou uma nova forma de financiamento, a publicidade, tornando possível a independência econômica dos jornais em relação aos subsídios políticos – método dominante de financiamento da imprensa no início do século XIX; b) avanços tecnológicos que possibilitaram o desenvolvimento de um produto de massa, bem como as melhorias nos dispositivos tipográficos, que aumentaram consideravelmente as tiragens da época, além das evoluções relativas a imagem, que tornaram possível o papel do jornalismo como as “lentes” da sociedade. (TRAQUINA, 2005, p. 38); c) outro fator que possibilitou o crescimento da imprensa foi a mobilização das lutas por democracia e a ideia de liberdade de imprensa – esse fator, aliado aos outros dois, citados acima, começou a transformar o jornalismo de publicidade de ideologias em jornais de informação.

Essa primeira grande mudança que parte de um formato de opinião vinculado a partidos políticos e subsídios governamentais para tornar-se uma imprensa financiada por publicidade, mais objetiva e menos ideológica, deu-se ao longo do século XIX, época em que foram se desenvolvendo os primeiros princípios da profissão e as primeiras normas de conduta. O jornalismo foi aos poucos se consolidando como um dos principais alicerces para a manutenção da democracia, sendo no início do século XX considerado o quarto poder.

Devido ao seu poder pedagógico, esclarecedor e representacional, o jornalismo passa a ser uma mercadoria disputada, não apenas pelo seu caráter de mercadoria, mas também pelos seus ideários. Nesse lugar dos meios, o jornal aparece como “santuário” das liberdades, dos pontos de vista e das representações das opiniões – como lugar da produção e veiculação da verdade.

É evidente que a ideia de um jornalismo livre encontra outros empecilhos diante da sociedade industrial, e a liberdade de imprensa acaba por encontrar novos censores nos seus grandes patrocinadores do mundo capitalista. Outros dilemas se apresentam com a consagração da imprensa financiada, em sua grande parte, pela publicidade, porém também é notável o crescimento do jornalismo em um período que pode ser visto como a “época de ouro” (TRAQUINA, 2005, p. 40).

Esse período de ouro do jornalismo transforma o campo em um interlocutor estratégico de todos os outros campos sociais. Os meios de comunicação passam a exercer a função de porta voz da sociedade e das instituições, sendo, desse modo, os mediadores do debate social.

Antigamente, os homens tinham a roda de torturas. Hoje têm a Imprensa. Isso certamente é um progresso. Mas ainda é má, injusta e desmoralizante. Alguém – teria sido Burke? – chamou o jornalismo de o quarto poder. Isso na época sem dúvida era verdade. Mas hoje ele é realmente o único poder. Devorou os outros três. Os Lordes temporais nada dizem, os Lordes espirituais nada têm a dizer, e a Câmara dos comuns nada tem a dizer e o diz. Estamos dominados pelo jornalismo. Nos Estados Unidos, o Presidente reina por quatro anos e o Jornalismo governa para todo o sempre. (WILDE, 2010, p. 58)

Nesse ensaio, escrito em 1891, OSCAR WILDE faz críticas ao capitalismo e ao *modus operandi* do jornalismo inglês, descrito pelo autor como lugar de manchetes sensacionalistas e de rompimento do espaço privado. WILDE faz críticas apontando a ética de cada jornalista perante as possibilidades da profissão, e como o jornalista pode lidar com a lógica do mercado e a prática jornalística.

Há positivamente jornalistas que têm verdadeiro prazer em publicar coisas horríveis, ou que, por serem pobres, vêem nos escândalos uma fonte permanente de renda. Mas não tenho dúvida de que há outros jornalistas, homens de boa formação e cultura, a quem realmente publicar esse tipo de assunto, homens que sabem ser errado agir assim e, se assim agem, é apenas porque as condições doentias em que exercem sua profissão os obriga a atender o público no que o público quer, e a concorrer com outros jornalistas para que esse atendimento satisfaça o mais plenamente possível o grosseiro apetite popular. É uma posição muito degradante para ser ocupada por qualquer desses homens, e não há dúvida de que a maioria deles percebe isso sensivelmente. (WILDE, 2010, p. 60)

As críticas feitas pelo autor à imprensa, do final do século XIX, apresentam um jornalismo mais associado à ideia de lucratividade e concorrência, preocupado com a audiência. O jornalismo ganha força/poder durante o século XX, e o campo passa a desenvolver suas técnicas e também seus modos de operar diante aos cenários da época.

Os escritos de MARX e WILDE nos servem como uma janela para que possamos compreender o desenvolvimento do campo dos media/comunicação – percebendo desde uma imprensa dependente de verbas governamentais, com caráter opinativo a disposição de publicizar ideologias, até uma imprensa que busca

maior objetividade, porém dependente de uma industrial cultural em franco crescimento.

Ao longo dos séculos, o jornalismo foi se tornando um serviço de debate de ideias e se desvinculando do dispositivo de propaganda. Na sociedade dos meios, a notícia deixa de ser panfletada e passa a ser entregue em cadeias do sistema produtivo, evoluindo a tal ponto que os meios se convertem em dispositivos didáticos de explicação e administração da vida social, passando a ter como principal função a educação da sociedade.

Já o século XX passa a marcar o jornalismo como uma atividade prática (profissional) própria de um campo do conhecimento, permanentemente sujeito à prova dos vereditos do mercado, por meio de sanção direta, da clientela, ou indireta, dos índices de audiência (BOURDIEU, 1997, p.106). No entanto, há o poder de autonomia para pautar a sociedade em fatos que devem ser discutidos, muitas vezes produzindo grandes fatos e participando ativamente não apenas na difusão de informação, mas também de rumos históricos de fatos sociais.

Segundo DARNTON (1990), os jornalistas escreviam, antes de tudo, com o intuito de causar impacto em seus pares e, assim, fortalecerem-se dentro do campo no qual estavam inseridos. Os profissionais da notícia possuíam pouco contato com o leitor, pois era praticamente inexistente o retorno dos conteúdos publicados em jornais diários via protocolos de pesquisa.

Logo, as disputas de poder se mantinham quase sempre dentro do campo do saber, e ali os profissionais buscavam um espaço de destaque e autoridade para ter a notoriedade entre os seus pares. Portanto era necessário que o agente desenvolvesse domínio sobre o *habitus* do campo, ou seja, um domínio sobre as técnicas de seu ofício.

Os repórteres desenvolvem gradualmente um senso de domínio sobre seu ofício – ser capaz de escrever uma coluna em uma hora, sobre qualquer coisa, por mais difíceis que sejam as condições. A equipe em Londres tinha grande respeito pela capacidade de Drew Middleton em editar um novo começo para uma matéria, imediatamente depois de ser acordado no meio da noite e informado sobre um novo desenvolvimento importante dos fatos. (DARNTON, 1990, p. 88)

Como podemos perceber, dentro do campo jornalístico há um sistema socialmente constituído, que enquanto estrutura estruturante constitui o princípio gerador e articulador do conjunto das práticas e ideologias, socialmente construídas,

que caracteriza um grupo de agentes. Segundo RODRIGUES (1990), os meios são caracterizados por autonomia relativa, pois suas práticas mostram, por exemplo, que ele faz política, porém sem ser formalmente um partido político. O jornalista expressa opinião por narrativas/regras próprias que são formalizadas dentro de racionalidades do jornalismo, por meio do trabalho de especialistas – que não são todos, mas alguns – com uma formação de vida ou acadêmica.

No Brasil, a criação e independência da imprensa se deu primeiramente com a chegada da família real e a fundação da *Gazeta do Rio de Janeiro*, fundada em 1808 – na qual eram publicados comunicados e notícias da corte. Simultaneamente surge o *Correio Braziliense*, fundado em Londres sob influência das ideias liberais, circulando clandestinamente no Brasil. Mesmo com o fim do império, o país ainda possuía uma população majoritariamente analfabeta – inclusive grande parte dos proprietários de terras –, de modo que esse quadro impôs dificuldades ao desenvolvimento da imprensa brasileira.

É no século XX – com a diminuição dos índices de analfabetismo e o surgimento de empreendedores de várias naturezas, como os de natureza política – que surge a primeira experiência de jornalismo em cadeia, denominado *Diários Associados* de Assis Chateaubriand. A ascensão de Chateaubriand na área da comunicação é ainda marcada por uma mídia fortemente ligada a figuras políticas, interessadas no caráter mediador que o jornalismo vinha desempenhando em outros países.

A ascensão da ditadura militar no Brasil acabou por ocasionar a criação e desenvolvimento da imprensa alternativa, caracterizada pelo conteúdo de resistência. Alguns desses veículos tiveram grande relevância para a construção da narrativa jornalística como: a revista *Pif Paf*, *O Pasquim*, *Opinião*, entre outros. Esses veículos tiveram influência de jornalistas e de outros intelectuais da época, e sofreram fortes repressões devido ao seu alcance e representatividade perante a sociedade.

Também nessa época, a criação da televisão no Brasil transforma a forma como se noticia os fatos, a inserção da imagem conectada ao texto inaugura uma nova forma de se narrar o social. Os jornais passam, então, a inserir em suas publicações mais imagens, na busca de acompanhar as evoluções da época. Grandes acontecimentos passam a ser noticiados pela instantaneidade da imagem, aliado ao seu caráter “inovador” de mediação entre o real e a notícia.

Ainda com relação ao Brasil, a criação do *Jornal Nacional* em 1969 marca uma etapa importante da mediação jornalística brasileira, pois esse passa a integrar o noticiário em um formato nacional. Conforme a abertura do primeiro Jornal Nacional: “O Jornal Nacional da Rede Globo, um serviço de notícias integrando o Brasil novo, inaugura-se neste momento: a imagem e som de todo o País” (MELLO E SOUZA, 1984, p.16).

A criação desse formato nacional se deu graças a investimentos – de várias naturezas, especialmente técnica – de governos militares com o intuito de se construir uma identidade nacional. Afinal, essa era também uma demanda política da época, no qual se precisava “falar” com o brasileiro a partir de um único “rosto”.

O jornalismo passa a operar como uma instância de mediação estratégica na vida política, sendo articulador de fatos importantes da história brasileira; como por exemplo, o apoio da mídia ao golpe militar de 64 e sua manutenção nos anos seguintes. O trecho abaixo, do especial exibido em 1975 na rede Globo, apresenta um pouco dessa relação da mídia com a política e o seu caráter de construtora de realidades:

Foi no último instante, quase no momento derradeiro que quando o país estava à beira da guerra civil quase em pleno caos alguma coisa aconteceu, era impossível continuar suportando tantos desmandos, tanta incompetência, tamanha anarquia e o clamor de vozes conscientes encontrou eco em soluções inadiáveis e as forças armadas, elas próprias mais do que ameaçadas, foram chamadas praticamente intimadas a cumprir a missão que o momento lhes impunha restabelecendo a ordem e livrando o país dos trapos vermelhos que ameaçavam sufocá-lo. (...) E se tudo aquilo que aqui mostramos, num depoimento verdade valeu por alguma coisa, nestas palavras finais a nossa certeza de que todos nós discordando dos limites da discordância digna e respeitosa possamos pelo debate livre e consciente encontrar nossas próprias soluções dentro de casa porque certamente se assim agirmos, e se como brasileiros que somos trocarmos ideias e só ideias será possível alcançar a meta final de levar todo esse desenvolvimento dos últimos 10 anos a população inteira e acreditar mais do que nunca que os brasileiros que fizeram o que se fez nesse decênio poderão muito e muito mais fazer se juntos e unidos tiverem forças confiança e esperança de que o objetivo desejado da felicidade cada vez maior do povo brasileiro se torne muito breve uma grande realidade.<sup>8</sup>

A construção narrativa do trecho acima, transcrita do especial sobre 10 anos da ditadura militar, mostra um jornalismo “emoldurado” por características de

---

<sup>8</sup> Trecho do programa Amaral Neto, O Repórter, exibidos em 1975 o "especial" enaltece os acontecimentos políticos e sociais no Brasil entre 1963 e 1975 e as ações de cada presidente após o golpe de 1964. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=276&v=YGiQXNf02eQ&feature=emb\\_logo](https://www.youtube.com/watch?time_continue=276&v=YGiQXNf02eQ&feature=emb_logo)



documentário; porém com uma narrativa construída a partir de um “depoimento verdade”, ou seja, um jornalismo alicerçado pelo “véu” da verdade declaratória. Afinal, na posição que lhe foi atribuída de mediador entre os campos social, político, econômico, educacional e a sociedade, cabia ao jornalista “contar o Brasil” ao brasileiro a partir da sua experiência e expertise, que tudo vê e tudo compreende.

Era preciso mais do que contar – pois ali o seu papel era mais do que ser um “informante do real” –, fazia-se necessário também mediar as expectativas do social ao momento político. O jornalismo se configurava também como um construtor do real, no qual os critérios de noticiabilidade, como objetividade e verdade, serviam como uma espécie de opacidade para a produção do acontecimento. VERÓN (2001) nos ensina que os meios de comunicação constroem múltiplas significações do “real”, pois esse é permeado por discursos fragmentados de experiências do mundo.

No caso do programa acima descrito, mais do que a mediação da imagem televisiva, havia o depoimento do jornalista – no qual nominava o programa – servindo como uma espécie de personagem sensível à determinadas mudanças sociais. Os contratos de leitura transbordavam ao jornalismo, veiculando-se também a figura “real” de um sujeito jornalista.

É nesse contexto que se fortalece a instância mediadora dos meios de comunicação no Brasil, como por exemplo as grandes campanhas cívicas em apoio ao golpe de 64. O jornalismo da época explicitava-se não como um vendedor de notícias, mas, sim, como um vendedor de ideologias.

Assim como também podemos citar o papel do jornal *Folha de São Paulo* nas “Diretas Já”, o qual passou por uma mudança editorial promovida nos anos 80, passando a desenvolver uma nova postura editorial perante a ditadura militar e a política nacional.

As coisas começaram a se definir no sentido de que o jornal teria que ter uma posição mais doutrinária do que tática, de que o público esperava da Folha era uma posição mais ideológica e menos política, no sentido de interferir no rumo dos acontecimentos. Ficava também definido que o jornal deveria se colocar, claramente, por uma forma de eleição que fosse a eleição direta, embora reconheça a possibilidade de se organizarem eleições indiretas que sejam reconhecidas pelos grupos sociais e pela opinião pública como legítimas. O jornal achava, por uma série de circunstâncias específicas, que a necessidade que se colocava, hoje, no Brasil, era de se voltar à eleição direta, ao método do voto popular pleno para escolher o presidente da república. Havia uma série de raciocínios que pesava em favor dessa decisão que foi tomada em novembro. Quando houve o comício da Praça Charles Miller, no dia 23 de novembro, na semana que antecedeu ao comício, a Folha fez uma grande divulgação e a

reportagem estava bastante mobilizada, para dar força ao comício. (FRIAS FILHO, s/d)<sup>9</sup>

Esse novo direcionamento da Folha apresentava uma postura atuante, no sentido claro de “interferir no rumo dos acontecimentos” a partir da notícia e do papel esperado pelos leitores. Essa cobertura e engajamento acontecem em um momento de reformulação do jornal, no qual não apenas o formato sofreu mudanças, mas também as narrativas; ou seja, o jornal tomou postura de um mediador buscando maior afinidade com seus reconhecedores/leitores.

Conforme Frias Filho, a *Folha de São Paulo* até então mantinha um papel “omisso”, limitando-se a noticiar os fatos, situação que livrou o jornal de estar sob censura no período do regime. Porém, o engajamento nas “Diretas Já” aumenta consideravelmente o seu número de assinantes, endossando assim a ideia de que o leitor ansiava por um jornal mais engajado com os temas populares.

Outro grande exemplo que temos no Brasil da influência dos media no século XX foi a eleição e o processo de *impeachment* de Fernando Collor de Mello. Essa foi uma eleição claramente midiática, na qual Collor usou de um forte apoio da imprensa para obter seus objetivos. Collor foi consagrado pela mídia da época como “o caçador de marajás”, ou seja, o homem com coragem para enfrentar a forte crise, com alta inflação, que o Brasil vivia na época.

Esse jornalismo, sendo o único canal de informação – ou seja, ainda no papel de campo central e mediador da sociedade – obtinha um nítido poder no que era noticiável ou não, e suas publicações transformavam-se nos fatos que a sociedade iria discutir ou não. No caso acima citado, primeiramente a mídia cria um personagem com coragem para enfrentar a corrupção e com vitalidade para tirar o Brasil da crise; e assim se elege o presidente mais novo da história do Brasil.

Esse acontecimento no Brasil é emblemático para pensarmos a atuação protagônica da imprensa em uma sociedade dos meios – e seu poder de atuação tanto no campo dos media como influenciando em outros campos, especialmente os de natureza política e jurídica. Para o historiador Gilberto Maringoni, a imagem de Collor foi construída e destruída pela ação dos media, de forma a “eleger” e “impeachmentar” um presidente da república.

---

<sup>9</sup> Entrevista de Otavio Frias Filho. “A Folha e as Diretas”. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/v1n2/a07v1n2.pdf>

O jornalismo, via de regra, atua junto com grandes forças econômicas e sociais: um conglomerado jornalístico raramente fala sozinho. Ele é ao mesmo tempo a voz de outros conglomerados econômicos ou grupos políticos que querem dar as suas opiniões subjetivas e particularistas o foro da objetividade. (MARCONDES FILHO, 2009, p. 75)

Como podemos perceber, o século XX é marcado pela presença e ação dos media em muitos outros campos; os medias agiam como uma espécie de intercampos, pois tinham como função repercutir todos os outros campos. A modernidade foi marcada pela forte presença de dispositivos de mediação, que passaram a pautar de certa forma a realidade, assim como o caso Collor descrito acima.

As casas se organizavam pela presença da televisão, a sala de estar era moldada em torno desse dispositivo que “unia” e informava a família ao seu redor. E era através desse mesmo dispositivo que se pautavam as conversas sobre o mundo, o que era assistido na televisão era um “retrato” do que estava acontecendo, o que estava fora dela ficava em uma espécie de “sombra” de realidade.

A modernidade deu aos media o poder de ser mediador dos debates sociais, pois eram os detentores da prática de promoção dos outros campos e detinham o poder das tecnologias de informação. Esses processos passaram a gerar novas possibilidades de um mercado de jornalismo, desenvolvendo assim necessidades de aprimoramento desses profissionais jornalistas. Situação esta que se transforma de forma intensa com a chegada do século XXI e a ascensão das tecnologias de informação e comunicação. As transformações sociais passam a redesenhar nos modelos de sociedade, repercutindo nas relações de trabalho de todas as naturezas e intensificadas na profissão do jornalismo.

Os modelos de negócio da imprensa passam a sofrer abalos de rentabilidade – no início do século XX – perante as novas formas de publicidade: Google, Twitter, Facebook, Instagram, etc. Além disso, muitos jornalistas são demitidos. Segundo levantamento realizado pelo Volt Data Lab, a Conta dos Passaralhos<sup>10</sup>, desde 2012 até agosto de 2019 foram 2327 demissões de jornalistas em redações. Essa conjuntura causou um enxugamento nos postos de trabalho e uma transformação no modo de produção na notícia, devido à escassez de mão de obra e recursos.

---

<sup>10</sup> <http://passaralhos.voltdata.info/>

No subcapítulo abaixo aprofundaremos o conceito de midiatização e suas consequências para a organização social, especialmente sobre o campo e práticas jornalísticas.

## 2.2 Jornalismo na Sociedade Midiatizada

Como na internet tudo é rápido, instantâneo, imediato e, principalmente, “fácil”, há tanto a ilusão de controle como a tentação de controle. Nem me refiro ao embate político na construção da narrativa dos fatos pelos grupos interessados – na construção da história que, de certa forma, só pode existir como interpretação. Concentro-me na narrativa do indivíduo, de cada um de nós, sobre sua própria vida. O que se “esquece”, com muita frequência, é da permanência que a internet ampliou como nunca antes, ao mesmo tempo que se “esquece” da impermanência de nosso ser e estar no mundo. Esquece-se da constante descoberta de que, talvez daqui a alguns anos, podemos não querer mais ser aqueles que fomos – ou do nosso desejo de sermos outros na nossa constante recriação dos sentidos ao longo de uma existência. Temos tomado o instante como um tempo absoluto, sem perceber talvez que o corpo fluido da internet permite algo mais duradouro do que uma gravação em pedra: uma na nuvem. (BRUM, 2014)<sup>11</sup>

A crônica acima foi escolhida para abrir esse subcapítulo, de forma “cirúrgica”, a fim de apresentar um pouco das “angústias” que permeiam as complexidades das sociedades contemporâneas e suas práticas, inclusive as de natureza comunicacionais. Nesse subcapítulo, pretende-se descrever e problematizar a complexidade da sociedade midiatizada, intensificada no século XXI, para que possamos ter a maior clareza dos processos de transformação éticas do jornalismo segundo estudo das iniciativas que envolvem o estudo de casos múltiplos.

GOMES (2017) nos ensina que a midiatização se apresenta como uma nova ambiência, ou seja, um novo modo de ser no mundo; e é exatamente sobre esse novo modo que esse subcapítulo se ocupa de dissertar, a fim de compreender e descrever. A midiatização é um conceito que busca compreender o processo de expansão dos diferentes meios técnicos considerando as inter-relações entre a mudança comunicativa dos meios e as transformações socioculturais (GOMES, 2016, p.01). Na perspectiva de que a sociedade se constitui por meio da comunicação, a midiatização representa o local/ambiência dessa nova sociedade cada vez mais complexa nos seus processos comunicacionais, cognitivos e inclusive éticos.

---

<sup>11</sup> “É possível morrer depois da internet?” Eliane Brum, 2014. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2014/05/26/opinion/1401110703\\_354594.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/05/26/opinion/1401110703_354594.html)

Para GOMES (2016), os estudos de midiatização devem compreender o desenvolvimento da sociedade a partir da perspectiva da complexidade, abrangendo o seu contexto e as relações estabelecidas. Ou seja, buscar olhar e observar essas novas práticas em suas peculiaridades tanto a nível micro quanto macro, afinal as relações se dão em contextos de uma sociedade complexa na qual processualidades macro afetam e são afetadas por processualidades de práticas micro.

Sendo a midiatização um rizoma, o qual se constitui por nós, enfraquecida de centros e com múltiplas possibilidades, os “jogos de força” passam a descentralizar-se, caracterizando assim a necessidade de um olhar para o macro continuamente junto ao micro. Os modos de ser na sociedade midiatizada apresentam uma forma perpassada pela presença e possibilidades da tecnologia, descentralizando, assim, os atores/instituições de referência e abrindo brechas para que novos atores e novas formas de contato se instalem nos nós desse rizoma.

Segundo GOMES (2016, p.18), na sociedade midiatizada “a identidade é construída a partir da interação com os meios”, ou seja, o ser humano não é apenas um agente no uso da tecnologia como uma extensão, mas, sim, um indivíduo que se autocompreende como um ser que desenvolve suas relações por meio de dispositivos tecnológicos. Podemos perceber essa construção na comparação entre um nativo digital<sup>12</sup> e um imigrante digital, pois eles se relacionam com os dispositivos tecnológicos de forma diferente: o nativo compreende o mundo a partir de uma lente no qual a tecnologia faz parte desde o seu princípio, enquanto o imigrante busca adaptar-se às demandas das novas práticas sociais.

Essa sociedade em midiatização é caracterizada por um ambiente no qual não apenas a comunicação é potencializada, como também um novo modo de ser e se relacionar com o mundo. Tempo e espaço, a partir dessa ambiência, transformam-se, apresentando alteração na percepção de cada sociedade, ou seja: a percepção que um indivíduo, situado na sociedade dos meios, tinha sobre a possibilidade de comunicação com alguém de outro estado, país ou continente passava pela tecnologia da época (carta, telégrafo, etc); já na sociedade midiatizada

---

<sup>12</sup> A expressão “nativos digitais” surgiu em 2001, criada por Marc Prensky, especialista estadunidense em educação. Em um artigo, ele usou o termo para se referir a todos cujo desenvolvimento biológico e social se deu em contato direto com a tecnologia.

esse tempo é outro, pois as lógicas da atualidade estão permeadas por novas tecnologias instantâneas, tais como: WhatsApp, e-mail, Facebook, etc...

Portanto, torna-se indispensável a perspectiva de GOMES (2019, p. 141) a respeito de que a trajetória da sociedade dos meios à sociedade em midiatização se dá em dois eixos profundamente interligados. De um lado há o eixo do tempo, em uma perspectiva cronológica da humanidade, e de outro, em uma dimensão qualitativa, de complexidade crescente envolvendo tecnologias, há novas formas das relações sociais e suas interconexões. Mais do que novas possibilidades tecnológicas, a midiatização apresenta novos princípios para explicar a questão da identidade social, ou seja, novas formas de ser no mundo.

Afinal, essa dimensão qualitativa, além de apresentar novas percepções de tempo e espaço, também desloca o entendimento sobre outros conceitos, como presença e participação. A sociedade midiatizada passa a vivenciar novas formas de participação, “a participação presencial tornou-se apenas uma forma de estar presente e não a única” (FAXINA, 2016).

É preciso entender que as tecnologias não são aparatos distantes, estanques, que funcionam de forma isolada da pessoa, elas são exatamente a concretização de uma ampliação desejada do ser humano, seja superando limites físicos, seja criando um novo tempo e um novo espaço. (...) Isso significa viver num ambiente social completamente novo, em que as prioridades são alteradas porque os modos de estar-juntos mudaram. (FAXINA, 2016)<sup>13</sup>

Esse novo modo de ser apresenta uma processualidade complexificada, e normas de conduta ou, ainda, práticas da modernidade, passam a ser questionadas ou até abandonadas para que outros padrões sociais se estabeleçam. Novas regras se estabelecem, reinventando, desse modo, as práticas sociais e comunicacionais.

É importante destacarmos que quando falamos em midiatização – novo modo de ser no mundo – não se trata apenas de transformações nos processos da mídia, mas, sim, de ações que de algum modo relacionam o ambiente social com seus variados processos, com as mídias (BRAGA, 2016). A sociedade passa a desenvolver também suas práticas midiáticas, voltadas para o seu próprio interesse – assim como *blogs* ou jornalismo colaborativo, que se utilizaram da matriz da internet para criar novas formas de se comunicar.

---

<sup>13</sup> Entrevista concedida ao IHU, juntamente com Pedro Gilberto Gomes, em 28/11/2016. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/6721-o-supercerebro-da-sociedade-em-midiatizacao>

Outro ponto que aqui cabe destacarmos é a perspectiva da mediação de que o processo não é resultado apenas de um avanço tecnológico e, sim, algo socialmente determinado. Conforme nos ensina BRAGA (2009)<sup>14</sup>, são as demandas da sociedade, caracterizada por diversos eventos, que provocam os avanços. A sociedade passa a apresentar novas necessidades, dando vazão para o desenvolvimento de determinada tecnologia – e essa se apropria da invenção, seja na sua forma genuína ou reinventando-a.

Segundo o autor, nessa perspectiva, destacam-se três aspectos: a sociedade tem necessidade de viver da tecnologia; é ainda a sociedade que se apropria da tecnologia, para utilizá-la como lhe convém; a tecnologia é autopoietica. É nesse cenário que BRAGA desenvolve o pensamento acerca de dispositivos interacionais, substanciado na perspectiva de que é a interacionalidade que inventa a tecnologia.

Dispositivos interacionais são tratados, por BRAGA (2011, p.08), como matrizes socialmente elaboradas e em constante reelaboração, as quais a sociedade aciona para interagir e inventar as suas práticas e invenções sociais. Ou seja, são espaços e modos de uso não apenas institucionais, mas, sim, modos ensaísticos de elaborar certos modos de experiência e novas práticas sociais.

O conceito de dispositivo interacional, desenvolvido por BRAGA, permite uma visada que “abrace” a processualidade da mediação, sem perder de vista sua ambiência. Ou seja, a partir do momento em que compreendemos o dispositivo interacional como um modelo desenvolvido pela prática experimental (tentativa), que conta com uma articulação mais ou menos definida “de códigos” (BRAGA, 2017, p. 33), abre-nos um leque de possibilidades para pensarmos o dito-e-não dito ou ainda entre o visto-e-não visto.

Essa perspectiva apreende o conceito de dispositivo de forma heurística, partindo de pressupostos desenvolvidos nos anos 70 (FOUCAULT); porém, conforme aponta o autor, os objetos para se pensar os dispositivos diferem-se. Isso ocorre porque trata-se de refletir e observar elementos de interação comunicacional, dos quais as relações de poder, por exemplo, fazem parte como forma de compreender as relações estabelecidas, mas o foco de análise centra-se nos processos comunicacionais, pensando assim as formas tentativas da comunicação.

---

<sup>14</sup> Entrevista concedida ao IHU, em 13/04/2009. Disponível em [http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2477](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2477)

O conceito de “dispositivos”, de Michel Foucault (1980), é o nosso ponto de partida. A noção de “sistemas de relações que se produzem entre elementos heterogêneos” é uma pista fundamental. Tratando de um sistema de relações, a perspectiva é, de todo modo evidente, interessante para estudar interações (comunicacionais). (BRAGA, 2012, p. 04)

Portanto, o conceito de dispositivo foucaultiano serve como “adubo” para BRAGA pensar as interações no âmbito da sociedade em midiatização, porém com a necessidade de ir além, no sentido de pensar objetos não estudados por FOUCAULT. Com a tarefa de pensar outros objetos (comunicacionais), o autor apresenta características desses dispositivos interacionais típicos das sociedades midiatizadas.

Assim, sem uma preocupação de definição preliminar, trata-se de ressaltar aspectos da noção que a tornam interessante. Um primeiro aspecto é justamente essa constatação do heteróclito – da reunião de aspectos heterogêneos que, de algum modo se articulam em um determinado processo social. Observamos que alguns destes elementos são da ordem da codificação (como a língua, por exemplo); outros são inferenciais. Nesse processo, ocorrem centralmente, em nossa perspectiva, jogos complexos entre elementos compartilhados de antemão (códigos); e elementos em processamento (inferências) que resultarão em outras partilhas – logo, ação e transformações. (BRAGA, 2017, p. 35)

Nessa perspectiva, o autor apresenta um conceito chave para a comunicação e para essa pesquisa, pois abrange o “caos” comunicacional da midiatização com novas formas de comunicação e suas múltiplas vozes. O próprio conceito de dispositivo interacional instiga novas entradas para a pesquisa – trazendo para o palco não apenas a mídia, ou receptor/produtor, mas também as interações e apropriações.

Essas apropriações são fenômenos intensificados na midiatização, pois conforme vimos acima, as transformações acontecem através de processos sociais; ou seja, a partir de novas necessidades sociais. “Por mais pregnante que seja o elemento tecnológico, não é este que deve ser tomado como dispositivo interacional” (BRAGA, 2017, p.37), mas sim os processos sociais e as emergências em seu entorno. Pois a tecnologia aqui é pensada como uma ferramenta de necessidade social – por exemplo, a criação do YouTube se deu para produção de vídeos amadores, porém nas manifestações de 2013, grupos de ativistas passaram a apropriar-se da plataforma para cobertura das manifestações em tempo real. Esse é um dos muitos exemplos que podemos citar de apropriação social da tecnologia, no



qual a partir de uma demanda social novos modos de interação ou dispositivos são acionados.

Essa é uma das características próprias da midiatização, na qual os “muros” da modernidade passam a se enfraquecer – conforme visto acima, essa se caracterizou por uma centralidade dos media desenvolvendo um papel mediador entre determinados campos sociais e a sociedade. No entanto, processos de midiatização apresentam uma transformação nesse papel de mediação da sociedade, pois essa apresenta novas possibilidades perante as técnicas de comunicação.

Esse novo contexto/ambiência é formado por circuitos (BRAGA, 2017), os quais não mais se denominam pela organização de campos do saber, institucionais e organizados; esses circuitos formam-se através da articulação comunicacional entre diferentes dispositivos e não se caracterizam como um “corpo organizado”, muitas vezes é articulado a partir do “caos” e da experiência vivida.

Sendo assim, estudiosos da midiatização apontam que atualmente vivemos um atravessamento dos campos sociais estabelecidos, gerando assim situações indeterminadas (BRAGA, 2012). Esses atravessamentos inevitavelmente acabam repercutindo nas regras do próprio campo, possibilitando que sejam estabelecidas novas invenções sociais atreladas às mais diversas expertises.

Segundo FAUSTO NETO (2008), na sociedade de midiatização a estrutura sócio-técnica-discursiva se estabelece produzindo zonas de afetação e não mais de autonomia entre os campos. Transforma-se, assim, a dinâmica dos mediadores e da própria sociedade, novos circuitos se formam e as disputas se alargam para além dos campos restritos.

A mídia, então, passa a ser um dispositivo que engendra e atua nos processos sociais e nas relações estabelecidas entre os agentes de vários campos, ocasionando crises nos setores da sociedade incumbidos da tarefa de realizar a mediação entre mídia, diversos campos e a sociedade. As fontes e os leitores passam a participar, sob nova condição, da produção do “retrato do real”, complexificando critérios de noticiabilidade e de valores-notícia.

Essa complexificação dos processos midiáticos – ou ainda, a passagem de uma sociedade dos meios à sociedade midiatizada – não acontece de forma abrupta, mas sim a partir de um processo de transformação social no qual uma se penetra na outra. Fenômenos dessa passagem podem nos apontar características

dos complexos circuitos que se formam em torno da notícia. Conforme o apontado por FAUSTO NETO (2009):

Casos mais recentes apontam o avanço desta complexidade: o afastamento do ombudsman da FSP, provocado por sua discordância em fazer recuar novo dispositivo interacional jornal-leitor, assegurado pela internet e o episódio do “blog da Petrobrás”, caracterizando novas formas de ação entre fonte-jornal. Este último gerou um amplo debate enfatizando as novas maneiras através das quais a fonte co-participa do processo de construção da noticiabilidade. Estes fatos aparentemente restritos às rotinas jornalísticas, suscitam discussões e pelas complexidades apresentadas, torna-se importante indagar sobre as causas destas mutações, que fazem aspectos estratégicos da prática jornalística escapar do seu clássico âmbito produtivo, impondo efeitos sobre a força do trabalho autoral do jornalista, especialmente sobre a natureza de sua mediação técnica-simbólica. (p. 18)

Sendo assim, a processualidade do conjunto de práticas sociais e ideologias se complexifica intensamente, por uma oferta de novos produtores de conteúdo que se atravessam nos campos sociais. As fontes e os leitores passam a investir em operações e regras de produção de conteúdo, gerando assim a necessidade do mercado de jornalismo se reinventar e repensar formas de sustentabilidade diante da tensão da ambiência vivida.

O jornalismo vê-se no centro de uma disputa de forças pela supremacia da informação, afinal o capital social do jornalismo passa a ser ameaçado pelos múltiplos circuitos em torno da notícia. Ou seja, a midiatização da sociedade descentraliza poderes até então estabilizados como o de mediador de discursos, criando possibilidades, viabilizando a propagação de múltiplas vozes para a narrativa do social.

A disseminação de novos protocolos técnicos na organização social vem transformando as tecnologias em meios de produção, circulação e discurso; ou seja, a mídia que antes apresentava um caráter pedagógico se transforma, conforme nos explica FAUSTO NETO:

Ao se converter numa espécie de “sujeito” dos processos e das dinâmicas de interação social, a cultura midiática torna-se um complexo dispositivo em cujo o âmbito se organiza um tipo de atividade analítica, cujas gramáticas, regras e estratégias geram ainda, por operações auto-referenciais engendradas no dispositivo, as inteligibilidades sobre as quais a sociedade estruturaria suas novas possibilidades de interpretação. (2008, p.94)

Essa transformação, descrita pelo autor, faz emergir novas possibilidades no âmbito dos estudos e das próprias práticas do jornalismo, pois reformulam as

condições de enunciar a realidade através de novos modelos de interação. Afinal, trata-se de um deslocamento do poder mediador, que por natureza repercute em todo o processo da prática da profissão, através de uma nova ambiência interacional.

Nessa perspectiva, FAUSTO NETO (2008, p. 98 e 99) descreve quatro aspectos do jornalismo na sociedade midiaticizada, são eles: transformações na topografia jornalística – explicitação do processo produtivo inclusivo com seus atores, mostrando que se trata de mais do que venda de jornais; auto-referencialidade do processo produtivo – novos tipos de contrato de leitura, visando destacar a existência do “jornalismo personagem” e suas performances; auto-reflexividade sobre seus fundamentos teóricos – reflexões contínuas sobre o fazer jornalístico, publicizando processos de seleção da produção; transformação do status do leitor – interações que reúnem produtores e receptores.

Esses processos transformam não apenas o jornalismo, mas principalmente a percepção destes profissionais sobre o seu trabalho, pois o contato com o leitorado caracteriza novos limites e possibilidades técnicas, mas também éticas. Esses quatro aspectos, descritos pelo autor, servem como uma “pré-produção” para essa dissertação, no sentido de que apontam pistas importantes ao tema desse estudo – as transformações éticas do jornalismo no Rio Grande do Sul – envolvendo articulações entre teoria e prática.

As mutações que se passam no processo de noticiabilidade afetam a natureza identitária do jornalista, pois ele deixa de ser apenas o “narrador” para se tornar parte do processo da notícia; descortina-se assim um leque de subjetividades que até então estavam guardadas nos “muros” da objetividade da notícia. Segundo FAUSTO NETO (2011, p. 19), a atividade do jornalismo “se vê imersa em ‘feixes de relações’ e deixa de ser apenas ‘instrumento’ a serviço de interações de outros campos”; ou seja, se antes o jornalismo tinha uma autonomia assegurada pela confiança nos sistemas peritos (GIDDENS, 1991), hoje essa relação se desloca para outros tipos de contratos de leitura, no qual a performance do jornalista passa a ser também um agente de interesse, colocando em jogo a “soberania” da atividade jornalística.

Os leitores deixam de ser atores subjetivos, presentes apenas no espaço de carta do leitor, e tornam-se atores ativos no processo de produção e até revisão da notícia, via redes sociais, gerando muitas vezes a necessidade de uma correção

imediate, dependendo do engajamento do tema. Essa nova processualidade reorganiza a ambiência jornalística em todo o seu processo, desde o ofício jornalístico até a arquitetura comunicacional.

FAUSTO NETO (2009) aponta para essas transformações no leitorado/produtor:

A ascensão de uma nova figura de “mediador”, ofuscando – ou mesmo ocupando a cena do processo produtivo jornalístico – parece-nos estar associada a dois fatores que, de alguma forma se correlacionam: de um lado, o processo exacerbado de mediação que ao gerar uma nova ambiência sócio-técnica-discursiva estaria ensejando que todas as instituições e atores sociais venham a ser afetadas pelas lógicas e operações de mediação. Isso significa o acesso dos sujeitos às tecnologias e seus processos de codificação, facilitando regimes cooperativos entre estes e os sistemas produtivos de informação. Por outro lado, o enfraquecimento da figura do perito, o especialista, em decorrência da ascensão de novos protocolos de produção de dados e de codificação técnico-simbólica. (p. 23)

A ascensão da nova figura do “mediador”, conforme descreve o autor, remonta a cena do jornalismo implicando em novos formatos, princípios, regras e formas de financiamento do jornalismo. Cabe ao perito buscar formas de se inserir nessa lógica mediada, no qual os novos “mediadores” a reconstruem a cada dia através de experiência de uso.

Nesse novo cenário, vemos surgir diversas iniciativas de jornalismo comprometidas com micros nichos sociais e passando a questionar o *habitus* até então estabelecido no campo do jornalismo. O “retrato do real” se modifica e as editoriais, por exemplo, tornam-se irreconhecíveis; as antigas práticas, enfim, o mundo passam a ser recortados por novos moldes.

Cabe também destacar que novos conceitos surgem para explicar novos vínculos que vão surgindo nas relações entre jornais e leitores. A respeito desse aspecto podemos citar os estudos realizados por VERÓN (2004) sobre capas de revistas femininas, que apontam pistas sobre a noção de contratos de leitura:

Um outro exemplo é o dos domínios novos, mais ou menos especializados. Vê-se, assim, florescer uma multidão de suportes que tentam constituir seu conjunto de leitores em torno de um centro de interesse (computador pessoal, jogos eletrônicos, vídeo, etc). É claro que, entre essas revistas sobrarão somente aquelas que tiverem conseguido construir um contrato de leitura adaptado ao domínio em questão: o sucesso (ou fracasso) não passa pelo que é dito (o conteúdo), mas pelas modalidades de dizer o conteúdo. (p. 219)

Conforme nos ensina o autor, cabe aos veículos criar outras formas de “contrato de leitura”, e isso não se deve apenas aos critérios de noticiabilidade, mas também às várias possibilidades de criação de vínculos de contato. Afinal, se essa é a sociedade da “informação”, muda a função do jornalista de apenas informar seu leitor, e neste caso ele precisa propor algo mais, ou seja, ele precisa engendrar e explicitar novas possibilidades de parceria entre leitor-produtor e veículo-produtor.

Assim, FAUSTO NETO (2010) nos atenta para a arquitetura comunicacional na sociedade em midiatização, envolvendo novas relações entre produtores e receptores da mensagem, pois atualmente esses papéis sofrem fortes mudanças, e suas fronteiras deixam de ser claras para tornarem-se cada dia mais complexas.

O Limiar das transformações da ‘sociedade dos meios’ para uma ‘sociedade em vias de midiatização’ gera novas estruturas e dinâmicos feixes de relações entre produtores e receptores de discursos. Na ‘sociedade dos meios’ os estudos sobre a recepção mostram que o receptor faz tantas coisas outras, distintas daquelas que são estimadas pelos produtores. Na ‘sociedade em vias de midiatização’ o receptor é re-situado em outros papéis na própria arquitetura comunicacional emergente. (pg. 06)

Na sociedade em midiatização, e em iniciativas presentes apenas na internet, os vínculos entre receptores e produtores vão ser atravessados por novas possibilidade de “contratos de leitura”, que aparecem como instâncias “reductoras de complexidade”. Ao se verificar o enfraquecimento de antigos vínculos, cria-se estratégias para manter produtores e receptores em interação, ou seja, esses podem servir como mecanismos para manter o “receptor” como consumidor e, ainda, transformando-o também em responsável pela produção e circulação das notícias.

É evidente que a midiatização não significa o desaparecimento das instituições ou ainda da sua atividade de representação/mediação, mas um declínio do seu poder. O que acontece de fato é um movimento contrário, de expansão de lógicas de operações deste campo para outros campos sociais tendo suas práticas afetadas e transformadas por distintas apropriações sociais.

Para tanto, GOMES (2017) chama a atenção para mudanças no funcionamento dos objetos de conhecimento midiáticos, principalmente os processos de construção, e para a importância de serem pensados na sua totalidade com suas relações, conexões e interconexões – e não mais fragmentados na cadeia que envolve produtor, conteúdo, veículo, público ou receptor. Sendo assim, vemos

que os desafios para os pesquisadores e também para a sociedade civil, são muitos, pois as mudanças acontecem de maneira acelerada e sem que possamos ter a real clareza do momento que vivemos. Propor pensar a história em seu devir é desafiador, pois ela está se construindo e se modificando a cada dia, estando, assim, vulnerável a erros e acertos.

Com a chamada midiatização, as técnicas de produção de conteúdos se popularizam, e a sociedade, através de dispositivos móveis, passa a produzir “informações” e, assim, integrar a comunidade de divulgadores de acontecimentos. Esse poder de repercutir outros campos perde sua força, enfraquecendo assim o poder mediador inerente ao jornalismo.

As distintas instituições passam a desenvolver técnicas de comunicação “autônomas” do jornalismo e, assim, um chefe de estado pode optar por comunicar-se diretamente com a sociedade, dispensando a mediação do jornalismo e dos seus operadores. É claro que esse é um movimento complexo e não acontece de forma abrupta, apresentando movimentos de progresso e retrocesso continuamente.

Na chamada pós-modernidade (século XXI), o jornalismo vive, novamente, uma intensificação de transformações, e seu papel junto à sociedade passa por abalos e questionamentos de ordem estrutural, ética e financeira. Hoje, assim como no século XVII, podemos nos perguntar: o que é jornalismo e qual é sua função junto à sociedade?

Com a popularização das novas tecnologias de informação e comunicação, vemos discussões voltarem à arena de debates em torno do jornalismo. Com a abundância de informação na sociedade, autores como HEINRICH, PRIMO, CRISTOFOLETTI, ROSENTAL, RAMONET, entre outros, passam a discutir as transformações éticas e estruturais da profissão. Em uma palestra, no 14º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo<sup>15</sup> (2019), ROSENTAL apresenta um panorama do mercado jornalístico norte-americano perante um novo cenário social e uma possível “morte” de modelos de negócios baseados na publicidade.

O novo ecossistema midiático traz uma nova lógica comunicacional que não é compatível com a estrutura dos meios herdados da era anterior. Há anos venho falando isso e repetindo a ideia de que passaríamos de uma comunicação midiacêntrica para uma comunicação “eucêntrica”, na qual cada um de nós é um meio de comunicação potencial.

---

<sup>15</sup> Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/crise-na-imprensa/licoes-da-criese-americana-jornais-mingam-ou-desaparecem-mas-novos-modelos-tentam-salvar-o-jornalismo/>

Passamos da era dos meios de massa à era da massa de meios! Outra frase de efeito que venho dizendo há anos.

Nesta perspectiva, o autor apresenta uma guinada nos processos comunicacionais de grande relevância para esse estudo, pois defende uma mudança estrutural em curso, na qual há um deslocamento no *status* do indivíduo no contexto comunicacional. Esse indivíduo deixa de ser apenas um leitor ou fonte e passa a ser parte integrante dos processos midiáticos.

ROSENTAL discute um novo ecossistema no qual os media deixam de estar no centro, dando lugar a um “personagem social” complexo, no qual produção de informação e sociedade estão imbricadas, ou seja, esse “eucêntrico” passa a ter o poder de disputa na divulgação de fatos que considera relevante, transformando, assim, as relações comunicacionais na contemporaneidade. Esse novo cenário desloca o jornalismo de seu até então tutelado “título” enquanto instituição configurada por uma atividade de mediação em relação aos demais campos para um entendimento do jornalismo enquanto uma “concorrência” de práticas de outros diversos campos via circuitos e uma diversidade de operadores técnicos.

Essa transformação na qual o jornalismo vai perdendo o seu caráter de mediador, quase único, das discursividades que envolvem práticas sociais, distinguem-se da sociedade dos meios por apresentar característica de uma sociedade mais complexa e permeada pela atividade de outros processos comunicacionais (midiatização), que não acontecem de forma repentina e sim de forma processual, na qual uma vai permeando o *modus operandi* da outra.

Esse cenário de complexificação dos processos jornalísticos se explicita cotidianamente no esvaziamento das redações, transposição de metodologias como as que envolvem, por exemplo, a reunião de pauta para espaços *online*, a transformação das narrativas discursivas, a crise de credibilidade dos peritos, a queda das receitas etc. Essas transformações também são perceptíveis quando analisamos as matérias publicadas pelo site *The Intercept Brasil*, em parceria com a *Folha de São Paulo*, em que se denunciam irregularidades na condução da *Operação Lava Jato*.

Alguns fatores dessa cobertura chamam a atenção daqueles que vêm estudando os processos de jornalismo da atualidade, o primeiro que trataremos aqui é a parceria entre um veículo independente e originalmente *web*, com um veículo de grande circulação no Brasil. Podemos nos perguntar os motivos que levam a essa

parceria, ou ainda por que um jornal web precisa de um veículo de grande circulação para publicação de conversas suspeitas entre os integrantes da maior investigação de corrupção, até então, realizada no Brasil?

Como já dito acima, é preciso compreender essa transformação jornalística como um processo no qual lógicas sociais de mídia e de midiaticização se articulam e uma passa a abastecer o *modus operandi* da outra. Nesse caso, a legitimidade que a *Folha de São Paulo* possui junto à sociedade serve de um alicerce para a promoção de um maior impacto perante as denúncias levantadas pelo *The Intercept Brasil*. Neste caso, então, o processo de transformação ou o assentamento de uma nova lógica (midiaticização), abastece-se nos processos antigos da comunicação de legitimidade do campo jornalístico.

Nesse caso, ficam evidentes outros dilemas envolvendo lógicas de mídia e midiaticização, pois os conteúdos tratam-se de conversas particulares, em uma rede social, entre integrantes da força tarefa e obtidos por fonte desconhecida; trata-se de um vazamento de conversas privadas de pessoas pertencentes ao campo jurídico, e com grande popularidade junto à população brasileira. A divulgação dessas conversas necessitava de uma estratégia, pois havia riscos claros na decisão de publicar os conteúdos recebidos.

“Já estamos trabalhando com outros jornais/revistas no arquivo. Significa: 1) mais revelações serão reportados mais rapidamente; 2) ninguém pode alegar que a reportagem tem um viés ideológico; 3) quem quiser prender os que divulgar este material terá que prender muitos jornalistas”<sup>16</sup>  
(GREENWALD, Revista Fórum, 2019)

Como podemos perceber, o jornalismo como regulador de outros campos sociais, legitimidade dos meios de comunicação tradicionais, velocidade na produção da reportagem, legitimidade do jornalismo junto à sociedade e liberdade de imprensa garantida – são apenas alguns dos dilemas que permeiam a parceria entre *The Intercept* e a *Folha de São Paulo* para divulgação de vazamentos de integrantes da Lava Jato enquanto novas possibilidades de articulação de novas e velhas mídias. A parceria com a FSP emprestou ao jornal web uma espécie de

---

<sup>16</sup> Twitte publicado por Greenwald e compartilhado em matéria da revista Fórum em 25/06/2019. Intitulada “Folha de S.Paulo faz parceria com The Intercept e trará matérias comprovando autenticidade dos diálogos”  
<https://revistaforum.com.br/blogs/blogdorovai/folha-de-s-paulo-faz-parceira-com-the-intercept-e-trara-materias-comprovando-autenticidade-dos-dialogos/>



capital social e simbólico, na tentativa de garantir maior sucesso e segurança na publicação das reportagens.

Nota-se ainda hoje o papel central da grande mídia na divulgação de grandes reportagens e em seu potencial de circulação. No século passado, muitos autores se arriscaram a pensar o futuro do jornalismo – com a popularização de dispositivos de produção de informação –, e para muitos esse seria o triunfo da tão sonhada democratização da informação, porém a contemporaneidade ainda não nos apresentou esse caráter. O que muitos autores têm descrito é pequenas bolhas como forma de espelhos de verossimilhança e uma cegueira cada vez maior para o diferente. Ou seja, a ideia de um espaço de discussão democrático em partes não se concretiza nas redes sociais, pois os algoritmos se encarregam de fragmentar as diferenças em “bolhas”, gerando, muitas vezes, a manutenção da diferença ao invés de múltiplos pontos de vista.

Infelizmente, esse novo ecossistema virou terreno fértil para a desinformação, a manipulação de sentimentos. Tem gerado polarização, com formação de tribos virtuais, num fenômeno que os sociólogos chamam em inglês de homophily – a tendência de se relacionar apenas com pessoas que pensam como você. O sonho dos efeitos positivos de uma democratização do acesso à informação e à comunicação acabou se tornando um pesadelo, que deu margem à atual onda de populismo e autoritarismo. Exatamente o oposto do que muitos pensavam. (ROSENTAL, 2019)<sup>17</sup>

Esse novo ecossistema descrito por ROSENTAL afeta a espinha dorsal do jornalismo, criando zonas de escuridão na função social destinada à profissão de garantir a manutenção da democracia. Afinal, mesmo veículos que ainda hoje gozam de certa credibilidade junto à sociedade, veem suas estratégias de ação jornalística ameaçadas pela ação de amadores/produtores e procuram formas de comunicar-se com esse público sem abalar a relação veículo/leitor.

Porém, a processualidade da midiatização já supõe uma mudança relacional entre os pares veículo/leitor, devido também ao caráter da natureza do processo tecno-comunicacional desta sociedade. Esse contexto possibilita a emergência de um tipo de sujeito (amador) que produz, continuamente, narrativas sobre acontecimentos sociais que destoam das narrativas jornalísticas da grande mídia; essa narrativa, ao ser submetida às técnicas populares de comunicação e

---

<sup>17</sup> Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/crise-na-imprensa/licoes-da-crise-americana-jornais-minguam-ou-desaparecem-mas-novos-modelos-tentam-salvar-o-jornalismo/>

expressão, como, por exemplo, o compartilhamento, muitas vezes assume um espaço de destaque no “retrato” do real, reagendando inclusive a pauta da grande mídia.

Esse novo modelo de produção e divulgação da informação gera uma transformação também no contexto do capitalismo contemporâneo, de modo que a informação torna-se o “petróleo” da atualidade; instituindo, assim, uma indústria multimídia de capitalismo flexível caracterizado pela informatização da produção, na qual a lógica de produção dá lugar a uma lógica de inovação, cujas características serão comentadas no estudo de caso.

Um dos maiores desafios para essa nova sociedade, como também para os jornalistas, é a questão ética (FAXINA, 2016; CHRISTOFOLETTI, 2019). Afinal, esse novo modo de ser desestabiliza fronteiras, gerando incertezas sobre o que é ético ou não; desenvolvem-se, dessa forma, novas dimensões para as práticas da cidadania e, assim, do jornalismo.

Os desafios éticos impostos pelos novos cenários – questão central dessa dissertação –, é o tema a ser desenvolvido no quarto capítulo. Abaixo, abordaremos o conceito de ética – da sociedade dos meios à sociedade midiaticizada –, principalmente as implicações destas transformações na conduta das práticas e dos processos profissionais de produção da notícia.

### 3. PROCESSOS ÉTICOS – JORNALÍSTICOS

No capítulo anterior fizemos uma descrição teórica da sociedade dos meios e sua passagem para sociedade midiaticizada, com o intuito de abordar especificamente contextos no qual se dão as transformações dos jornalistas, segundo dimensões éticas, na sociedade em vias de midiaticização – tema central dessa dissertação. Nesse capítulo que se inicia, daremos uma espécie de “zoom” nesse contexto para abordarmos especificamente a questão da ética em ambas as sociedades. Esse caminho é importante para compreendermos o percurso do jornalismo e suas implicações éticas; ainda, mais especificamente, compreender tais questões em relação ao problema de pesquisa em estudo nessa dissertação.

Esse caminho se faz necessário para que possamos, no capítulo empírico, descrever e compreender a natureza ética jornalística no âmbito das três iniciativas selecionadas como objeto dessa dissertação e que são atravessadas pelas reconfigurações que transformam práticas e posturas dos jornalistas em uma sociedade em midiaticização. Algumas dessas reconfigurações apontam para novos parâmetros de funcionamento da ética – os quais serão compreendidos nesta dissertação, no capítulo seguinte, a partir de um trabalho observacional entre o universo das três instituições selecionadas.

Este capítulo apresenta, então, um olhar para a ética jornalística, buscando uma maior compreensão dos princípios éticos característicos da sociedade dos meios – na qual o jornalismo ocupava um papel central de mediador – e do atual momento caracterizado pela midiaticização dos processos sociais. Quais eram e como operavam os princípios éticos que norteavam a prática dos jornalistas na sociedade dos meios? E que dilemas se apresentam hoje nesta sociedade midiaticizada no que diz respeito às relações entre ética e práticas jornalísticas?

Uma questão óbvia, nem sempre lembrada: o ritmo de trabalho do jornalista é regulado pelo exíguo ciclo de 24 horas com algumas variáveis para menos ou para mais, mas sempre asfixiado pela pressão de tempo. Periodicidade (já apontada pelo teórico alemão Otto Groth como uma lei do jornalismo) é uma marca inalienável do cotidiano jornalístico, marca essa que imprime certas características ao papel que o comunicador exerce. A primeira e mais séria decorrência que delimita sua função social é impossibilidade de qualquer forma de perfeccionismo científico. Um produto jornalístico nunca poderá ser analisado através de parâmetros rigorosos da ciência ou quaisquer esquemas teóricos rígidos. A atividade oscila, por contingência do próprio fenômeno, com extrema maleabilidade de acordo com as exigências do momento. O imprevisto, a sensibilidade à ação

oportuna e a capacidade de reação imediata são qualidades precípuas ao jornalista que fazem de sua “obra” diária um produto imediato, atilado, atual, antecipador, provocador, inquietante, contestador e contestável. O custo operacional é a imperfeição, perfeitamente assimilada por aqueles que vivem o desafio do tempo da informação. (MEDINA, 1982, p.21 e 22)

Para que possamos refletir sobre a ética jornalística é importante também compreendermos a subjetividade que permeia a profissão, e mais ainda: apreendê-la como uma prática intelectual, é claro, porém também marcada por regras e constrangimentos típicos de uma “prática” profissional.

Para que possamos ir adiante com as questões acima é importante atentarmos para o que MEDINA (1982) denomina de “imperfeição” do dia a dia no jornalismo. Dessa forma, podemos ressaltar, entre outros, dois olhares: aquele que exige do jornalista a perfeição do autor onipotente com autoridade de cientista social, ou ainda a “humildade do intermediário que sai para a sociedade para rastrear o maior número possível de versões, na busca incessante de uma verdade inatingível” (p.23).

Aliamo-nos a MEDINA no pensamento do jornalismo como uma prática que constrói seus instrumentos para operar muitas vezes em realidade adversa. Portanto, aqui não cabe um pensamento da ética “certa”, mas, sim, manifestações éticas de profissionais que no seu dia a dia buscam lidar com todos os dilemas envolvidos na tarefa de narrar histórias e acontecimentos.

Para GOMES (2006):

Alguns valores éticos aparecem como imperativos para a comunicação social em geral e o jornalismo em particular. Esses valores serão ao mesmo tempo metas a atingir, critérios de juízo para os meios de comunicação e chaves de leitura para a sua atuação.

Afirmamos que o ser humano é a norma no uso dos meios de comunicação social. Desse modo, todo e qualquer princípio moral referido a esses meios deve apoiar-se na dignidade e no valor da pessoa humana, que se realiza no âmbito da comunicação.

Proclamamos que a humanização é a meta dos meios de comunicação social. Tendo o bem comum como valor decisivo, tudo que os meios de comunicação realizam deve passar pelo seu crivo. Será bom na medida em que servir para o bem comum e for útil para a vida e o progresso da comunidade. (p.103-104)

Em uma abordagem filosófica, o autor reivindica uma ética do bem comum pautada na individualidade e sociabilidade. Nesse sentido, emerge uma visão de ética como dever consigo e com os demais. Portanto, o jornalista deve ordenar a sua prática a partir de um caráter moral individual, mas que também visa ao todo –

nesse sentido o jornalista irá escrever para ele, para além de comunicar-se com a audiência, ou seja, as escolhas são também individuais, a partir de critérios de certa forma “solitários”.

Já KARAM (1997) define ética do seguinte modo:

Este só têm sentido, em nossa avaliação, se forem entendidos como desalienação diante, por exemplo, de uma profissão, e como movimento de transformação do indivíduo em sujeito que, inscrito no mundo, reflete filosoficamente sobre si mesmo, sobre seu trabalho, suas relações sociais e age politicamente. (p.34)

Para o autor, o exercício ético é também uma projeção para o futuro, no qual se afirma novos valores com base em pressupostos que não estão dados de antemão. Nessa visada, o autor entende a ética como um ato de compreensão e reflexividade do tempo presente, no qual se abre novas arestas para transformações culturais em práticas sociais.

Filiando-se ao pensamento de SARTRE, KARAM (p.35) defende um viés de que é do homem “a responsabilidade de projetar-se ao futuro, de construir o presente, e é ele o responsável por seus resultados, sejam eles quais forem”. Desse modo, nessa perspectiva cabe ao indivíduo construir, a partir do ato ético, novos parâmetros morais para a sociedade. A ética é pensada, pelos autores, como um “ato revolucionário” instigada pela reflexão das regras morais do presente; nesse caso, vê-se a ética como um conceito de reflexividade dos parâmetros sociais instituídos.

Já KUCINSKI (2005), em sua fala no “V Fórum Nacional de Professores de Jornalismo”, apresenta um olhar desconfortado de um jornalista/professor filiado a uma tradição fundamentalista (kantiana) acerca da ética jornalística:

Nessa concepção idealista, eu pregava que o jornalismo é uma atividade que se defini por uma ética e não por uma técnica. E que essa ética é formada por um imperativo categórico, ou seja, um preceito universal de conduta aplicável em todas as circunstâncias e que não admite adaptação ou compromisso: o imperativo categórico da verdade. (...) O absolutismo dessa ética pode ser sentido por uma de suas implicações, a de que o jornalista não é responsável pelas consequências da divulgação de uma verdade de interesse público, seja ela qual for. Mas é responsável e até cúmplice das consequências de não ter socializado essa verdade de interesse público.

É uma ética Kantiana, na qual o valor verdade transcende todos os demais e se coloca de modo absoluto. E porque a ética kantiana se aplica ao jornalismo? Porque, se o jornalista começa a ponderar sobre as consequências das verdades que tem a dizer, sobre a conveniência de revelar parte da verdade e omitir outra, começa a assumir um outro papel

social, deixa de ser jornalista para ser um censor e um juiz daquilo que o povo deve ou não saber. Na ética kantiana, não cabe esse julgamento. (KUCINSKI, p. 18 e 19)

O autor expõe o seu desconforto com a visão fundamentalista a partir de uma aula proferida para alunos de pós-graduação, na qual descreve que suas ideias “provocaram uma reação alérgica imediata e muito forte, quase uma rebelião” (p.20). Tratava-se de uma turma formada em sua grande maioria por jornalistas, com experiência na área, e a fala do professor soou como uma exigência de postura irreal perante aos dilemas das grandes redações.

A visão fundamentalista constrói seus alicerces em discussões do século XIX, época em que se adota uma visão ética a partir dos princípios de imparcialidade e equilíbrio, esses princípios foram determinantes para o desenvolvimento do conceito de objetividade jornalística. O jornalismo passou a ser identificado, caracterizado e também idealizado por critérios como: imparcialidade, isenção, neutralidade, distanciamento e alheamento em relação a valores e ideologia (AMARAL, 1996, p. 26). Esses critérios de certa forma passaram a delinear/delimitar algumas das preocupações com a ética jornalística.

Para CLÁUDIO ABRAMO (1998, p.109), “não existe uma ética específica do jornalista: sua ética é a mesma do cidadão”. O autor defende que assim como qualquer outro cidadão o jornalista deve ter uma opinião clara, inclusive para a manutenção do senso crítico próprio do jornalismo. Para ABRAMO, o jornalista deve seguir princípios de cidadania, expressando-se a partir do que compreende como necessário para o desenvolvimento da sociedade, a partir de sua consciência política.

O jornalista não pode ser despido de opinião política. A posição que considera o jornalista um ser separado da humanidade é uma bobagem. A própria objetividade é mal administrada, porque se mistura com a necessidade de não se envolver, o que cria uma contradição na própria formulação política do trabalho jornalístico. Deve-se, sim, ter opinião, saber onde ela começa e onde ela acaba, saber onde ela interfere nas coisas ou não. É preciso ter consciência. O que se procura, hoje, é exatamente tirar a consciência do jornalista. O jornalista não deve ser ingênuo, deve ser cético. Ele não pode ser impiedoso com as coisas sem um critério ético. Não temos licença especial, dada por um xerife sobrenatural, para fazer o que quisermos. (p.109)

No trecho acima o jornalista levanta uma questão que é central para compreendermos a processualidade e o desenvolvimento do jornalismo e seus

“pilares” éticos: a objetividade jornalística e a construção de um profissional imparcial, que se despe de qualquer opinião para narrar os acontecimentos. Ou seja, há um esvaziamento da subjetividade do jornalista, entendido como um ser social “emoldurado” pelas suas vivências, e que no seu cotidiano pratica o exercício da escolha repetidamente: sugestão da pauta, linha a ser seguida na narrativa dos fatos, seleção de fontes, construção do texto, escolha de palavras certas, assim como escolha da imagem que melhor retrata o que se deseja informar.

Em todo este processo o jornalista é impelido a construir não apenas a “realidade em si”, mas a narrativa que se “emoldura” a partir de seu repertório de vida e intelectual. Ou seja, é preciso enfrentar a máxima de que “a realidade é um recorde daquilo que conseguimos apreender”, a partir do “repertório” que compreendemos como “verdade” necessária ao debate público.

Porém se compreendermos o jornalismo como um “documento da realidade” (ABRAMO, p. 113), com a função pedagogizante de informar e promover o debate público, a sua ética se diferencia de muitas outras profissões, conforme nos ensina CHISTOFOLETTI (2008):

Mentir a um paciente pode não ser um problema para um médico, mas uma forma de poupá-lo no estágio terminal. Para um jornalista, abandonar o compromisso com a verdade não é um deslize, é uma falha ética e grave. Então, há especificidades no campo da ação humana, da conduta ética. O jornalismo – a exemplo de outras profissões – tem suas particularidades, e não só é necessário conhecê-las como também refletir sobre elas, atualizando-as diariamente. Como se faz nas páginas dos jornais com as notícias. (p. 11)

Assim, o autor salienta para a especificidade do contrato estabelecido entre a sociedade/leitores e os veículos de comunicação/jornalistas, de que esses têm o compromisso de informar a “verdade” dos fatos. Nessa concepção, o jornalista pode se isentar das responsabilidades éticas da divulgação de um fato controverso, para a estabilidade política e social, “mas é responsável e até cúmplice das consequências de não ter socializado essa verdade de interesse público” (KUCINSKI, 2005, p.19).

Um dos grandes ensinamentos ao jornalismo brasileiro, talvez, tenha sido o caso da Escola de Educação Infantil Base, apontado como um dos maiores erros da imprensa e estudado em muitos cursos de graduação em jornalismo e até em cursos de direito. O caso tinha um forte apelo social, e a imprensa confiou rapidamente

suas narrativas em uma única fonte oficial primária, o delegado da polícia; porém, perante a pressa e ingenuidade dos jornalistas, passou-se a construir uma narrativa condenatória e em pouco tempo o rosto dos suspeitos já estavam estampados em todos os jornais – com exceção do extinto *Diário Popular*.

Vem o delegado e diz que houve lá uma orgia, isso é uma baita de uma matéria, aí chega o editor olha e fala: uma baita de uma matéria. Se eu vou colocar em dúvida o que o delegado disse, se eu vou apurar, levantar os dados eu tiro o impacto da matéria. Então você vai naquele ímpeto, quer dizer: eu não quero estragar a manchete. (...) Por melhor que seja o repórter ele chega, vai lá e apura o fato, conclui: gente isso aqui 'tá' errado; ele vai ter que convencer o editor, o editor não vai analisar o fato, o editor tem quinhentas coisas para fazer e muitas vezes não tem experiência. O Diário Popular tinha o Miranda Jordão lá ele não deu, não deu porque tinha um jornalista experiente que percebeu que era fria. (Luis Nassif<sup>18</sup>)

Nesse caso, o jornalismo tinha uma “fonte” oficial e um fato que causava ímpeto, pois as denúncias eram baseadas em abuso de menor. Os jornalistas acabaram, como em muitos outros casos, submetendo as narrativas apenas a essa única fonte. Além do apelo popular ao tema, e da adesão quase que sempre massiva da sociedade na condenação de suspeitos, esse caso descortina outra problemática ética do jornalismo: o seu contato com as fontes.

Mesmo com conhecimento de que uma fonte nunca é desinteressada, a relação dos jornalistas com estas é muitas vezes nebulosa, e no caso de fontes oficiais essa relação se torna mais complicada. DARNTON (1990, p. 83) já nos adverte a essa relação: “uma sociologia do jornalismo deveria analisar a simbiose, além dos antagonismos que crescem entre um repórter e suas fontes, e deveria ainda levar em consideração que essas fontes constituem um elemento importante de seu público”.

Essa relação jornalista/fonte é marcada, muitas vezes, por múltiplas dependências, seja do jornalista como também da fonte; o primeiro se vê prisioneiro da necessidade de construir uma relação de “troca”, principalmente com fontes oficiais, pois depende delas para dar “credibilidade” a sua reportagem. Assim como a fonte, nunca desinteressada, vê-se absorvida muitas vezes pela vaidade de se tornar notícia, ou ainda, com a possibilidade de controlar a agenda midiática.

---

<sup>18</sup> Trecho do relato de Luis Nassif ao documentário realizado por estudantes da Universidade Mackenzie para marcar os 10 anos do caso da Escola Base. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/videos/o-caso-escola-base/>



No livro “O jornalista e o assassino”, escrito por JANET MALCOM, a autora/jornalista se dedica a problematizar a relação entre fonte e jornalista. Em uma visão bastante cética ao jornalismo, MALCOM descreve a relação entre Jeffrey MacDonald, um médico condenado por assassinar a esposa grávida e as suas duas filhas, e Joe McGinniss, o jornalista que simula uma relação de amizade com o assassino para escrever um livro sobre o caso.

MALCOM é bastante enfática em suas críticas ao jornalismo e nas relações estabelecidas com suas fontes, consideradas pela autora como ingênuas ao processo de exposição que se submetem. Para a autora:

a falsidade que está embutida no relacionamento entre escritor e personagem, e sobre a qual nada pode ser feito. Só quando a personagem rompe relações com o escritor – tal como McGinniss fez comigo – é que este fica em uma posição totalmente descompromissada. Ao contrário de outras relações que têm um propósito além de si mesmas, e que são claramente delineadas como tais (dentista-paciente, advogado-cliente, professor-aluno), o relacionamento escritor-personagem depende, para subsistir, de uma certa impressão e obscuridade de propósito, senão de total ocultamento. Se todos pusessem as cartas na mesa, o jogo acabaria. O jornalista tem que fazer o seu trabalho em um estado de anarquia moral deliberadamente induzido. (1990, p.143)

A visão da escritora para a prática do jornalismo mostra um lado obscuro em sua “essência”, ao qual muitas vezes usamos argumentos éticos para amenizá-lo, ou, ainda, torná-lo mais humanizado – no sentido mais nobre do termo. Mas está implícito, inclusive nos prêmios concedidos a grandes reportagens, que o jornalista se torna notório na cobertura de tragédias humanas – a partir de seu olhar atento e cuidadoso para os personagens ali envolvidos, porém uma postura ética do jornalista não exige o jornalismo de certo “voyeurismo” na vida desses personagens.

É evidente que nessa relação escritor/fonte se estabelece uma teia envolta pela vaidade de ambos – um que é escolhido como personagem especial, a ponto de tornar-se interesse público; e outro que precisa cativá-lo, seduzi-lo para que esse confie todos os detalhes de sua história. Nesse caso a relação se estabelece a partir de interesses, de modo que os procedimentos éticos tornam-se linhas tênues.

O lado da personagem nessa equação não deixa de ter os seus problemas morais, tão pouco. A seu modo, as cartas de MacDonald para mim eram tão falsas quanto as minhas para ele. Ele estava jogando a sua isca para mim, exatamente como Malley havia descrito, e não tinha menos intenção de me “usar” que eu de “usar” a ele. Embora eu tenha tentado não zombar das

esperanças dele, dava para ver que ele não abandonava a fantasia de que seria eu a escrever a narrativa do “homem desce na prisão” que McGinniss não escrevera; (1990, p. 143, 144)

A necessidade de MacDonald de disputar a narrativa de sua história o tornava um homem esperançoso da possibilidade, mesmo que remota, de manipulação do seu escritor; não percebendo, talvez, a verdadeira natureza daquela relação. E a jornalista, por sua vez, era escolhida como “confidente” de um homem que não se conhecia a sua verdadeira “humanidade” e suas fraquezas.

Mesmo reconhecendo essa obscuridade descrita por MALCOM, a sua caracterização sobre a prática do jornalista como “moralmente indefensável” (p. 11) gera polêmicas, pois essa afirmação, de certa forma, esvazia o jornalismo de suas potencialidades, tornando a discussão ética um ato binário – caracterizado por bom ou mau. Devemos lembrar o papel do jornalismo junto à manutenção da democracia, pois esse tem um caráter político indispensável para a sociedade. O papel que o jornalismo desempenhou ao longo da modernidade é, muitas vezes, discutível em seu caráter ético, porém, a partir desse “voyeurismo”, próprio da área, a sociedade pode muitas vezes se ver de múltiplas formas; um exemplo são as múltiplas reportagens sobre refugiados, a partir das quais passamos a discutir uma problemática global e desumana.

Para KARAM (1997):

O jornalismo não é só moralmente defensável. Ele é moralmente imprescindível. Ou seja, em sua potencialidade, o jornalismo é a forma pela qual as pessoas vão se apropriando cotidianamente de seu movimento no interior da humanidade e, desta, em sua autoprodução diária. E extraem daí sensibilidade, movimento, opinião, intervenção diante dos enormes e complexos conflitos irresolvidos pelo gênero humano. E isso, é claro, tem íntima ligação com a afirmação, a crítica e a transformação de valores em conexão com a ação na esfera política e cotidiana, concreta e imediata.  
(p.39)

A crítica que KARAM faz a obra de MALCOM se dá a partir de uma generalização feita pela jornalista/escritora que, de certa forma, descola-se de práticas específicas e passa a abranger um universo de narrativas múltiplas. Falar de jornalismo é, também, pressupor uma ética de vigilância do poder; conservando, assim, a perspectiva do que é o jornalismo e qual a sua função junto à sociedade.

KAREM SANDERS afirma que: “pensar em ética é pensar sobre o que é jornalismo e o que jornalistas fazem<sup>19</sup>” (2003, p.03), e esse exercício deve levar em conta que nem todos os dilemas da profissão se tratam de atitudes éticas de simples escolha. O dilema ético dentro do campo, segundo BUCCI (2000, p. 21), é aquele que opõe um valor justo e bom a outro que, de início, também se apresenta como justo e bom; por esse motivo, a ética jornalística é tão estudada e, ainda assim, carece de reflexão.

Não que os estudos sejam restritos ou inapropriados, e sim, devido ao seu caráter permeado pela cultura e pela subjetividade dos atores envolvidos. Os dilemas éticos característicos da modernidade eram permeados pelos conceitos de objetividade, neutralidade e verdade factual; nessa “moldura”, o jornalismo desempenhava um papel de mediador entre instituições e sociedade. Porém, esse papel nos dias atuais se vê ameaçado – por modelos de sociedade que tende a rejeitar as mediações e a reivindicar seu próprio lugar de fala –, assim, o jornalismo começa a “experimentar” novas formas de vínculos com a sociedade.

Esse deslocamento não acontece de forma abrupta e merece uma reflexão detalhada de como cada sociedade desenvolvia seus parâmetros éticos para a manutenção da prática jornalística. Para tanto, abaixo, faremos uma reflexão de como a ética jornalística se constituiu e de que forma foi se transformando, na sociedade dos meios e, especialmente, na sociedade em vias de midiatização.

### **3.1 Sociedade dos meios e a ética da objetividade**

Volta e meia, deparamos com jornalistas falando em balanço objetivo, reportagem objetiva, relato objetivo, declaração objetiva, texto objetivo. Os editores estão sempre recomendando aos redatores e repórteres: sejam objetivos. Muitos manuais de jornalismo fazem o mesmo: sejam objetivos, claros e verdadeiros. A objetividade é apontada como uma das principais virtudes da matéria jornalística, qualidade defendida há quase um século pela imprensa americana, espelho de muitas, inclusive da brasileira. (AMARAL, 1996, p.17)

O cenário descrito por AMARAL aparece em muitas bibliografias do jornalismo (MESQUITA, 2004; CORNU, 1994; BARROS FILHO, 2016; COSTA, 2009) e serve muitas vezes de base para pensarmos a prática do jornalismo. No texto que segue faremos uma reflexão a partir das emergências e das

---

<sup>19</sup> Tradução nossa. Original: “Thinking about ethics is to think about what journalism is and what journalists do”.

consequências do conceito de objetividade no jornalismo, como um princípio de ética característico da sociedade dos meios.

Essas emergências são suscitadas por uma sociedade mediada, com instituições estáveis e adesão a um contrato social – fundamento da democracia. Dessa forma, é nesse contexto que o campo mediático desenvolve o papel central da mediação expandida a todos os outros campos. Ou seja, o campo mediático desponta como gestor do social, pois é ele que tem a capacidade técnico-discursiva de articular o discurso da sociedade em torno de certas práticas.

Sendo esse um campo que por natureza tem a capacidade de “costurar” a atividade tecno-simbólica dos demais campos através de sua atividade, dele é cobrado a capacidade de uma prática discursiva convergente com a verdade. Se esse tem o “poder” de gestão social, articulação dos demais campos e a sociedade, esse “poder” logo traz grandes responsabilidades éticas, como a “artesanias” de uma verdade ao público.

Para essa garantia de verdade, importa para o jornalismo o conceito de objetividade jornalística, que vai ganhar destaque a partir do século XIX (fase industrial da imprensa), tal conceito emergiu da necessidade de novas concepções em termo de narrativas da imprensa. O progresso nas tecnologias de comunicação (telégrafos), aliado à diminuição do número de analfabetos significava a possibilidade de uma abrangência maior do público leitor; perante a esse cenário, começam a surgir as agências de notícias preocupadas em oferecer para seu público uma visão mais global, e menos ideológica, dos fatos.

Os profissionais da notícia passam a ser cobrados no intuito de uma postura mais ética, ou seja, menos engajados em questões partidárias ou ideológicas, e sim, uma postura imparcial que se destine a uma parcela maior da população.

O requisito da <<objetividade>> da informação aparece ligado à necessidade de constituir o denominador comum entre um conjunto de leitores que se deseja cada vez mais vasto e diversificado, de modo a poder <<credenciar>> o periódico perante os anunciantes. (Mesquita, 2004, p.208)

Essa transição – de imprensa partidária/ideológica para neutra e objetiva – corresponde também a uma transformação dos modos de financiamento, que deixam de ser subsidiados para tornarem-se comerciais, financiados por anunciante. Era preciso aumentar o número de leitores para que o veículo fosse mais atrativo

aos grandes anunciantes; e para isso os profissionais da notícia deveriam estar de acordo com a posição “ética” da empresa jornalística.

Ou seja, o desenvolvimento de tecnologias de comunicação facilitou as possibilidades de negócio para as agências de notícias; assim, além dos jornais locais, abria-se a oportunidade de se negociar com jornais de outros continentes. Porém, para que essa nova fórmula desse certo, era preciso que suas narrativas fossem o mais abrangente possível, incluindo leitores menos instruídos e em contextos geográficos muito distintos.

A objectividade jornalística apresenta-se, não como resultado de uma reflexão epistemológica acerca do jornalismo, mas enquanto construção resultante da nova estratégia comercial da imprensa: a extensão e diversificação dos públicos aconselham uma nova atitude, que se traduz num relato dos acontecimentos que seja válido para todos os leitores e não apenas para este ou aquele indivíduo ou grupo de indivíduos. (MESQUITA, 2004, p. 208)

Conforme o autor, o conceito de objetividade se populariza no jornalismo não como uma reflexão em busca de procedimentos éticos, ou ainda pelo pensamento acadêmico, mas sim por uma necessidade do mercado. Contudo, os códigos de ética irão absorver esse dever do jornalismo – de objetividade, neutralidade, imparcialidade – e esse dever passa a servir como uma normativa ética para a profissão.

Esse contexto histórico, de certa forma, serviu como um fator pedagogizante para a prática jornalística. Ou seja, segundo MESQUITA (2004), a doutrina da objetividade funcionou em três níveis: o primeiro em nível ético, apresentando limites e deveres aos profissionais da notícia – a objetividade passou a salientar os limites da opinião e da informação ou, ainda, da interpretação a partir do desenvolvimento de técnicas. O segundo nível funciona exatamente a partir dessas técnicas, no âmbito da investigação – como o princípio do contraditório; por último, o plano das retóricas no que tange à construção da notícia – o lide, a pirâmide invertida.

Com as transformações sociais esses deveres éticos foram se transformando, porque a sociedade foi apresentando novas processualidades de funcionamento; no entanto, o princípio do contraditório, por exemplo, ainda hoje é apontado como uma norma ética, sob a qual o seu abandono pode acarretar riscos graves, como o Caso da Escola Base. Entretanto, o conceito de objetividade foi, ao longo do tempo,

desvendando-se como um engessamento do jornalista, devido ao seu caráter inatingível de apreensão do real.

Aos poucos esse conceito de objetividade foi sendo incorporado nos códigos de ética como uma norma imprescindível para maior transparência na construção da notícia. Porém, em países europeus – principalmente na França –, esse conceito não teve a mesma adesão, particularidades na imprensa francesa fizeram com que o seu desenvolvimento se desse de forma peculiar.

O jornalismo Francês marca assim sua diferença do modelo anglo-americano. A dimensão do news-gathering se mantém pouco desenvolvida por um longo período. A excelência profissional se fixa sobre o domínio e o brio do estilo, a capacidade de defender uma linha editorial. Os conteúdos de informação jornalística, que valorizam críticas, pequenos artigos e crônicas, traduzem o peso do comentário, de um metadiscurso sobre a realidade que privilegia a expressão das opiniões e transforma o acontecimento em pretexto para exercícios de brilhante e desvolto. (NEVEU, 2006, p.29)

Na França, o processo de comercialização da notícia foi mais lento, mantendo-se por muito tempo nas mãos de redes de amigos, ou ainda figuras políticas e servindo de forma enfática de propaganda oficial. Isso levou o jornalismo francês a atrasos referentes aos códigos de ética e a ações como criação e formalização de direitos para os profissionais da notícia, devido à pulverização da profissão.

Essa crítica, feita pelos franceses, ao conceito de objetividade jornalística ecoa em outros lugares, e esse passa a ser debatido no sentido de que sua aplicabilidade torna a imprensa “amoral”, pois seus métodos pressupõem um lugar de afastamento da realidade, e assim, de compromissos éticos, no momento em que um jornalista se coloca como “objetivo” em relação à realidade, este se exime de qualquer tipo de leitura ou interpretação do real.

Esse conceito foi de certa forma “ruindo”, devido à sua complexidade epistemológica, e sendo substituído em manuais de ética – empresariais, institucionais e acadêmicos –, assim, passou-se a usar termos como honestidade, *fairness* (jogo limpo), rigor jornalístico etc. Segundo MELO (1986), a questão da objetividade deslocou-se da discussão ética para transformar-se em “receituário de ação”, ditando regras de padronização e constituindo um esvaziamento da problematização referente à ética dos profissionais.

Porém, alguns postulados dos princípios da objetividade se mantiveram como uma espécie de “escudo protetor” do jornalismo, como: a apresentação de pontos de vista divergentes; o recurso da citação – no intuito de explicitar isenção e credibilidade a partir de fontes oficiais; o princípio do contraditório; o rigor na separação entre opinião e informação; a estrutura estilística baseada em princípios objetivos – lide e pirâmide invertida. Todos esses procedimentos adotados, e até defendidos, por empresas de jornalismo, servem para objetivar a notícia, causando uma espécie de “opacidade” e não de transparência.

Na construção do lide, por exemplo, o jornalista pode debruçar-se “honestamente” na apuração das informações, porém na hora de responder a consagrada pergunta – “quem”, institui-se uns dos seus grandes dilemas: quem escolher para protagonista do determinado acontecimento? Quem o jornalista deve vitimar, e que outros personagens devem ser enaltecidos?

O jornalismo é uma profissão que tem como princípio a seleção, seja de fatos, fontes, abordagens ou estilo de texto; e a seleção pressupõe sempre uma posição ética e cultural. A reflexão do jornalista ROBERT DARNTON (1990) expõe de forma didática esta posição:

Mas quais são as senhas exigidas para ter acesso ao público em geral? Pensei em meu lema preferido, rabiscado entre os grafites nas paredes do — ‘barraco’ dos repórteres, em frente às delegacias em Manhattan, em 1964: — ‘Toda notícia que couber, a gente publica’. Converter os fatos em matérias e publicar as matérias é uma questão do que pode caber em termos culturais – convenções narrativas e tradições jornalísticas que funcionam como uma maneira de dar uma forma ao amontoado confuso e ruidoso dos fatos do dia. Quando troquei o jornalismo pela história, fiquei fascinado com o processo geral do que cabe e do que não cabe culturalmente. (1990, p. 15)

O jornalista refere-se a um processo de mediação da realidade, a partir da seleção do noticiário, assim como de critérios culturais subjetivos dos participantes do processo de produção do material jornalístico, incluindo aí o papel do editor. Para o autor, as relações de produção e construção da notícia se dão de jornalista para jornalista. Ou seja, os jornalistas escrevem para outros jornalistas, para os seus companheiros de redação na busca de uma ascensão do seu status junto a seus pares.

Na visada do autor cabe também pensarmos em uma ética jornalística constituída pelas normas internas da profissão, inspirada pela necessidade de

ascensão junto ao seu próprio grupo de reconhecimento. No período da modernidade, o jornalismo constituiu-se a partir de critérios muitas vezes internos à profissão; nesse período, havia códigos próprios dos espaços da redação (DARNTON, 1990; MESQUITA, 2004; AMARAL, 1996; ABRAMO, 1988, BUCCI, 2000), e ali o jornalista se constituía como profissional, a partir das experiências absorvidas naquele dispositivo de “aprendizado”.

ABRAMO (1998, p.109) aponta que “a ética do jornalista é a ética do cidadão”, essa afirmação causou discussão entre os estudiosos da ética jornalística; porém, ainda no mesmo texto o autor afirma que: “Evidentemente, a empresa tem a sua ética, que é a dos donos. Pode variar de jornal para jornal”. Essa reflexão de ABRAMO é defendida por muitos estudiosos da área, e reflete a relação estabelecida entre as instituições jornalísticas e seus profissionais.

O fato do autor – e também jornalista, com passagem em grandes veículos de comunicação – colocar a ética do jornalista “emoldurada” por uma ética do cidadão, ou seja, do certo e do errado; e, no entanto enfatizar uma ética das empresas, própria dos donos, reflete um retrato dessas relações e dos seus possíveis cerceamentos perante a liberdade dos profissionais. A própria ascensão do conceito de objetividade na relação com a transformação de financiamento dos veículos, aponta para uma ética profissional/empresarial, preocupada com a credibilidade junto à “audiência” e a sua posição perante aos anunciantes.

Segundo BUCCI (2000):

A discussão ética só produz resultados quando acontece sobre uma base de compromisso. Se uma empresa de comunicação não se submete na prática às exigências de busca da verdade e do equilíbrio, o esforço de dialogo vira proselitismo vazio. E inútil. No máximo, um colóquio de etiqueta. Aliás, é assim que acontece com frequência. Debatem-se as boas maneiras dos repórteres, se eles tratam bem o entrevistado, se se apresentam corretamente como jornalistas, se ouvem os dois ou mais lados do tema que estão cobrindo, se invadem a privacidade da atriz que depois decide processar a revista – que por sua vez só vive de explorar detalhes da intimidade de pessoas famosas –, e assim por diante. Tudo isso é importante, claro, mas é pouco diante das falhas éticas que vitimam a sociedade brasileira. Essas até contam com a colaboração ativa de jornalistas que tomam parte na confecção das imposturas, mas em geral são cometidas por empresas e não por redatores; são faltas institucionais e não desvios pessoais. (p.32)

Conforme os trechos de ABRAMO e BUCCI, percebe-se uma ética jornalística permeada por veículos, os quais seriam os “organizadores/censores” da prática jornalística. Ou seja, o período da modernidade é marcado, também, pela “força” das



instituições que, no caso aqui exposto, reflete-se em: vínculos de trabalho formal, constituição de grandes conglomerados de comunicação, concentração e monopólio da comunicação. Esse cenário contribuía para que os profissionais tivessem que se adequar às regras das empresas jornalísticas, no que tange tanto aos procedimentos técnicos como também éticos.

### **3.2 Novos jogos de interação – novos modelos de ética**

Apesar disso, esse cenário passa a transformar-se com a ascensão e com a popularização de novas tecnologias de comunicação e informação – como as redes sociais e os dispositivos móveis. Esse processo, caracterizado acima como midiatização, passa a transformar profundamente as instituições mediadoras da sociedade; os parâmetros da técnica jornalística se transformam diante de um novo cenário de oferta de informações.

As relações sociais e os pactos de mediação passam por fortes abalos de credibilidade e estabilidade, e os processos sociais passam a apontar para um abandono da necessidade de uma instituição, como a midiática, associada com a vocação de um gestor do social. Nessas condições, a sociedade busca a autonomia na construção de suas próprias narrativas.

Já no final do século XX, e início do século XXI, autores como PIERRE LÉVY anunciavam uma era de democratização do conhecimento e da comunicação. A ideia de inteligência coletiva era anunciada com euforia e esperança, porém, passados quase vinte anos desses primeiros prognósticos, o cenário que vemos é outro – com muitos avanços é claro, mas também com novos e difíceis dilemas no que tange à ética do jornalismo e também do cidadão.

No subcapítulo acima refletimos sobre a objetividade e os parâmetros da ética do jornalismo na modernidade; abaixo, passaremos para a reflexão da atual ética nas sociedades em vias de midiatização, e como essa vem sendo discutida no âmbito acadêmico.

Há uma significativa mudança em curso nas comunicações. Ela afeta não somente a maneira como o jornalismo e entretenimento são fabricados, mas o modo como são consumidos. Essa mudança atinge também a linguagem. Ao mesmo tempo, os mercados econômicos assistem a uma progressiva concentração de empresas nessa área, fato que tende a dar nova face à indústria com a convergência entre telecomunicações e mídia – sem falar no nascimento de empresas que inventam novas maneiras de comunicar,

criar nichos inéditos de mercados ou os abocanham das empresas tradicionais. As transformações edificam uma indústria diferente, uma nova mídia. Esse movimento exige a rediscussão da ética nas comunicações, no jornalismo, porque propõe novas questões. Exige também uma compreensão mais ampla desses fenômenos até mesmo para entender como essas empresas tratam a ética. (COSTA, 2009, p.15)

Pensar a ética jornalística da atualidade é desafiador, pois o tema de cara já nos impõe o seu caráter rizomático e não mais fragmentado por técnicas e relações de uma profissão. Conforme COSTA, essa é uma mudança na prática, no consumo, nas narrativas midiáticas e ainda de mercado; todos esses fatores se traduzem em uma rede, que dela emergem novas posturas, princípios e dilemas éticos, os quais afetam a atividade comunicacional.

Essas mudanças passam a transformar de forma profunda a prática do jornalismo e as próprias relações sociais, pois passamos de um capitalismo de elos, de estruturas e de garantias para um modelo capitalista de performance, de redes e não mais de mediações fortes e estruturadas. Essa sociedade atual é caracterizada pela chamada “economia de compartilhamento” e um dos grandes exemplos do momento é o Uber, a maior empresa de transporte do mundo que não possui nenhum carro; seu trabalho é o de desenvolver uma “rede” (*software*) para conectar motoristas e passageiros.

Esse novo modelo de sociedade, caracterizado pela midiatização, apresenta discursos heterogêneos e a prática técnico-discursiva é deslocada de uma soberania dos meios para as “mãos” de todos. Essas performances buscam competir com os discursos midiáticos como uma forma de explicitar a necessidade de múltiplas narrativas. Novos atores sociais passam a buscar notoriedade nesses espaços de múltiplas possibilidades, despontando muitas vezes para um caos informativo – os jornalistas com isso tentam entender qual o seu papel nessa sociedade, onde a mediação perde o seu valor e a função de difusor de informações está nas mãos do social.

Em decorrência dessas mudanças e de transformações técnicas, CHRISTOFOLETTI (2008, p. 95) aponta dois impactos determinantes no jornalismo: a chegada dos computadores e dos *scanners* às redações, os quais trouxeram a possibilidade de compactar materiais e, com isso, abriu-se uma facilidade à memória dos arquivos. Além disso, a substituição da máquina de escrever pelos computadores, juntamente com uso de *softwares*, reformulou o horário de

fechamento das edições e a jornada de trabalho, algumas funções desapareceram assim como outras surgiram, remodelando assim a operacionalidade das redações.

Os espaços da redação foram aos poucos se transformando e, logo após, “minguando”. Aquele frenético barulho do datilografar cala-se para o silêncio dos teclados do computador (RAMONET, 2012). Há, ainda, um esvaziamento da redação – devido ao número de jornalistas demitidos. Com isso, surgem iniciativas com outras lógicas e princípios produtivos e morais, nos quais a redação é virtual, as reuniões de pauta se dão a partir de *chats* em redes sociais, e a produção da notícia passa a ser individualizada do editor – esse se mantém apenas como um revisor.

Para DEUZE e WITSCHGE (2016):

No mundo todo, o jornalismo está em um processo de tornar-se um tipo diferente de profissão. Uma vez organizada em instituições formais, onde os trabalhadores contratados produziram conteúdo em condições de trabalho altamente estruturadas, embora informais, hoje a experiência vivida por jornalistas profissionais é muito mais precária, fragmentada e em rede. No centro do projeto de compreender o jornalismo como uma profissão, com suas diferentes funções na sociedade, é preciso conceituar o jornalismo para além das antigas organizações jornalísticas. (p.08)

Essas novas lógicas transformam o “ser” jornalista e conseqüentemente seus princípios éticos, pois se perde a figura do jornalista antigo na redação, a qual servia como uma escola; agora, esse jornalista se constitui muitas vezes na própria prática e a partir de erros e acertos ao longo da carreira. O seu princípio ético acaba por se constituir de forma mais solitária, pois os parâmetros se tornam mais obscuros.

As novas técnicas de interação acabam por transformar a forma como o jornalista apura os dados de suas reportagens, abrindo um leque de problemáticas referentes ao seu modo de obter informações. Um exemplo disso é o caso de Jason Blair, repórter do *The New York Times*, em maio de 2003 houve denúncias de que o jornalista havia plagiado textos e inventado trechos de entrevistas e contato com fontes de informação, o fato acabou por abalar a credibilidade do jornal que demorou, pelo menos, quatro anos para descobrir a fraude.

Blair usava a internet para plagiar texto e encontrar detalhes para suas histórias fictícias. Se não fosse pela quantidade de informações e pela facilidade de consegui-las na web, o repórter não teria feito o que fez, certo? Não se pode dizer isso. Não se pode transferir para a rede mundial de computadores, para os sistemas informativos, as ações desempenhadas pelos seres humanos. A tecnologia pode ser boa ou ruim, dependendo do uso que homens e mulheres fazem dela. Uma faca serve tanto para matar quanto para dividir um pão. (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 96, 97)

Conforme o autor aponta, a presença da tecnologia disponibiliza uma série de artifícios, de modo que o jornalista construiu sua reportagem sem sair de casa, usando dados sem a devida checagem. Porém, mesmo antes da popularização das redes de informação isso já ocorria – talvez de forma menos evidente –, mas também devemos perceber que a internet muda a forma como os jornalistas realizam a produção e a apuração de uma reportagem, inserindo inclusive um novo tempo para essas tarefas.

O jornalista da atualidade tem o seu tempo de produção consideravelmente reduzido – comparado há algumas décadas atrás –, isso se deve tanto a demandas da sociedade como também a necessidades dos veículos de manter os sites “atualizados” em relação aos fatos do cotidiano. Nessa corrida por instantaneidade perdem-se algumas premissas do princípio da apuração, pois nessa busca certamente algo se perde aos olhos do profissional – por mais bem-intencionado que este possa vir a ser.

É evidente que a pressa no jornalismo não é uma novidade, conforme a famosa frase de Gabriel García Marquez, “a melhor notícia não é a que se dá primeiro, mas a que se dá melhor”. Essa discussão é antiga entre os críticos e os analistas da mídia, porém o que acontece é que, em tempos de midiatização da sociedade, esse processo de velocidade na produção do jornalismo se intensifica, gerando transtornos de ordem ética, e muitas vezes nos fazendo rever o que se entende por jornalismo.

Qualquer que seja o conceito que o jornalismo busca para si, nesse auto-resgate ou reinvenção, não pode deixar de reforçar sua função social sem se desprender da responsabilidade social que lhe é própria, nem se esquecer da qualidade técnica, ser exercido sem ética ou distanciar-se do interesse público. Se descartar essas bases, perde as raízes que o sustentam. (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 102)

Segundo o autor, o jornalismo sofre transformações intensas e ainda de difíceis soluções, porém, para que possamos reinventá-lo, é necessário que suas bases sejam levadas em conta, pois são elas que nos dizem o que é jornalismo. No entanto, é preciso que essas bases sejam pensadas à luz das novas variáveis que compõem a sociedade midiatizada.

A ascensão das novas tecnologias impõe aos profissionais da notícia variáveis que desestabilizam o bem-estar social dos jornalistas, os quais, até os anos 90, gozavam de altos salários e cômodas estruturas para a produção da notícia

– como no caso da *editora Abril*, que, em agosto de 2018, dispensou de uma única vez 800 funcionários. Essa “enxurrada” de demissões se espalha por vários países, afetando tanto os mais pobres assim como aqueles com economias estáveis.

No Brasil, o *Volt Data Lab* mantém um projeto denominado “A conta dos Passaralhos<sup>20</sup>”, que rastreia o fechamento de postos de trabalho nas redações, visibilizando o enxugamento de equipes jornalísticas no país; os dados refletem um quadro de 2012 em diante que já contabilizou 7.817 demissões em empresas de mídia e 2.327 demissões de jornalistas em redações. O maior agravante desse panorama é que não se trata de demissões líquidas – aquelas que levam posteriormente ao repreenchimento das vagas –, mas, sim, da extinção efetivas desses postos de trabalho.

Esse cenário aponta para impasses no modelo de negócio do jornalismo, devido a uma mudança cultural e econômica imposta pelo uso de novas tecnologias; o jornalismo passa a perder o monopólio da informação, pois novos sujeitos (web-atores) passam a disputar o cenário da produção. Com essa nova cultura, também se reinventa o mercado da propaganda, que se desloca dos grandes veículos de comunicação para as plataformas como Google e Facebook.

Essa cultura impõe outras motivações éticas no jornalismo, abre-se um mundo de possibilidades para se pensar a prática para além da mediação clássica. Jornalistas também passam a se experimentar em novos projetos e, assim, a repensar sua relação com as fontes, o leitor e até com o jornalismo.

Segundo CHRISTOFOLETTI (2019):

Antes o modelo hegemônico era a venda de espaço publicitário, somada às assinaturas e à comercialização de exemplares avulsos para os meios impressos. Antes, a iniciativa privada acabava subsidiando o jornalismo, de modo a viabilizar preços finais bem mais baixos. Isto é, a ponta da cadeia não arcava sozinha com os custos da informação jornalística. As mudanças das últimas duas décadas não foram triviais, foram “movimentos tectônicos”, para usar expressão de Anderson, Bell e Shirky (2013). O que significa dizer que os tremores de terra modificaram a paisagem e, portanto, forçam adaptações para a sobrevivência no novo cenário. (p.41, 42)

Para o autor, a prática jornalística precisa ser reinventada a partir das experiências de organizações sem fins lucrativos, que preservem os valores do jornalismo; porém, reestruturando papéis e responsabilidades, incluindo o tecido social e seus atores, pois essa sociedade já apresenta sintomas de que não vai mais

---

<sup>20</sup> <http://passaralhos.voltdata.info/>

voltar ao simples papel de consumidora, essa agora passa a produzir, fiscalizar e às vezes até refutar a versão da realidade proposta por práticas gestadas pelos jornalistas.

Para RAMONET (2012), mudou o DNA do jornalismo e agora é preciso que os jornalistas se reinventem, pois se trata de uma mudança de paradigma, visto que a informação não circula mais da mesma maneira em unidades controladas. A internet possibilita uma circulação fluida, na qual o leitor/produtor torna-se ator e pode corrigir ou até mesmo complementar tal informação de forma instantânea. Com isso, abre-se um leque de possibilidade para uma disputa da narrativa, e o jornalismo precisa adaptar-se à nova realidade de um receptor ativo.

Esse panorama apresentado pelos autores, de incertezas na prática do jornalismo e sua função junto à sociedade, acaba por impor um novo olhar para a ética jornalística. Afinal, os cânones estão em crise e o cenário é de transformação e de adaptação e não de preservação, pois se transforma a forma de fazer jornalismo, a relação com o público, as formas de financiamento e as garantias de bem-estar na profissão. Assim, o jornalista, perante a esse caos de incertezas, passa a construir novos limites éticos para além daquele garantido pela objetividade da notícia.

Segundo CASTELLS, “Uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação está remodelando a base material da sociedade em ritmo acelerado” (1999, p. 21). Essa nova economia é constituída por princípios da comunicação e da informação, implicando uma complexa articulação com as tecnologias digitais interativas, transformando a ética contemporânea na capacidade subjetiva de inovação e apropriação de ferramentas de produção.

A tecnologia, segundo JONAS (2006), assume um significado ético na sociedade, devido ao lugar central que ela agora ocupa subjetivamente na vida humana.

... o homem atual é cada vez mais o produtor daquilo que ele produziu e o feitor daquilo que ele pode fazer; mais ainda, é o preparador daquilo que ele, em seguida, estará em condição de fazer. Mas quem é “ele”? Nem vocês nem eu: importam aqui o ator coletivo e o ato coletivo, não o ator individual e o ato individual; e o horizonte relevante da responsabilidade é fornecido muito mais pelo futuro indeterminado do que pelo espaço contemporâneo da ação. Isso exige imperativos de outro tipo. Se a esfera do produzir invadiu o espaço do agir essencial, então a moralidade deve invadir a esfera do produzir, da qual ela se mantinha afastada anteriormente, e deve fazê-lo na forma de política pública. Nunca antes a política pública teve de lidar com questões de tal abrangência e que demandassem projeções temporais tão longas. De fato, a natureza

modificada do agir humano altera a natureza fundamental da política.  
(JONAS 2006, p. 44)

O autor escreve sua obra, original em alemão, em 1979 e desenvolve sua teoria ética pautada no princípio da responsabilidade, voltada para a coletividade e levando em consideração as transformações do agir humano a partir dos avanços tecnológicos. Ou seja, o autor propõe uma reformulação do cenário ético e coloca a responsabilidade como fator determinante para a conduta humana, perante as possibilidades e os perigos da tecnologia.

A contribuição do autor nos provoca no sentido de como nos relacionamos com as liberdades e os limites impostos pela tecnologia. Mesmo com sua obra voltada para problemáticas de interação do homem com a natureza, aqui propomos uma reflexão heurística acerca dos dilemas vividos pelos profissionais da notícia.

No jornalismo esses dilemas se apresentam causando fervor nas discussões em torno do futuro do jornalismo. Temas como globalização econômica e integração de mercados, em um cenário de avançadas tecnologias de informação, colocam em suspenso normas e formas de se praticar jornalismo. A tão apontada “crise” do jornalismo começa a apresentar suas consequências, como o abandono do suporte papel, a extinção de veículos de comunicação, a queda de tiragem ou audiência, pulverização da verba publicitária, o enxugamento de postos de trabalho – assim como consequências subjetivas, como sua perda de referência junto à sociedade, fatos que despontam novamente para se pensar os limites e as potencialidade éticas para o exercício da profissão.

A academia, por sua vez, vem ocupando-se de compreender essas transformações. Autores como CHRISTOFOLETTI (2011), FIGARO (2013), DEUZE e WITSCHGE (2015, 2016) vêm se dedicando a pensar as transformações éticas, as relações de trabalho e as mudanças nas práticas de jornalismo. Afinal, esse novo cenário com massificação de sistemas de publicação de conteúdo, fortalecimento da cultura do compartilhamento, popularização de computadores pessoais e dispositivos móveis de comunicação contribuem para a formação de um consumidor que já não mais se contenta com a posição passiva perante os veículos de comunicação e a disseminação de conteúdo.

Esse novo consumidor passa a apresentar novas formas de produção de conteúdo, e assim novos regramentos para a prática de jornalismo. A comunidade jornalística vê-se em meio a múltiplos dilemas quanto a normas até então

estabelecidas, que de certa forma regravam o que se estabeleceu por ética jornalística no século XX.

Importante é notar que esses fatores podem facilitar um deslocamento vital no debate sobre a subsistência do jornalismo: passar a concentrar as atenções em torno dos valores e fundamentos da atividade. Assim, para distinguir o que é jornalístico do que não é, aspectos da técnica podem hoje ser menos fundamentais que o conjunto de valores que ajudam a sustentar uma identidade profissional, um ethos. Operar esse deslocamento na discussão é priorizar uma análise sobre valores deontológicos, ordenamentos de conduta e práticas constituintes, derivadas desses acordos. (CHRISTOFOLETTI, 2011, p. 3)

A validação de uma norma, nas mais diversas áreas do saber, dá-se a partir de tensões e negociações no campo e supõe a validação de uma verdade ou ainda objetividade para a área em questão; constituindo, assim, princípios morais reguladores de comunidades plurais e culminando no máximo diálogo e consenso entre os interessados. Os códigos servem de balizas da prática profissional, servindo como normas de conduta.

Nesse cenário, voltamos a recorrer a um caso já abordado do capítulo 2.2 – Jornalismo na sociedade midiaticizada –, porém, aqui pensando não apenas nas transformações de práticas, e sim nos seus desdobramentos éticos, pois esse cenário de transformações e incertezas se explicita na relação estabelecida entre os integrantes da lava-jato, a mídia e por último a inserção do site *Intercept Brasil* reinventando novas práticas. Esse cenário suscitou primeiramente práticas de aliança, no sentido da mídia servir a um discurso simbólico pretendido pelos agentes da operação lava-jato, contudo no momento que a mídia passa a reinventar novas práticas essa passa a ser criminalizada.

É importante que nesse caso voltemos um pouco para compreendermos a construção de uma narrativa midiática voltada à espetacularização de agentes jurídicos e processos investigativos. A mídia, em um primeiro momento, serviu como um “palco” para a performance de sujeitos do campo jurídico, construindo em torno desses uma espécie de “personagens heróis” da sociedade; essa relação se explicita no artigo publicado pela ombudsman da *Folha de São Paulo*:

Falando especificamente da Lava Jato, é possível dizer que a imprensa foi transformada, muitas vezes, em linha auxiliar da operação como uma estratégia de angariar suporte. O forte apoio da população à operação e a heroicização dos líderes da Lava Jato de certa forma inibiram abordagens mais críticas aos métodos da



operação, incluídos os exageros nas buscas e apreensões, as conduções coercitivas desnecessárias e as prisões por tempo indeterminado.

Foi assim que apontar problemas na Lava Jato virou quase um tabu em nome de um objetivo maior: o combate à corrupção no Brasil.

Em 2016, o próprio juiz Moro chegou a escrever para a Folha mensagem em que lamentava que um “respeitado jornal” oferecesse espaço a um artigo de opinião publicado à época com críticas à performance dele na operação.

Viu-se, portanto, um juiz contestar um jornal por desempenhar a própria função, que é dar lugar à crítica, ouvir diferentes vozes, fomentar o debate público.<sup>21</sup>

Conforme podemos perceber no texto acima, o processo de cobrir e narrar o real não é mais atravessado somente por escolhas objetivas jornalísticas, mas também pelos desdobramentos desses perante os agentes sociais ativos no processo de construção discursiva. A fragilidade descortinada pela crise do jornalismo faz com que esse tenda a afinar-se com os discursos sociais, em uma tentativa de restabelecer os contratos da confiança mediacional.

No entanto, esses agentes do campo jurídico também passam a se espetacularizar e a autodesenvolver técnicas discursivas tentativas de controle e manipulação dos discursos sociais. A mídia serve a eles como uma “lousa”, apenas a ser preenchida conforme seus interesses. Entretanto, quando o jornalismo se apresenta na instância de fiscalizador ou de operador divergente da lógica do poder público, sua condição de “parceiro” se transforma em ilícito.

A entrada em “cena” do site *Intercept Brasil* aponta um novo momento na “parceria” lava-jato/mídia, pois o site passa a divulgar conversas entre os agentes da operação e o então juiz, Sérgio Moro. Expondo, assim, a fragilidade e também a tendenciosidade da cobertura realizada até então pela mídia nacional. O caso apresenta uma reviravolta nos parâmetros da natureza da cobertura da operação, com isso, vem à tona o questionamento social sobre a ética de alguns veículos.

Na minha avaliação, a Folha e a imprensa como um todo de forma geral trataram a Lava Jato com condescendência e agora colhem os frutos disso em forma de desconfiança.

Parece custar a uma parte dos leitores acreditar que um grupo que estava 100% certo por todo o tempo tenha feito algo de errado no curso dos acontecimentos. E, se fez, isso não seria nada demais.

Pois bem, os jornais têm agora a chance de revisitar o processo da operação - e o conteúdo das conversas é um bom gancho para isso.

O material é imenso e a percepção de pessoas envolvidas é que apenas cerca de 20% dele tenha sido examinado.

---

<sup>21</sup> A Folha faz autocrítica, coluna veiculada em 06 de outubro de 2019, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/flavia-lima-ombudsman/2019/10/a-folha-faz-autocritica.shtml>

Talvez a paciência dos leitores se esgote antes que se consiga analisar todo o conteúdo ou ainda se nada bombástico vier à tona. Às vezes, o jornalismo pode ser menos eletrizante do que os filmes fazem parecer.<sup>22</sup>

O texto acima busca uma aproximação com o leitor, com o intuito de explicitar o jornalismo como uma tentativa caracterizada por acertos e erros; afinal, nesse caso, não cabe mais a simples defesa de uma verdade factual ou objetiva. É preciso explicitar os processos internos do jornalismo nesse novo cenário de desconfiança do seu papel; enfatizando ao leitor não mais o seu caráter de divulgador de “verdades” e sim seu processo tentativo.

Nesse cenário de pluralidade de discursos e polarização social, os veículos que optam pela divulgação do material sofrem consequências por contrariar o sistema até então estabelecido. Porém, ao editor do *Intercept Brasil*, Glenn, as sanções ameaçam ser de caráter jurídico e ameaçam inclusive a lei de imprensa.

Os campos jurídicos e midiáticos passam a disputar a narrativa relativa à ética jornalística, e temas como sigilo de fontes tornam-se um debate social; deixando de ser uma preocupação de prioridade apenas de jornalistas e especialistas da área. O cenário está em constante atualização e os desdobramentos desse enfrentamento certamente irão gerar transformações em ambos os campos.

O caso *Intercept*, e a própria cobertura da Lava Jato, mostram que ainda temos muito que discutir sobre a ética jornalística, entre os seus desdobramentos estão o vazamento de dados, a real liberdade de imprensa e o espaço destinado a ambos os envolvidos nos acontecimentos. Esse é certamente um caso que ainda vai gerar teses e dissertações, mas que aqui cabe apenas como um explicitador de que a ética jornalística é sempre um exercício cotidiano do jornalismo e que nem sempre cabe em manuais ou formatos prontos.

O texto acima nos ajudou a perceber as necessidades que levaram o jornalismo a construir suas bases éticas na neutralidade, objetividade e verdade; e as transformações na sociedade que levaram o jornalismo a um caráter fragmentado e cada vez mais distante das grandes redações. Essa mudança de cenário, de declínio das grandes redações e de novos formatos de iniciativas jornalísticas nos ajuda a compreender a complexidade da prática atual do jornalismo e serve como base para descrevermos e pensarmos as realidades das três iniciativas que

---

<sup>22</sup> Mais sobre os vazamentos, coluna veiculada em 29 de julho de 2019. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/flavia-lima-ombudsman/2019/07/mais-sobre-os-vazamentos.shtml>

compõem o estudo de caso múltiplo – segundo suas peculiaridade e especificidades éticas na produção do jornalismo.

O cenário apresentado acima, de transformação nas relações de trabalho assim como das práticas jornalísticas, reflete no fazer diário das três iniciativas que compõem o estudo de caso múltiplo dessa dissertação. Esse contexto serve como pano de fundo para pensarmos as possíveis pistas relativas ao problema de pesquisa proposto nesse trabalho – como se manifestam aspectos e dimensões éticas em relatos e práticas jornalísticas no contexto da sociedade midiaticizada e especificamente no Rio Grande do Sul? Essa transformação do jornalismo mediador, objetivo, neutro e construtor de realidade passa por abalos e, assim, suscita outros valores éticos para se reestruturar e repensar seu lugar na sociedade.

Esse novo modo de ser na sociedade provoca os jornalistas a repensarem o valor ético de suas práticas e sua relação com o leitorado. Esses temas serão abordados, no próximo capítulo, na descrição e análise das três experiências eleitas para compor esse estudo. Pois novos critérios de noticiabilidades passam a ser eleitos, seja em uma ética da curadoria (Farol Jornalismo), ética do mercado discursivo (Sul21) ou ainda em uma ética do refúgio do jornalista (Nonada - Jornalismo Travessia).

#### 4. ESTUDOS DE CASOS MÚLTIPLOS

Nos capítulos acima buscamos uma exposição do referencial teórico que envolve caracterizações e transformações éticas do jornalismo, no intuito de uma maior compreensão do fenômeno que envolve práticas jornalísticas no contexto da sociedade midiaticizada. Esse encaminhamento foi necessário para compreendermos os contextos macro do jornalismo e como se desenham as possibilidades para a criação e funcionamento das três iniciativas que constituem o objeto deste estudo.

Nesse capítulo apresentaremos a formulação do estudo de casos múltiplos e a forma como foi realizada a seleção das iniciativas. Logo após passaremos a descrever suas estruturas, dinâmicas de funcionamento e desafios éticos, seguido de um processo interpretativo analítico.

Segundo YIN (2005, p. 32): “O estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Aproximando a definição do autor à realidade desta dissertação, compreender princípios, valores e motivações éticas na atividade jornalística emergente no contexto da sociedade midiaticizada.

A importância do estudo de caso para trabalhos acadêmicos, no entendimento do autor, é a de compreender fenômenos em transformação devido a efervescência de processos sociais atuais. Nesse método, abre-se ainda a possibilidade de estudo de casos múltiplos, não no sentido de replicação e, sim, na possibilidade comparativa desses fenômenos, buscando assim suas similaridades e diferenças. Segundo BECKER (1993), o estudo de casos múltiplos tem sido mais utilizado nas pesquisas atuais:

O caso estudado em ciências sociais é tipicamente não o de um indivíduo, mas sim de uma organização ou comunidade. Já foram realizados estudos de caso de fenômenos tão amplamente variados quanto cidades industriais, bairros urbanos, fábricas, hospitais mentais, e as interligações entre bairros pobres, política e contravenção. Os estudos de caso individuais também são, é claro, realizados por cientistas sociais, sobretudo na forma de história de vida; mas tais estudos, embora muitas vezes realizados por uma geração anterior de sociólogos e psicólogos, são hoje em dia relativamente raros. (p.117)

Nesse caso apresentado o estudo de casos múltiplos serve a ciências sociais, no nosso trabalho, mais especificamente, ao jornalismo, a fim de que possamos

pensar fenômenos sociais e não apenas casos específicos – buscando compreender um fenômeno de forma mais abrangente e possibilitando, em alguns casos, inclusive inferências teóricas de nível macro.

A escolha por estudo de casos múltiplos se deu a partir da ideia de importância comparativa de manifestações singulares, com suas respectivas especificidades. Desse modo, trabalharmos com três iniciativas possibilitou abordagens descritivas e interpretativas de divergência e convergência sobre o material, visando responder ao problema: Como se manifestam aspectos e dimensões éticas em relatos e práticas jornalísticas no contexto da sociedade midiática e especificamente no Rio Grande do Sul?

Sendo esse um fenômeno contemporâneo, era também importante que abordássemos mais de uma iniciativa, propondo assim uma comparação das questões éticas colocadas pelos jornalistas. Para tanto, realizamos um rastreamento das três experiências – Nonada Jornalismo Travessia, Sul21 e Farol Jornalismo – visando elencar suas características e descrever suas dinâmicas de funcionamento, valendo-se também de entrevistas em profundidade com jornalistas e editores pertencentes a cada uma das experiências.

As entrevistas semiestruturadas em profundidade serviram de contato com os jornalistas pertencentes às experiências. Sendo a ética um tema subjetivo e delicado de ser abordado, esse tipo de contato e de escuta com os jornalistas possibilitou aberturas para que as entrevistas transcorressem na forma de conversa, porém situada no problema da pesquisa, bem como nos conteúdos formulados nos capítulos que precedem a análise. Para tanto, valemo-nos de um roteiro pré-elaborado, que serviu como “norte” para o desencadeamento e aprofundamento das entrevistas conforme as possibilidades que se apresentavam no momento.

#### **4.1 Construção dos casos**

Os critérios de escolha das instituições e suas respectivas práticas jornalísticas, conforme já descritos na introdução, se deram a partir do Mapa do Jornalismo Independente produzido pela Agência Pública. Foi feita uma pesquisa no mapa com o intuito de encontrar as experiências de jornalismo localizadas no Rio Grande do Sul, e desse recorte selecionaríamos três iniciativas para compor o estudo.

Nesse levantamento foram encontrados sete veículos no Rio Grande do Sul – **Farol Jornalismo**<sup>23</sup>, **Jornalismo B**<sup>24</sup>, **Nonada - Jornalismo Travessia**<sup>25</sup>, **Acurácia**<sup>26</sup>, **Puntero Izquierdo**<sup>27</sup>, **Sul21**<sup>28</sup> e **Coletivo Catarse**<sup>29</sup>. Imediatamente tentei contato com cada um dos veículos, apresentando a pesquisa e perguntando se tinham disponibilidade para participar; porém obtive retorno de quatro iniciativas, sendo que uma delas, Puntero Izquierdo, não estava mais em Porto Alegre, e sim em São Paulo.

Sendo assim, o estudo foi composto por três objetos: Nonada – Jornalismo Travessia, que foi lançado em 2010 usando como suporte já o formato de site, se caracteriza pela cobertura da cena cultural, principalmente, de Porto Alegre; Sul21, que surge também em 2010 e no formato de site, e se ocupa de cobrir as pautas de esquerda, caracterizando-se como um veículo engajado com pautas sociais; e Farol Jornalismo, que foi lançado em 2014 e surge utilizando a *newsletter*, e mais tarde também o *paywall*, caracterizando-se por realizar uma curadoria sobre as transformações do jornalismo ocorridas no mundo.

Assim, começamos a conversar e marcamos as entrevistas que ocorreram em cafés da cidade, devido ao fato de os veículos não possuírem sede, utilizamos espaços sugeridos pelos próprios entrevistados, onde muitas vezes acontecem suas reuniões de equipe – com exceção da entrevista realizada com a editora do Sul21, que foi realizada na sede do jornal. Conversei com um integrante por vez, e nos casos em que a produção jornalística era feita por uma equipe, eu pedia para que o entrevistado me indicasse outro integrante; para que assim pudéssemos ter uma noção mais abrangente da concepção de ética jornalística nas suas práticas.

Foram entrevistados ao todo cinco jornalistas: Rafael Gloria (editor e repórter do Nonada), Thais Seganfredo (editora e repórter do Nonada), Ana Ávila (editora do Sul21), Luís Gomes (repórter do Sul21), Moreno Osório (editor do Farol); para que assim pudéssemos aprofundar os objetivos deste contato, uma vez que os casos estavam articulados com questões relacionadas com a noção de éticas dos jornalistas e com o funcionamento destas práticas jornalísticas no contexto da

---

<sup>23</sup> <http://faroljornalismo.cc/blog/>

<sup>24</sup> <https://www.facebook.com/JornalismoB/>

<sup>25</sup> <http://www.nonada.com.br/>

<sup>26</sup> <http://www.acuracia.com.br/>

<sup>27</sup> <https://medium.com/puntero-izquierdo>

<sup>28</sup> <https://www.sul21.com.br/>

<sup>29</sup> <http://coletivocatarse.com.br/>

sociedade midiaticizada. A escolha dos jornalistas a serem entrevistados se deu perante o entendimento do que seria frutífero para esta pesquisa, conversamos com editores, mas também com jornalistas. Assim, marcamos primeiro com os editores Ana (Sul21), Rafael (Nonada) e Moreno (Farol) e, a partir dessa conversa, indiquei a necessidade de conversar com repórteres e, em consenso, chegamos aos nomes de Thaís (Nonada, repórter, mas também editora) e Luís (Sul21); no caso do Farol, Moreno explicou que o veículo atualmente vem sendo produzido em parceria com a Lívia, porém esta não estava em Porto Alegre.

Sendo assim, o texto abaixo está organizado da seguinte forma: primeiramente, apresento um breve histórico da instituição, abordando como se constituíram, seus produtos, seu público-alvo, suas peculiaridades macro e sua importância no contexto geral das novas mídias jornalísticas. Já no subcapítulo que se segue, abordamos as entrevistas realizadas, abordadas em textos transcritos, os quais permitiram as descrições e as análises.

## 4.2 Apresentação do coletivo Nonada – Jornalismo travessia

Jornalismo Travessia? A gente sabe o que é ler uma matéria e achar raso e então perceber que se tivesse ido por outro caminho, por outro foco... carecia de ser muito mais embaixo, muito mais profundo – bem diverso do o que primeiro se pensou. Perceba, fazer bom jornalismo não é perigoso? Releitura de um trecho do livro “Grande Sertão Veredas”. (Por Nonada – Jornalismo Travessia<sup>30</sup>)

O Nonada – Jornalismo Travessia<sup>31</sup> é um coletivo de jornalismo cultural lançado em setembro de 2010, já no formato de site. O nome escolhido é inspirado na obra de Guimarães Rosa, Grande Sertão Veredas, já apontando para a prática de um jornalismo voltado para a cobertura de produtos culturais.

Desde seu lançamento, já passaram pela equipe mais de 200 colaboradores. Embora seja um coletivo, sua fundação está marcada pela experiência de Rafael Gloria, que na época era estudante de jornalismo da UFRGS e estagiário da editoria de cultura no Jornal do Comércio.

A ideia de criar o coletivo Nonada surge a partir da observação de sua prática, conforme conta Rafael no texto de comemoração de dois anos do coletivo:

---

<sup>30</sup> Disponível em: <http://www.nonada.com.br/sobre-2/>

<sup>31</sup> <http://www.nonada.com.br/>

Ao mesmo tempo em que gostava da rotina profissional, começava a me perguntar se o jornalismo e, mais especificamente, o jornalismo cultural, ainda mais o produzido em larga escala, deveria ser tão agarrado à agenda, ao serviço e às notas. Sei que tudo isso decorre de um longo processo industrial, mas... Onde estavam as reportagens, as críticas mais aprofundadas, ou, pelo menos, onde estava a vontade para fazê-las?<sup>32</sup>

Essa reflexão da prática também foi potencializada pela pesquisa realizada, ainda como estudante da UFRGS, na área de jornalismo cultural<sup>33</sup>. Rafael conta que essa experiência proporcionou leituras sobre os conceitos e as dinâmicas do jornalismo cultural. Junto a essas experiências, o jornalista conta, ainda, que outro fator que impulsionou a criação do site foi a sua participação do II Congresso Internacional da Revista Cult em São Paulo:

Foi durante o congresso, nesse momento, durante as palestras e o debate e todo aquele clima que me surgiu a vontade de fazer algo parecido. Caiu a ficha de que poderíamos tentar fazer algo. Ficou-me claro que o jornalismo cultural que estava proposto a fazer deveria refletir, selecionar e se aprofundar nas pautas. É claro que isso não é algo muito fácil e sim até entendo que algumas pessoas considerem um objetivo pretensioso, mas era o que acreditava e ainda acredito.<sup>34</sup>

Ou seja, a ideia de criar um veículo de jornalismo cultural foi permeada por experiências de ordem acadêmicas e de mercado, tanto por uma visão crítica como pela prática cotidiana como estagiário. Assim, a abordagem do site teria o propósito de um “jornalismo travessia”, fugindo do comum e buscando maior profundidade nas matérias.

Esse propósito foi aliado às ferramentas sociais que a internet proporcionava; em 2010, iniciativas inteiramente *online* eram ainda poucas, porém, mesmo assim, Rafael acreditou no modelo de um jornalismo *online* com matérias mais aprofundadas, o que para muitos era um projeto ousado e inviável, devido às características da internet e seus produtos, pois já nessa época estudos apontavam que o meio virtual era caracterizado por leitores que buscavam textos curtos, no intuito de produzir informação com maior velocidade.

A iniciativa foi se constituindo a partir de uma “rede” formada no entorno de Rafael Gloria, o qual reuniu um grupo de dez jornalistas – estudantes e recém-

---

<sup>32</sup> Trecho do Especial – Dois anos de Nonada Jornalismo Travessia. Disponível em: <http://www.nonada.com.br/2012/09/recortes-especial-dois-anos-de-nonada-jornalismo-travessia/>

<sup>33</sup> Editorial em vídeo sobre o lançamento do Nonada – Jornalismo Travessia em 09/09/2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fK3kKqSjrZU>

<sup>34</sup> <http://www.nonada.com.br/2012/09/recortes-especial-dois-anos-de-nonada-jornalismo-travessia/>



formados – que passaram a se reunir semanalmente para pensar o projeto, *layout* e debater ideias. Esses encontros aconteciam na casa de alguns dos integrantes e serviam não apenas para pensar a execução do projeto, mas também debater os princípios do jornalismo cultural e seus conceitos.

Enfim, perceber que a discussão do jornalismo cultural vai além do conteúdo e da forma, mas também pelo caminho de uma função social específica ligada às questões culturais tanto no sentido de pretender “eivar intelectualmente” o espírito dos seus leitores através das Artes e das Letras (a cultura no sentido greco-latino clássico), como de tratar a cultura em suas inegáveis raízes antropológicas. Assumir essa postura, para nós, não se trata de algo paradoxal, ao contrário: é o que deve nos motivar a trazer pautas diferentes.<sup>35</sup>

Assim o site vai ao ar, em 09 de setembro de 2010, como um experimento que aos poucos vai se adaptando aos princípios do jornalismo web, a equipe passa a perceber as dinâmicas de funcionamento desse novo meio, as possibilidades e os limites da prática de um jornalismo *online* voltado para a cobertura de cultura. A dinâmica de um site logo impõe suas peculiaridades que se diferem do impresso, conforme o vídeo editorial da segunda edição:

Um fato que a gente percebeu, logo na estreia do site, foi a gente ter colocado todas as matérias, todos os artigos e entrevistas de uma vez só; aí acabou gerando um acúmulo de acessos na primeira semana, ou logo nos primeiros dias do site, e no resto do mês o número de acessos foram bem menores. Então, já para a segunda edição, a gente decidiu corrigir isso e lançar as matérias semanalmente, para que os acessos fiquem mais distribuídos durante o mês.<sup>36</sup>

Era necessário compreender que as lógicas de funcionamento de um veículo online muda o padrão de acesso ao jornal e, assim, a sua forma de distribuí-lo. Se o impresso apresentava aquele clássico modelo de tiragem, distribuído a partir de uma determinada periodicidade; esse jornalismo *online* buscava maneiras de criar padrões para a “periodicidade”, para que o leitor mantivesse um contato mais regular com o jornal, evitando o acontecido no primeiro mês, no qual os acessos se concentraram todos no início do mês.

Outro ponto abordado pelo vídeo editorial da segunda edição são os enquadramentos dados aos conteúdos no primeiro mês de Nonada, que, para o editor de cinema Vinícius Fontana, não estavam de acordo com a proposta inicial:

<sup>35</sup> <http://www.nonada.com.br/2012/09/recortes-especial-dois-anos-de-nonada-jornalismo-travessia/>

<sup>36</sup> <http://www.nonada.com.br/2010/10/video-editorial-segunda-edicao/>

Na primeira edição do Nonada, a gente pensou muito na estrutura das entrevistas, nas reportagens e pensou muito pouco nas notícias. Então, agora, nessa segunda edição, a gente tá pensando em colocar as notícias de uma maneira mais analítica e fora da agenda tradicional que os outros veículos já cobrem massivamente.

Contudo, o primeiro mês do site foi considerado pelos integrantes como muito satisfatório e novos colaboradores jornalistas passaram a integrar a equipe, por meio de convites realizados por redes sociais ou ainda no contato com conhecidos. A estrutura era muito dinâmica, pois como o veículo não apresentava, e ainda hoje não apresenta, formas de sustentabilidade, os colaboradores se dividiam entre os seus trabalhos formais e a prática no Nonada.

Desde o primeiro editorial publicado pelo Nonada, vê-se uma preocupação com a construção das editorias, num traço de como a área cultural poderia ser mais bem descrita e organizada. O site foi lançado com oito editorias, sendo elas: Games, Música, Cinema, HQ's, Televisão, Economia da Cultura, Literatura e Artes Visuais; essa organização era defendida, em editoriais, como capaz de atender à forma clássica do jornalismo e também apresentar ao leitor manifestações culturais que a mídia tradicional excluía de suas narrativas. Essas editorias apontavam para uma postura diferenciada no próprio conceito de cultura, por exemplo, a inclusão de games como uma manifestação cultural. Desta forma, essa formulação do quadro de temáticas culturais apresentava já uma reinvenção ao formato clássico de entendimento de cultura.

No entanto, no dia 15 de maio de 2017, o Nonada – Jornalismo Travessia publica uma notícia comunicando aos leitores uma transformação no site – inclusive na divisão de editorias até então defendidas – e ainda explicando os motivos que levaram o coletivo a essa mudança. Conforme o trecho abaixo, aqui reproduzido:

Por que delimitar a Cultura quando ela é viva, pulsante e em constante transformação? Quando ela é plural? Aprendemos ao longo desses anos que a diversidade e a profundidade nos assuntos são essenciais para continuarmos existindo: aprendemos sim na prática e em conjunto, a partir das diversidades de visões das pessoas que compõem a equipe. E isso demorou tempo e muita reflexão.

(...)

Ainda continuaremos cobrindo com afinco o campo artístico, fazendo resenhas de filmes, shows, fazendo reportagem sobre políticas públicas. Mas continuamos aprendendo e descobrindo novas formas de cultura. Cultura popular, cultura LGBT, cultura feminista, cultura quilombola. O Brasil é esse mosaico infinito de expressões, e é isso que buscamos conhecer cada vez mais e representar em nossas matérias. Cultura para além do sinônimo estrito de obra artística. Cultura como o conjunto de elementos

que representam as mais variadas formas de viver. Na verdade, tudo se encontra e se conecta nessa longa travessia de quase sete anos.<sup>37</sup>

Após sete anos de produção de conteúdo, reestruturação da equipe, parcerias firmadas com outras iniciativas de jornalismo, o Nonada passa a perceber a cultura de outra forma. O coletivo começa a perceber outras entradas para o jornalismo cultural, resultando em uma transformação da própria identidade da experiência jornalística; princípios éticos jornalísticos baseados em uma cultura “elitista” do *mainstream* são provocados por um olhar jornalístico a partir dos direitos humanos e de temas emergentes na sociedade.

Porém, essa mudança editorial não acontece de forma abrupta e sim com uma renovação na equipe, ocorrida em 2013. Começa-se a se perceber, então, o apagamento da cultura mainstream – como, por exemplo, a cobertura do Oscar realizada ainda até 2014. Conteúdos mais voltados aos direitos humanos, às políticas culturais e à cultura negra, passam a ser maioria da seleção de pautas feitas pelo coletivo.

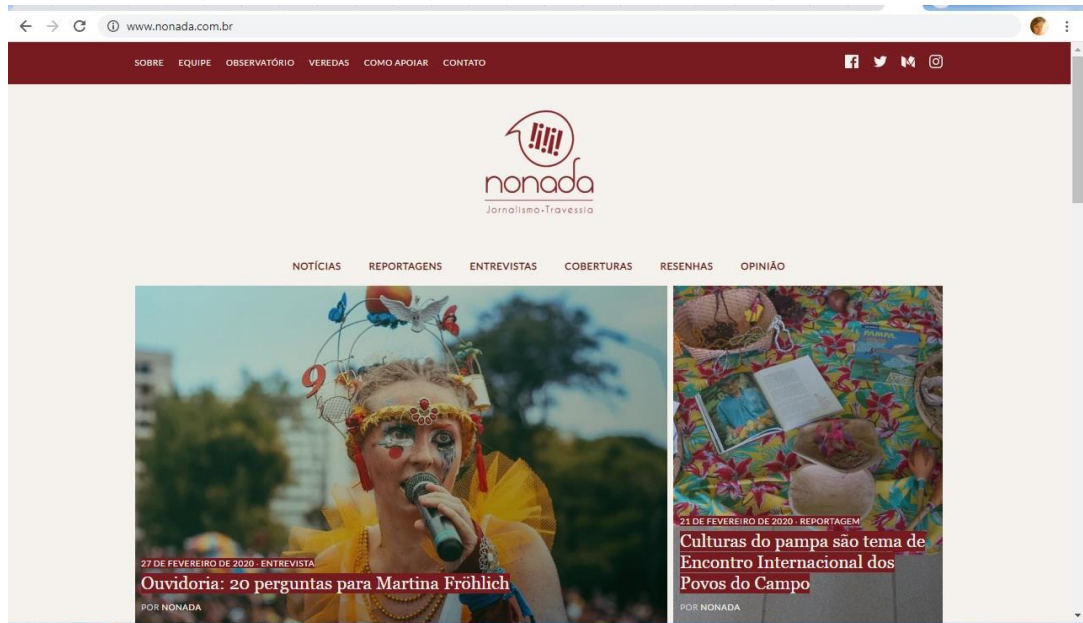
A partir dessa nova linha editorial, o coletivo passa a formar parcerias com outros coletivos de Porto Alegre. Podemos citar como exemplo as seguintes iniciativas: a proposta de articulação de um debate da mídia alternativa com candidatos à Prefeitura de Porto Alegre, iniciativa dos grupos Anú – Laboratório de Jornalismo Social, Boca de Rua, A Voz do Morro, Coletivo Catarse, Jornalismo B, Nonada – Jornalismo Travessia e TV Restinga, com apoio do Sintrajufe e do Núcleo de Comunicação Comunitária da UFRGS; o concurso de reportagem realizado pelo Nonada em parceria com Anú e Jornalismo B; e ainda o fundo de apoio à mídia alternativa, lançado pelo Nonada.

A iniciativa que surge exclusivamente *online* disponibilizada através de site, também utilizava o YouTube para publicações de editoriais (vídeocast), e a relação com os leitores se dava através das redes sociais. A publicação de conteúdos hoje se organiza a partir de editorias – e tags, as quais serão abordadas logo abaixo –, formadas a partir das classificações jornalísticas, conforme podemos perceber na imagem abaixo:

---

<sup>37</sup> <http://www.nonada.com.br/2017/05/nonada-muda-site-para-refletir-um-novo-jornalismo-cultural/>

Figura 1 – Site Nonada



Captura realizada pela autora

As editorias, conforme imagem acima, passaram a corresponder a uma lógica jornalística a partir de uma reestruturação do site ocorrida em 2017, com o intuito de repensar a própria divisão clássica da cultura. Esse novo formato deixa de apresentar algumas editorias – como música, teatro, literatura, games, etc – e passa a dividir seus conteúdos por formatos jornalísticos, como: notícias, reportagens, entrevistas, coberturas, resenhas e opinião.

Com essas transformações, o Nonada também passa a manter projetos paralelos dentro site, vinculado a temáticas sociais, como: o blog Veredas, criado em novembro de 2015; e o Observatório de censura à arte, lançado em setembro 2019.

Figura 2 – Projeto Veredas



Captura realizada pela autora

O projeto Veredas é alimentado por Priscila Pasko, colaboradora do coletivo, e busca fomentar o debate em torno da literatura realizada por mulheres; em entrevista realizada pela rádio da UFRGS, no programa Folhetim, a jornalista explica a dinâmica do blog:

A princípio, o Veredas começou eu fazendo matérias semanalmente, mas depois, com o tempo, eu não pude manter esse ritmo. Porque, assim como no Nonada, a gente não conta com nenhum tipo de verba, o Veredas também não. Então, eu tinha que continuar trabalhando, tendo algum outro tipo de renda que o Veredas não me dava, então agora não existe nenhuma periodicidade fixa, digamos com as matérias, mas eu procuro pelo menos uma vez por mês publicar alguma coisa ali.<sup>38</sup>

Nessa entrevista Priscila levanta duas questões importantes, que estão intimamente interligadas na prática do coletivo: a sustentabilidade e a periodicidade. Devido ao fato de o Nonada não conseguir sustentabilidade, durante esses nove anos, os integrantes precisam conciliar a prática no coletivo com outras atividades jornalísticas remuneradas; esse fato acaba afetando a periodicidade, assim como a permanência dos jornalistas no coletivo, tornando-se assim um lugar de passagem para jornalistas recém-formados adquirirem experiência e portfólio.

<sup>38</sup> [ufrgs.br/folhetim/2018/06/18/folhetim-entrevista-priscila-pasko/](http://ufrgs.br/folhetim/2018/06/18/folhetim-entrevista-priscila-pasko/)

As matérias já nos seus títulos apresentam um lugar de destaque para a questão de visibilidade da mulher, conforme podemos perceber: *Imaginário, voz e autoria feminina na literatura*<sup>39</sup>, *Falando em escritoras*<sup>40</sup>, *Autoras abrindo espaço nas prateleiras*<sup>41</sup>, *O gênero, a importância e o papel de uma Editora chamada Mulheres*<sup>42</sup>, *Um tempo todo seu – as escritoras e o ambiente doméstico no processo da escrita*<sup>43</sup> etc. As matérias buscam dar visibilidade à produção feminina, seja na literatura, ciência ou ainda nas artes plásticas e, assim, visibilizar uma produção desconhecida do grande público.

A última atualização do blog ocorreu em maio de 2018, e Priscila passou a se dedicar a outros projetos, como a escrita do seu livro, publicado no final de 2019. Porém, o Nonada ainda mantém o blog no ar, com todas as matérias e seu nome também aparece como integrante do coletivo, mesmo sem produção há mais de um ano.

Outro projeto que integra o site do Nonada, lançado em setembro de 2019, é o Observatório de Censura à Arte, que visa mapear casos ocorridos no Brasil desde o episódio do Queermuseu.

Figura 3 – Observatório da Censura



Captura realizada pela autora

<sup>39</sup> <http://www.nonada.com.br/2015/11/imaginario-voz-e-autoria-feminina-na-literatura/>

<sup>40</sup> <http://www.nonada.com.br/2015/11/falando-em-escritoras/>

<sup>41</sup> <http://www.nonada.com.br/2015/11/autoras-abrindo-espaco-nas-prateleiras/>

<sup>42</sup> <http://www.nonada.com.br/2016/01/o-genero-a-importancia-e-o-papel-de-uma-editora-chamada-mulheres/>

<sup>43</sup> <http://www.nonada.com.br/2016/02/um-tempo-todo-seu/>

O mapeamento ocasionou uma visibilidade do coletivo perante a grande mídia e o *Observatório de censura à arte* foi notícia na revista **Veja**<sup>44</sup>, **UOL**<sup>45</sup>, **Clicrbs**<sup>46</sup>, **Observatório da imprensa**<sup>47</sup>. O observatório rastreou 44 casos de censura, o primeiro ocorrido em julho de 2017. O rastreamento de dá por meio de redes sociais e por denúncia, que o coletivo checa e, se o caso se confirmar, é publicado no site.

Esses projetos impulsionam uma maior visibilidade ao trabalho do coletivo, tanto para outros veículos como para chamada de novos integrantes. Devido ao seu caráter de trabalho voluntário, a rotatividade dos participantes é bem alta e o coletivo de tempo em tempo realiza chamadas para novos repórteres.

Figura 4 – Seleção de novos colaboradores



Captura realizada pela autora

Essas chamadas acontecem via redes sociais e acabam, muitas vezes, por chamar a atenção de jornalistas recém-formados. A presença desses colaboradores acaba sendo muitas vezes curta, ou ainda, caracterizada por uma baixa produção devido também ao fato de esses não serem remunerados; os colaboradores produzem conteúdo no tempo disponível, sem um compromisso formal de periodicidade com o site.

<sup>44</sup> <https://veja.abril.com.br/entretenimento/e-proibido-proibir-a-censura-volta-a-assombrar-as-artes/>

<sup>45</sup> <https://portal.aprendiz.uol.com.br/2019/09/06/observatorio-da-censura-arte/>

<sup>46</sup> <http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/cultura-e-tendencias/3por4/noticia/2019/10/caso-da-exposicao-caxiense-santificados-e-registrado-no-observatorio-de-censura-a-arte-11882127.html>

<sup>47</sup> <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/espaco-do-estudante/e-preciso-resistir-a-censura/>

Na tabela abaixo mapeamos o ano de 2019, para que essas questões acima ficassem mais claras. Foi priorizado o rastreamento da data de publicação (periodicidade), a editoria, o autor e as tags utilizadas, para que assim o leitor pudesse compreender melhor o funcionamento do site. É necessário esse rastreamento para que o leitor possa compreender a forma como se organiza o coletivo, portanto, optamos por incluir a tabela abaixo de forma integral.

Tabela 1 – Publicações Nonada (2019)

<b>Data</b>	<b>Editoria</b>	<b>Autor</b>	<b>Tags</b>
12/01	Resenha	Thaís Seganfredo	Direitos Humanos, Ditadura, Ditadura Militar, História, Porto Alegre, Sexualidade
14/01	Entrevista / Reportagem	Thaís Seganfredo	Direitos Humanos, Diversidade Cultural, Políticas Culturais
17/01	Coberturas	Thaís Seganfredo	Comunidades Tradicionais, Cultura Indígena, Meio Ambiente, Porto Alegre, Protesto
21/01	Resenha	Thayse Ribeiro	Cultura Latina, Desigualdade Social
31/01	Reportagem	Laura Galli	Cultura Popular, Desigualdade Social, Direitos Humanos, Periferia, Políticas Culturais.
05/02	Notícias	Taís Seganfredo	Censura, Direitos Humanos, Políticas Culturais
21/02	Reportagem	Caroline Domingos	Espaços Públicos
06/03	Resenha	Glauber Cruz	Arte Engajada, Cultura Negra
18/03	Notícias	Nonada	Nonada, Nonada – Jornalismo Travessia
19/03	Reportagem	Thaís Seganfredo	Arte Engajada, Desigualdade Social, Direitos Humanos, Protesto
28/03	Resenha	Rafael Gloria	Cultura Negra, Porto Alegre
29/03	Opinião	Nonada	Comunidades Tradicionais, Cultura Negra, Direitos Humanos, Diversidade Cultural, Políticas Culturais, Porto Alegre, Quilombo
31/03	Reportagem	Nonada	Direitos Humanos, Ditadura, Ditadura Militar, História, Memórias
01/04	Entrevista	Renata Cardoso	Arte Engajada, Feminismo, Música Popular Brasileira, Nativismo Gaúcho, Porto Alegre
08/04	Reportagem	Thaís Seganfredo	Acessibilidade Cultural, Direitos Humanos, Políticas Culturais
23/04	Reportagem	Thaís Seganfredo	Cultura Indígena, Direitos Humanos, Políticas Culturais
25/04	Notícias	Nonada	Política, Políticas Culturais



30/04	Coberturas	Thaís Seganfredo	Cultura Negra, Desigualdade Social, Direitos Humanos, Humanidades
07/05	Reportagem	Tiago Fedrizzi	Direitos Humanos, Diversidade, Diversidade Cultural, Humanidades
13/05	Notícias	Nonada	Políticas Culturais, Porto Alegre, Universo Literário
14/05	Coberturas	Thaís Seganfredo	África, Desigualdade, Direitos Humanos, Humanidades
16/05	Coberturas / Reportagem	Carol Ferraz	Humanidades, Política, Protesto
17/05	Notícias	Rafael Gloria	Espaços Públicos, Patrimônio Histórico, Políticas Culturais
20/05	Reportagem	Bruna Suptitz	Desigualdade, Desigualdade Social, Direitos Humanos, Humanidades, Política
27/05	Coberturas	Thaís Seganfredo	Cultura Negra, Cultura Popular, Direitos Humanos, Música Popular Brasileira
28/05	Reportagem	Fabiana Reinholz	Cultura Indígena, Direitos Humanos, Política
11/06	Reportagem	Taís Seganfredo	Feminismo, História, Porto Alegre
17/06	Notícias	Taís Seganfredo	Cultura Negra, Cultura Popular, Música Popular Brasileira, Samba
21/06	Notícias	Nonada	Políticas Culturais
24/06	Notícias	Nonada	Espaços Públicos, Políticas Culturais
10/07	Entrevista	Fabiana Reinholz	Cultura Indígena, Direitos Humanos, Humanidades
14/07	Resenha	Ananda Zambi	Música Popular Brasileira, Porto Alegre
15/07	Notícias	Nonada	Políticas Culturais
19/07	Coberturas / Notícias	Taís Seganfredo	Arte Engajada, Políticas Culturais, Protesto
26/07	Reportagem	Tyane Leal	Cultura Negra, Direitos Humanos, Humanidades
31/07	Notícias	Nonada	Censura, Nonada, Nonada – Jornalismo Travessia
05/08	Notícias	Nonada	Espaços Públicos, Políticas Culturais
21/08	Reportagem	Douglas Freitas	Cultura Indígena, Direitos Humanos, Diversidade Cultural
21/08	Opinião	Nonada	Cultura Indígena, Direitos Humanos
26/08	Resenha	Thaís Seganfredo	Arte Engajada, Cultura Nordestina, Cultura Popular, LGBT
02/09	Resenha	Rafael Gloria	Arte Engajada, Desigualdade, Desigualdade

			Social
10/09	Notícias	Nonada	Nonada, Nonada – Jornalismo Travessia
14/09	Resenha	Ronald Augusto	Poesia
25/09	Opinião	Nelson Colás	Memórias, Políticas Culturais
27/09	Opinião	Rafael Gloria	Cenário Musical, Porto Alegre
02/10	Entrevista	Thaís Seganfredo	Diversidade Cultural, Políticas Culturais
23/10	Entrevista	Nonada	Cultura Negra
25/10	Opinião	Ronald Augusto	Cultura Negra
29/10	Opinião	Miguel Mangini / Victor Bento	Humanidades
31/10	Notícias	Nonada	–
04/11	Coberturas	Thaís Seganfredo	Cultura Negra, Desigualdade Social
13/11	Coberturas	Thaís Seganfredo	Cultura Negra, História, Memórias
19/11	Entrevista	Elizabet Thiel	–
20/11	Resenha	Thaís Seganfredo	Feminismo
27/11	Notícia	Taís Seganfredo	Feminismo
01/12	Reportagem	Joyce Rocha	Cultura Indígena
06/12	Opinião	Ronald Augusto	Cultura Negra, Direitos Humanos, Racismo
06/12	Coberturas	Laura Galli	Direitos Humanos, História, Memórias
18/12	Opinião	Ronald Augusto	–
19/12	Cobertura / Notícias	Nonada	Diversidade, Diversidade Cultural, Políticas Culturais

Tabela elaborada pela autora

Ao total, foram sessenta publicações no ano de 2019, nas quais, ao longo do ano, participaram dezoito colaboradores, produzindo 36,66% do conteúdo do site. A editora e repórter Thaís foi autora de pelo menos 31,66% das publicações; já os conteúdos assinados por Nonada corresponderam a 25% das publicações, concentrando-se basicamente na editoria de notícia. No total, os conteúdos publicados na editoria notícia correspondem a 25%; seguidos de reportagem, 23,43%; coberturas, 15,62%; resenhas, 14,06%; opinião, 12,5%; entrevistas, 9,37%.

É interessante percebermos a importância dos colaboradores – mesmo que de forma transitória – na manutenção do coletivo, afinal, esses são responsáveis por 60% das publicações da editoria reportagens; já as assinadas por Thaís (editora) somam 33,33%, e por Nonada 6,66%; no que tange à editoria notícias, textos mais curtos sem tanto aprofundamento, o conteúdo é praticamente todo assinado por Nonada (68,75%), ou ainda pelos editores Thaís (33,33%) e Rafael (6,66). Ou seja,

60% do conteúdo, de maior aprofundamento (reportagens), publicado no site, foi produzido pelos colaboradores.

Esses colaboradores somam um total de dezoito jornalistas no ano de 2019, cada um teve uma única publicação no site, com exceções de Ronald Augusto, que assinou três textos de opinião e uma resenha; Laura Galli, uma cobertura e uma reportagem; e Fabiana Reinholz, uma reportagem e uma entrevista. Esse cenário também descortina a dificuldade de uma periodicidade do veículo, pois, conforme a tabela acima, no mês de fevereiro foram duas publicações, já em maio esse número sobe para oito.

Outra questão que chama a atenção, na tabela acima, é o uso das tags nos conteúdos, de modo que as mais usadas são: Direitos Humanos: 51%, Políticas Culturais: 41%, Cultura Negra: 29% e Porto Alegre: 21%. Nesse ponto, fica explícito a relevância dada às minorias, assim como o recorte regional feito pelo Nonada – Jornalismo Travessia.

Essa é uma marca da característica narrativa do Nonada, que busca uma conexão com os discursos das minorias, exaltando uma cultura contra hegemônica. Esse é o caso da cobertura intitulada – *“Represento minha avó e bisavó, que foram escravas”*, diz Elza Soares ao receber o *Honoris Causa na UFRGS* – cuja matéria obteve mais de quarenta mil compartilhamentos, e já no lide podemos perceber qual será a abordagem narrativa destinada ao texto:

A noite deste domingo (26) foi de Elza Soares, mas foi também da comunidade negra da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Em sessão solene no Salão de Atos, a cantora recebeu o título de Doutora Honoris Causa, tornando-se a primeira artista negra a receber a homenagem no país. O título foi proposto pelo Instituto de Artes da universidade, em celebração também à cultura popular brasileira.<sup>48</sup>

O texto segue exaltando não apenas Elza, mas toda uma comunidade negra que ainda se encontra excluída de espaços como a universidade. O texto segue descrevendo a sessão solene, porém nitidamente priorizando contextualizar o lugar da cultura negra nesse acontecimento.

Outro texto que explicita a linha editorial do coletivo, marcada por uma narrativa das minorias, foi publicado em junho de 2017 e trata-se da cobertura do

---

<sup>48</sup> <http://www.nonada.com.br/2019/05/elza-soares-ao-receber-o-honoris-causa-na-ufrgs/>

espetáculo teatral *O Topo da Montanha*<sup>49</sup>. O texto foi escrito por Airan Albino, na época integrante do coletivo e um dos responsáveis pela mudança editorial do site, e esse não se detém apenas em descrever o conteúdo do espetáculo, mas também em fazer uma crítica social a partir da peça.

Por motivos óbvios, não escrevi para contar o que se passa na peça. As pessoas precisam vê-la, principalmente, os negros. Um dos motivos pelo qual essa ida ao teatro é extremamente importante se chama ocupação. O teatro é uma representação de tradicionalismo e da cultura clássica, logo, branca. Muitos desses estabelecimentos reproduzem o sentimento de “pedaço da Europa”. Porém, essa sensação de nobreza é vista como o não-pertencimento a quem é negro. O teatro intimida. Então, o fato de negros irem a esses espaços é, sim, uma quebra de protocolo.

Novamente, o título já apresenta pistas de qual será o enquadramento proposto à matéria: “O negro se enxerga no palco em *O Topo da Montanha*”, e, durante o decorrer do texto, Airan busca outras referências para explicitar a temática ali abordada; assim como o trecho de abertura, no qual o jornalista contextualiza o roteiro do espetáculo:

“Eu estive no topo da montanha” é o nome popular do último discurso de Martin Luther King Jr. (1929-1968). Nele, o pastor parecia estar ciente de que a sua morte estaria próxima. Era como se ele já aceitasse o final de sua trajetória em solo e, dali em diante, seguiria para o plano espiritual. As palavras ditas por Martin naquele 3 de abril de 1968 mexem com praticamente todos que conhecem essa história. Tanto que, em 2009, a jovem escritora Katori Hall resolveu recriar essa noite, desde a sua chegada ao quarto 306 do Lorraine Motel até a hora de sua morte.

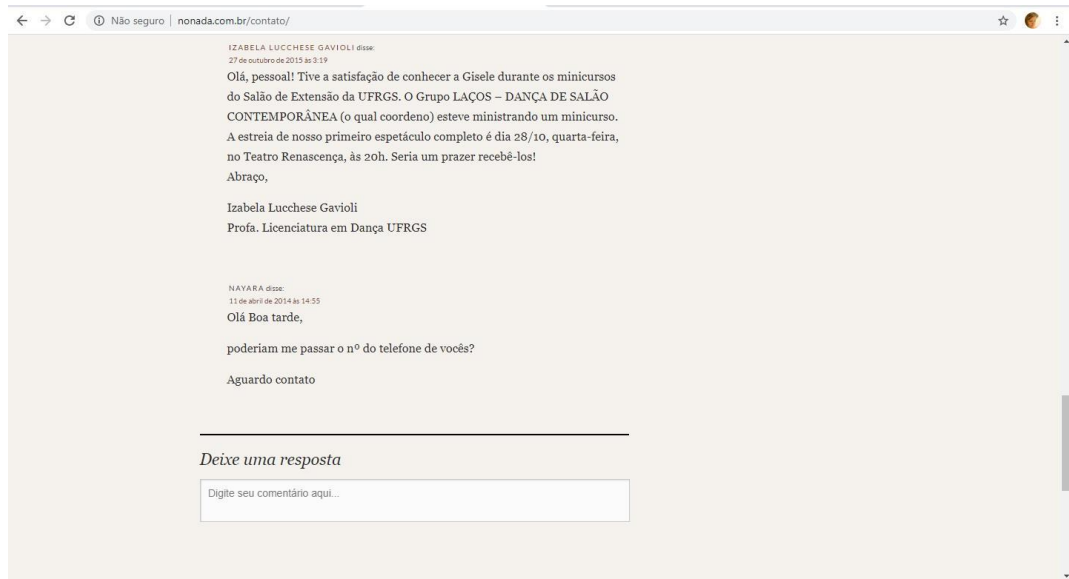
A reportagem obteve cerca de setecentos e setenta compartilhamentos, um número expressivo para um texto com mais de nove mil caracteres. Essa é outra característica narrativa das reportagens produzidas pelo Nonada, apresentando, na sua grande maioria, textos longos com pelo menos duas fontes e sempre um contexto histórico do fato abordado.

Já os espaços de contato com o leitor são praticamente inexistentes no site, ficando restrito à aba contato, conforme figura abaixo:

---

<sup>49</sup> <http://www.nonada.com.br/2017/06/o-negro-no-topo-da-montanha/>

Figura 5 – Espaço do leitor



Capturado pela autora

No total, são apenas doze comentários que versam sobre informações de contato e eventos. Assim como em sua página no Facebook, esse diálogo não se dá por uma grande intervenção do leitor, e sim, apenas por compartilhamento e poucos comentários, marcando outras pessoas nos conteúdos publicados.

Como podemos perceber acima, o Nonada – Jornalismo travessia é um veículo *online* que serve de passagem para muitos jornalistas, característica que explicita seu formato não institucional, caracterizado por: discussão de pauta *online*, grande rotatividade da equipe, narrativa voltada a movimentos sociais, ausência de sustentabilidade ou, ainda, de periodicidade fixa.

Essa descrição feita acima foi necessária para que o leitor compreendesse a dinâmica de funcionamento do coletivo Nonada – integrante do bloco de três iniciativas selecionadas para compor o estudo de caso deste trabalho –, e para que pudéssemos avançar no tema central desta dissertação, isto é, as dimensões éticas jornalísticas explicitadas pelos veículos selecionados. Sendo assim, abaixo, passaremos a descrever e a compreender como se explicitam questões éticas no coletivo Nonada a partir das entrevistas realizadas com Rafael Gloria e Thaís Seganfredo, editores e repórteres do coletivo.

#### 4.2.1 Entrevista com Rafael Gloria – o idealizador, editor e jornalista

*Eu lembro que tinha uma passagem que eu li (5ª ou 6ª série) em uma aula de português, não me lembro qual era o texto, mas eu lembro que era um jornalista que estava falando que ele não podia dizer qual era a sua profissão porque era perigosa, então me passou aquela sensação do jornalismo como uma profissão que às vezes pode ser censurada, perigosa. Agora lembrei, era um diálogo, em que uma pessoa perguntava para esse personagem com o que ele trabalhava e tal, e ele falava que trabalhava com as palavras, isso eu lembro que ficou marcado também; mas claro eu entrei na faculdade e vi que é muito mais do que escrever, enfim tu tem que apurar, mas acabei gostando também.*

Assim Rafael Gloria descreve o seu interesse por cursar graduação em Jornalismo, logo que nos encontramos e eu me preparava para conversarmos. Formado em Jornalismo pela UFRGS, Especialista em Jornalismo Digital pela PUCRS e Mestre em Comunicação na UFRGS, Gloria, além de ser o idealizador do Nonada, tem experiências no Jornal do Comércio, Jornal Metro e Correio do Povo.

Segundo Gloria, a prática e também o seu convívio com outros jornalistas foi mudando sua forma de pensar o jornalismo, e quando o perguntei então o que é jornalismo hoje, ele trouxe a sua experiência:

*Eu acho que é trabalhar de forma independente, eu acho que isso, pra mim, é muito forte, um dos pilares do jornalismo, ser transparente, independente com a informação, em uma forma de contribuir pra sociedade. Claro, pode ser muito idealista falar isso, mas o Nonada é assim também, sempre teve essa pedra fundamental, até porque é um jornalismo independente, ‘nosso mesmo’, não tem uma empresa por trás. Não que não possa fazer um jornalismo desse tipo, com uma empresa grande por trás, mas é preciso não ter outros interesses grandes econômicos por trás. Então, o jornalismo eu vejo assim, como uma ferramenta de democratizar mesmo algumas pautas e alguns assuntos que não são explorados. Ainda mais no cultural que é onde eu sempre trabalhei e sempre procurei trabalhar, porque a cultura tá sempre se formando, né, e o jornalismo também tá sempre se formando, então, eu acho que são duas coisas que se conversam muitas vezes.*

A percepção do jornalista para a sua prática é articulada com a ideia de democracia e, de certa forma, com a questão da liberdade econômica para a construção do bom jornalismo. Ainda assim, Gloria me inquietou ao caracterizar seu olhar como “idealista”, mesmo estando há quase 10 anos com o site no ar; então, o

indaguei sobre essa afirmação, se ele percebia a sua prática, ainda hoje, como idealista:

*Acho que sim, (...) pensar o jornalismo sempre foi uma preocupação nossa. Também como coletivo a gente sempre pensou o que a gente tá fazendo, sabe, por que a gente tá fazendo isso. Claro, é um trabalho que a gente nunca viveu disso, mas é sempre o que nos motiva, na verdade, a continuar fazendo jornalismo. É um motorzinho pra todo mundo que passou pelo Nonada. Eu sempre percebi que as pessoas meio que não têm espaço pra fazer o que elas querem fazer mesmo. Muitas vezes, tu está trabalhando num lugar que não te dá espaço, então tu encontra no Nonada um espaço pra desenvolver um tema que gostarias, isso aconteceu muitas vezes.*

Para Gloria, o fato de o Nonada se caracterizar como um refúgio, no qual os colaboradores encontram um espaço para um exercício “livre” do jornalismo, é um dos motivos da longevidade do site. Ou seja, a possibilidade de um fazer a partir da própria ética do jornalista – mesmo tendo como baliza uma linha editorial claramente baseada nos princípios dos direitos humanos – é o que mantém o site há quase 10 anos no ar, inclusive com prêmios<sup>50</sup>, embora o site nunca tenha sido pensado como um negócio.

Perante esse olhar de um tipo de liberdade no site, eu o indaguei sobre qual a diferença de escrever para o Nonada e para outros veículos.

*Já na pauta é diferente, já começa por aí, pro Jornal do Comércio todas as pautas que eu fiz até agora foram dos cânones, ou de grandes nomes. Difícilmente pautas que a gente faz no Nonada entrariam no Jornal do Comércio. Quando eu mando sugestão de pauta pra lá, eu já penso nisso, eles têm essa linha, de ser personagens e fontes mais históricas, mais conhecidas. Então, já começa na escolha da pauta, eu tentei mandar umas pautas mais alternativas, mas não rolou. Mas quando eu sento e escrevo, eu penso um pouco diferente de escrever pro Jornal do Comércio e pro Nonada. No Jornal do Comércio eu penso nos editores que eu já conheço o pessoal lá e tal. No Jornal do Comércio eu escrevo mais pro editor. E no Nonada é mais livre, eu escrevo pra mim.*

Essa afirmação de Gloria explicita, de certa forma, a sua visão de liberdade para a produção do jornalismo, bem como a sua ideia de que jornalismo é trabalhar de forma independente – conforme dito acima. É possível percebermos princípios de

---

<sup>50</sup> Foi menção Honrosa no Prêmio Ari 2016, na categoria Reportagem Cultural. Em 2017, foi finalista do Prêmio Parceiros da Escrita, da AGES, com o projeto Nonada.

um jornalismo “ideal” como uma prática que precisa ser nutrida fora do modelo de produção capitalista, nesse caso, o jornalismo aparece como um exercício de si, muito mais do que uma prática profissional presa a regras pré-definidas.

A partir disso, perguntei sobre as mudanças ocorridas no site ao longo do tempo, e como se deu a mudança da linha editorial.

*Como eu tô desde o início, eu vi as transformações do Nonada; com a entrada de outras pessoas, eles traziam essas problematizações de que cultura a gente tava mostrando, era só aquelas pautas clássicas do escritor, homem branco, hétero e tal – e eu sou essa pessoa, eu sou homem branco, hétero, né – e isso eu tive que deslocar, e não nasceu exatamente de uma reportagem ou de uma entrevista que eu fiz, mas destas outras vivências em reunião de pauta que trouxeram esses conflitos. Acho que esse foi o meu maior aprendizado, assim, tipo de estar aberto para isso, sabe, e demora um pouco. Claro, não é que eu seja perfeito agora, mas eu aprendi muito. Tu tem que estar muito aberto para mudanças, pois sozinho tu não muda. Jornalismo não se faz sozinho, se faz em conflito de ideias, então, por isso que eu gosto de trabalhar em equipe, sabe, em coletivo.*

Nesse caso, é interessante pensarmos que, por mais que na visão de Gloria a construção da pauta seja mais solitária – “no Nonada eu escrevo para mim” –, o seu amadurecimento para pensar o jornalismo se dá a partir dos encontros. Nesse sentido, fica explícito o jornalismo como uma construção, ou seja, como algo que não apenas “é”, mas que está se (re)fazendo a todo o momento; e para que essa reconstrução aconteça, é necessário que os jornalistas estejam abertos a desencontros de suas verdades e certezas.

Esse (re)fazer torna-se mais claro quando observamos, conforme a tabela acima, esse movimento de mudança de editoria. De um jornal que, no seu início, pouco se mostrava preocupado com questões sociais; e, após uma mudança na equipe, passa a transformar suas editorias de games para percurso negro ou ainda direitos humanos.

Um dos produtos que caracterizam o Nonada em Porto Alegre é também os cursos de extensão – jornalismo cultural e escrita criativa – oferecidos pelo coletivo a partir da ideia de fomentar a discussão em torno da produção jornalística. A ideia de criar o primeiro curso se deu também na perspectiva de gerar um financiamento para o coletivo, que pudesse pagar as despesas com o site e a produção de reportagens.



O curso foi oferecido para a comunidade em geral, o que gerou alunos de graduação de jornalismo, mas, também, de outras áreas, como história, ciências sociais etc. A perspectiva de uma formação, de certa forma, extrapola a prática de jornalismo cultural, ou ainda, comunitário e busca, para além do jornalismo, fomentar a produção de novas experiências em Porto Alegre.

Gloria explicou também o que eles procuram abordar nesses cursos:

*O jornalismo mais ligado à comunidade mesmo, o mais comunitário, que não era abordado nas faculdades. E também essa parte da sensibilidade, assim, tipo da narrativa pra esses grupos minorizados. Mas também como trabalhar na internet, com redes sociais, como direcionar isso. A gente também pensou, na hora da produção do curso, o que a gente gostaria de ter feito na faculdade que não teve: então todas as cadeiras de direitos humanos, sensibilidade, sociologia faltou um pouco na nossa formação e a gente tentou trazer isso no curso. Essa coisa “chão de fábrica” da entrevista é o fundamental do jornalismo, mesmo com novas tecnologias isso nunca vai ter que acabar, tu não pode deixar um robô fazer o teu trabalho, sabe, não existe isso, tem a sensibilidade da pessoa, a escolha que ela faz subjetiva. A gente sempre buscou por isso, sabe, mesmo estando na internet, sendo um veículo digital.*

Durante a conversa com Gloria, muitas vezes, foi possível notar que o uso da tecnologia na sua prática se deu como um nativo digital mesmo, que cresceu já em meio à tecnologia e que pensa sua prática aliada aos dispositivos móveis, devido à forma como ele conta sua experiência com games, tecnologias móveis e a própria criação do veículo diretamente no formato de site. Assim, como também chama a atenção a sua proximidade com o tempo de uma escrita mais subjetiva e até literária em alguns momentos. Gloria busca na produção da notícia um encontro com “ele próprio”, mas também descreve com facilidade as reuniões de pauta via Facebook ou WhatsApp; para ele, todas essas ferramentas servem como facilitadoras para a prática jornalística.

*A gente sempre tava se falando nos grupos de Whats, Facebook, e até para decidir, a gente tomava muitas decisões a partir desses grupos, sabe. Então, se tu pensar, é uma forma de reunião também, né, mas em vez daquela presencial, a reunião de pauta que ocorre diariamente no jornal, a gente fazia virtualmente, assim, de forma caótica um pouco, mas sempre deu certo.*

As formas de se pensar o fazer jornalístico, nesse caso, apresentam outras emergências menos institucionais, a prática nesses coletivos independentes, como o

Nonada, tem que ser pensada de novas formas, pois tais coletivos estão mergulhados em uma sociedade midiaticizada e tomam características dela. A midiaticização da sociedade reflete na prática desses coletivos, e alguns fazeres normatizados pela técnica jornalística perdem seu espaço, como, por exemplo, a reunião de pauta; novas formas de comunicação entre os profissionais são inauguradas e potencializadas por esses profissionais.

E voltando à problemática proposta por esta dissertação, como esses jornalistas explicitam a ética jornalística? Para Rafael, por meio de uma independência do jornalismo; este apresenta o Nonada, assumindo o caos como parte do processo da produção jornalística. E, assim, reinventando a prática a partir de um cotidiano próprio da midiaticização e das necessidades do coletivo.

Esse caos, descrito por Rafael, reflete-se em peculiaridades dentro do coletivo, não há um discurso institucional e homogêneo para pensar o Nonada, conforme podemos perceber abaixo com a entrevista com a Thais; esta pensa o jornalismo de forma mais objetiva, e a ética, por sua vez, como instituída.

#### 4.2.2 Thais Seganfredo – editora e jornalista

*Eu sempre quis fazer jornalismo desde criança, acabei entrando para publicidade porque eu achei que era mais fácil de passar, mas eu sempre quis fazer jornalismo. Eu queria fazer alguma coisa que tivesse mais a ver com a sociedade.*

Assim Thais descreve o seu encontro com o jornalismo, como um desejo que nasceu na infância, acabou ingressando no curso de publicidade da UFRGS, e, após cursar três anos, resolveu que o seu caminho era realmente o do Jornalismo. Formada pela UFRGS, já escreveu para o Jornal do Comércio, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Sebrae RS, Feira do Livro de Porto Alegre e Revista Press.

O ingresso de Thais no coletivo Nonada é apontado pelo idealizador do projeto como um dos marcos de virada na linha editorial. A jornalista logo que começou a fazer parte da equipe passou a questionar a maneira como o jornalismo cultural estava representado no site, e rapidamente passou a ser editora devido ao seu engajamento junto ao site, assim como pautas de direitos humanos.

Thais conta que, logo ao entrar para o coletivo, começou a explicitar a sua visão de jornalismo e de cultura:

*O Rafael me convidou, eu entrei. Eu admirava o Nonada, mas, pra mim, a linha editorial era muito aleatória, não tinha uma linha editorial, eles faziam o que eles gostavam, é o que eu vejo hoje, falando de fora, como é a minha percepção assim. Mas eu pensei: o Nonada nunca teve esse problema de machismo, as gurias que eu conhecia não me falavam de nenhum problema ligado a isso. E aí eu fui sentar e conversar com eles e fomos ver as 3 ou 4 primeiras páginas: era só matéria sobre homem branco e hétero, sabe, só artista homem, branco e hétero. Daí, sentei com eles e falei e tal. E comecei, a partir daí, a produzir a primeira matéria que mudou o Nonada, não porque fui eu que fiz, mas porque foi um início que fez a gente pensar. Foi sobre um grupo de musicistas feministas da UFRGS, enfim, era uma bigband da UFRGS. E, a partir daí, eu fui organicamente pensando sobre isso, e ainda tivemos a sorte de logo em seguida conhecer o Airã<sup>51</sup>.*

A matéria citada pela jornalista foi publicada em 31 de maio de 2014, e sua chamada era: “Feminismo e protesto em forma de arte<sup>52</sup>”. Essa foi a terceira escrita pela jornalista e mostra um padrão bem diferente do até então abordado pelo coletivo, que produzia um padrão de jornalismo mais voltado para uma “elite”. A partir de então Thais passa a escrever sobre cultura negra, indígena, arte engajada, diversidade sexual etc.

É possível percebermos o enquadramento dado à cultura na matéria citada por Thais, logo abaixo; nesse fragmento inicial do texto, a jornalista aponta para a cultura por outro viés, não apenas estético, mas também engajado e comprometido com questões sociais.

Libertárias, feministas e apaixonadas por música. É assim que as integrantes da Orquestra de Mulheres, banda formada por 11 vozes femininas e instrumentos como violões, guitarra e percussão, se definem. Com a proposta de se expressarem sobre o machismo e a opressão que vivem cotidianamente, elas se reuniram pela primeira vez há pouco mais de um ano e meio para levantar vozes e transformar anseios em arte. (Matéria veiculada em 31 de maio de 2014)

Esses temas não ficam apenas restritos à sua produção, mas também passam a serem inseridos nas discussões do próprio coletivo, assim como na revisão de conteúdos feita pela editora. Segundo a própria Thais, ela é uma editora “controladora”, que busca sempre defender uma linha editorial humanizada.

---

<sup>51</sup> Airan Albino passou a fazer parte da equipe em 2015 e escrevia principalmente sobre cultura negra.

<sup>52</sup> <http://www.nonada.com.br/2014/05/orquestra-de-mulheres-feminismo-arte/>

*É claro são características que eu tô tentando refletir sobre o que eu vejo e que as pessoas também do Nonada dizem é que: eu sou um pouco controladora na hora de defender essa linha editorial com unhas e dentes, e talvez não precisasse ser tão hermética. Isso é algo que eu fui vendo ao longo do tempo, por ser muito engajada, eu acho que acabo pegando um caminho muito estreito e, claro, como eu sou editora, eu meio que eu sugiro muitas pautas, não que eu vá impedir pautas – no passado isso era mais forte porque a gente tinha mais gente fazendo –, mas aí alguém sugeria uma pauta e eu já fazia o contraponto –, não sei se é bem por aí sabe. Eu era a pessoa do contraponto, por ser mais engajada nesse sentido. E daí isso se reflete tanto no dia a dia, na sugestão das pautas, como no direcionamento e na edição do texto que eu cuido bastante. Eu acabo fazendo interferências diretas no texto, mais no sentido de certas palavras que eu acho que podem soar pejorativas, nesse sentido, de cuidado que a gente tem que ter.*

A jornalista acredita que o princípio do jornalismo – voltado para a visibilidade de questões sociais – jamais deve ser esquecido; ainda, que todo o jornalista em sua prática deve estar sempre atento a ele, pois, para ela, fazer jornalismo é uma travessia de responsabilidade ética. A partir disso, a indaguei sobre como ela definiria o jornalismo:

*Tem que seguir o conjunto de valor e técnicas do fazer: objetividade, compromisso com a verdade. E aí, como tu busca a objetividade? Indo atrás de fatos, de documentos, de fontes. Pra mim, jornalismo é simplesmente seguir a técnica. Claro que tem a responsabilidade social também; pra mim, o jornalismo tem que estar atrelado à ética, a favor dos direitos humanos e contra pressão em qualquer sentido. Mas isso, para mim, é tão inerente, esse lado da ética, que eu não levo em conta.*

Thais, nesse momento, descreve a ética como algo dado, inerente e não uma construção de encontros e desencontros diários. Sua visão de jornalismo também aponta para questões como “compromisso com a verdade” de forma enfática, visando um jornalismo bastante ligado aos princípios discutidos acima no capítulo de sociedade dos meios.

Citando um exemplo real de desassossego com uma matéria jornalística, Thais nos conta de uma notícia sobre a Prefeitura de Porto Alegre e o Funproarte:

*Foram as matérias que eu fiz sobre a Prefeitura, ela estava descumprindo uma lei do Funproarte. Claro, a gente teve cuidado de checar e aí publicou e, nossa, eu acho que a gente não chegou a ouvir a prefeitura. Depois, eles nos enviaram uma lista de dez coisas que eles confrontaram na matéria. Aí, a gente pensou: a gente publica ou não publica? E aí,*

*claro, a gente chegou à conclusão de que obviamente tinha que publicar, né. Mas acho que foi certamente aí, foi aí que eu balancei e falei: não quero publicar isso. Claro, pra gente não tinha sentido as respostas da Prefeitura, não tinham sentido porque não justificava o que estava escrito na matéria; mas igual, a gente chegou à conclusão que tinha que cumprir o papel e publicar. Mas foi bom porque, a partir daí, a gente começou a tomar o cuidado de sempre ouvir a Prefeitura quando faz algo assim nesse sentido, e é isso dar o outro lado e tal.*

Thais descreve o jornalismo com uma naturalidade peculiar, que, muitas vezes, pode até soar como ingenuidade, no sentido que na sua fala o jornalismo tem uma fórmula e basta sabermos aplicá-la de maneira objetiva e detalhada, de modo que, assim, o “bom” jornalismo estará garantido. Fato que mostra peculiaridades dentro do próprio coletivo, uma vez que Gloria busca pensar o jornalismo de uma forma mais introspectiva, como algo em construção.

Porém, o contato da Thais com as fontes apresenta uma perspectiva menos objetiva e, sim, mais observadora, na qual desencontros acontecem.

*Para mim, cada experiência é diferente. Apesar de eu já estar trabalhando há alguns anos e já ter feito várias entrevistas; cada experiência, cada contato com uma pessoa, desde quando eu vou cobrir o protesto dos artistas, seja quando eu vou conhecer um guarani, uma liderança guarani, é muito diferente, muito nova no fazer jornalístico. Pra mim, é muito enriquecedor estar ali conversando com aquela pessoa e, claro, tem choque de cultura que acontece não só entre eu e os guaranis ou quando eu vou conversar com uma pessoa sobre cultura negra e tal. Acho que a gente tem que tomar o cuidado de nunca se colocar no lugar de estou aqui para receber uma aula, ou sou tua fã, a gente sempre trata esse contato direto com a fonte com profissionalismo no Nonada, a gente toma cuidado com isso, na relação de entrevistado e entrevistador.*

A jornalista reconhece que, no contato com as fontes, a objetividade nem sempre serve de escudo para o fazer jornalístico e que cada comunidade tem as suas peculiaridades culturais. Thais aponta sempre para uma postura profissional, de uma forma de se pensar o jornalismo durante o processo de produção para que esse seja o mais objetivo possível.

Thais apresenta uma narrativa engajada aos princípios de um jornalismo orgânico – conforme a fala da jornalista –, que busca microfenômenos para surgir das bases para as bases. E, para a jornalista, é devido a essa característica que o

Nonada obtém uma alta adesão do público, com matérias chegando a alcançar mais de 40 mil compartilhamentos<sup>53</sup>.

Assim, Thais conta um pouco da diferença que vê entre o Nonada e outros veículos jornalísticos:

*Na questão de formato digital ou não, não vejo tanta diferença. Apesar de que, no resultado, o Nonada, apesar de ser menor, muito menor, tem muito mais engajamento nessas questões, porque o jornal tem pouco engajamento online pelo que eu vejo/acompanho, tem alguns casos pontuais, mais políticos, mas na cultura não vejo muito. Apenas para ser clara, o Nonada alcança muito menos pessoas, alcança muito mais a bolha, e o Jornal do Comércio é muito mais, porém com menos engajamento. Mas, enfim, acho que é isso, o engajamento do público leitor. Na linha editorial, olha, no geral, eu tô conseguindo – pelo menos é a minha experiência pessoal –, consigo fazer as pautas sociais que eu quero fazer no jornal do Comércio. Na verdade, sugeri duas e fiz as duas para eles, consegui liberdade para escrever a matéria que eu queria assim. Porém, a visão geral é diferente, questões, como, por exemplo, personagens e artistas, profissionais da cultura, que o Nonada vê como principais, como um dos grandes nomes da cultura; o jornal do Comércio não vê tão assim, vê mais como uma pauta de diversidade, sabe, vê mais naquela caixinha. É isso, o Nonada não tem mais aquela caixinha, a gente já teve, no passado.*

Dessa forma, Thais descreve a sua experiência na produção de conteúdo para um jornal *online* e outro impresso, enfatizando que esse não é um ponto que mude muito. Porém, ela destaca a distribuição do jornal no que se refere às editorias e, nesse ponto, o Jornal do Comércio ainda busca formas clássicas de classificar o noticiário diário.

Na descrição feita acima, primeiramente com um histórico da iniciativa e suas dinâmicas, seguida das entrevistas com os dois editores/repórteres, ressalta-nos a experiência do Nonada construída como “refúgio” para os próprios colaboradores. Não há uma explicitação clara pela busca de um público-alvo e, sim, a necessidade de um espaço para o autor/jornalista se exercitar. O Rafael por exemplo, cita que no Nonada escreve para ele, e a Thais preocupa-se muito com a linha editorial engajada.

Nas entrevistas, sempre que o leitor era mencionado, era trazido o caráter de liberdade, de que era preciso construir um jornalismo livre. O Nonada não acompanha métricas, com a ideia de que essas podem acabar por cercear a prática;

---

<sup>53</sup> <http://www.nonada.com.br/2019/05/elza-soares-ao-receber-o-honoris-causa-na-ufrgs/>

não há um pensamento ético jornalístico elaborado para construir contratos com o leitor e, sim, o Nonada como um exercício para si mesmo, como jornalista.

### 4.3 Apresentação do Sul21

Em 2020, o Sul21 está completando dez anos. Estamos construindo um jornal com lado: o lado da democracia, das lutas por direitos, da defesa do meio ambiente, da diversidade. Contra todas as formas de preconceito. Conheça mais um pouco dessa história, e venha fazer parte dela, ela está só começando.<sup>54</sup>

O Sul21 foi ao ar em maio de 2010, o site foi lançado com um coquetel e apresentado aos convidados pela então editora Vera Spolidoro, por um dos idealizadores do projeto, Marcelo Carneiro da Cunha, e pelo jornalista Marco Aurélio Weissheimer, que falou em nome dos blogueiros. Desde o surgimento, os idealizadores já o descreviam como um jornal que cobriria política com uma posição delimitada e clara, porém sua estrutura ainda era bem próxima a dos *blogs* muito difundidos na época.

Em setembro do mesmo ano, houve uma reestruturação do site, na busca por deixar a iniciativa mais profissional, afastando-se do caráter de blog e novamente o compromisso editorial foi ressaltado.

No dia em que estreamos uma nova plataforma, com mais informações e melhor navegação, cabe-nos reafirmar os compromissos assumidos quando do lançamento do Sul21, em 10 de maio deste ano. Somos um jornal veiculado exclusivamente na internet, comprometido com a democracia e a honestidade. Estes são valores inegociáveis e dos quais não nos afastaremos jamais. Nosso noticiário buscará sempre a verdade factual, dando oportunidade de expressão a todas as correntes, sejam elas ideológicas, partidárias, religiosas ou esportivas.<sup>55</sup>

A defesa do site pela democracia e do jornalismo como um instrumento de manutenção desta é enfática, assim como a sua crítica à concentração midiática no Brasil e à neutralidade defendida por muitos veículos. Essa questão ética, comprometida com a neutralidade, irá se transformar ao longo do tempo, conforme veremos abaixo no texto que se segue. O Sul21, desde o seu primeiro ano, publica

---

<sup>54</sup> [https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=9&v=XvFtnDJboX0](https://www.youtube.com/watch?time_continue=9&v=XvFtnDJboX0)

<sup>55</sup> <https://www.sul21.com.br/noticias/editorial/2010/09/valores-inegociaveis/>

textos discutindo inclusive meios de democratizar a comunicação no Brasil, conforme abaixo:

...nações com altos padrões de bem-estar social e de liberdades civis e de imprensa, como os países escandinavos, a França e a Inglaterra, existem órgãos reguladores da mídia que, longe de serem restritivos à liberdade de expressão, se constituem em instituições importantes para a sua manutenção e aprofundamento.

No Brasil, ocorre o inverso. Os grandes veículos de imprensa não assumem claramente seus alinhamentos e nem aceitam que haja um órgão regulador. Muitos deles distorcem fatos, menosprezam o contraditório e levam para o noticiário seus posicionamentos políticos. Tudo isso, sob o manto da propalada isenção da imprensa e do que chamam de “defesa da democracia”.<sup>56</sup>

Esses foram os posicionamentos que o Sul21 reitera desde o seu lançamento, isto é, de uma mídia mais transparente com seus posicionamentos, fazendo uma crítica aos conceitos de neutralidade. Na própria construção do site esses princípios foram pensados, para que essa postura estivesse sempre clara.

O Sul21 nasce como um veículo *online*, usando da tecnologia para compor todos os seus conteúdos. Porém, com algumas peculiaridades entre as iniciativas de jornalismo *online*; ele mantém no centro de Porto Alegre uma sede, a qual é destinada aos seus colaboradores para reuniões de pauta e também como um convívio entre jornalistas e editores. Outro ponto que se destaca da prática da maioria das iniciativas *online* é o fato do Sul21 remunerar todos os seus colaboradores, mantendo, assim, características ainda formais de uma redação.

Essa questão de uma sede para os colaboradores é muito importante, pois proporciona um convívio, no qual um pode ajudar o outro; ou ainda uma agilidade na dinâmica de coberturas de acontecimentos que não estavam na programação. Embora a equipe seja pequena, uma estrutura física (sede) que aproxime os jornalistas facilita o processo de reuniões de pauta e finalizações de coberturas, por exemplo.

Essa reestruturação feita no site já no primeiro ano de funcionamento proporcionou uma maior navegabilidade ao usuário e um design que possibilitava uma abrangência maior dos temas abordados. Assim, algumas mudanças foram ocorrendo até que hoje o site se divide em editorias e subeditorias, conforme imagem e tabela abaixo:

---

<sup>56</sup> <https://www.sul21.com.br/noticias/editorial/2010/09/em-defesa-de-uma-imprensa-democratica/>



Figura 6 – Site Sul21



Capturado pela autora

As editorias, conforme mostradas na imagem, subdividem-se conforme tabela abaixo:

Tabela 2 – Subeditorias Sul21

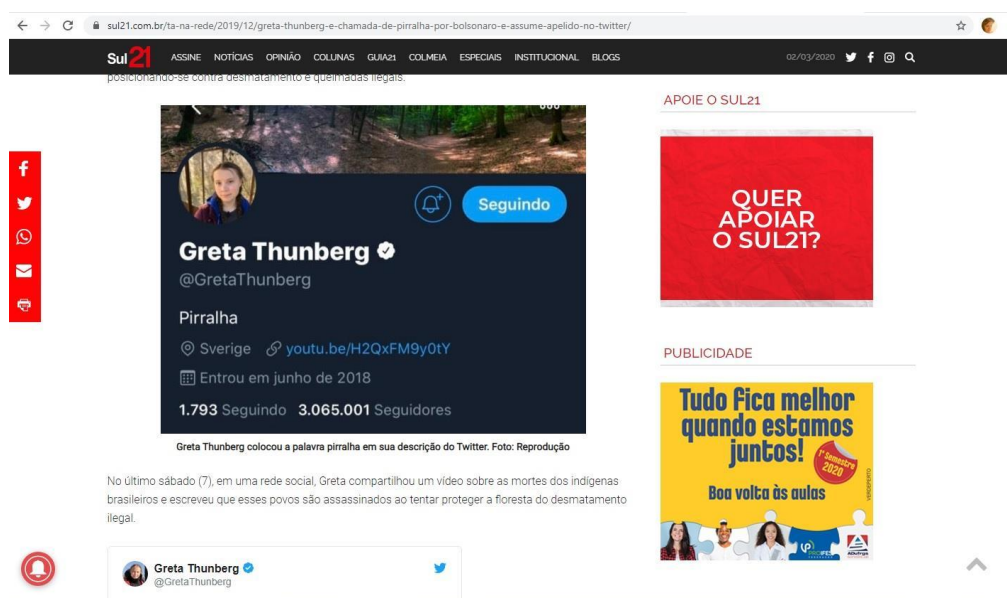
Editorias	Subeditorias
<b>Assine</b>	
<b>Notícias</b>	Economia – Geral – Internacional – Política – Tá na Rede
<b>Opinião</b>	Opinião pública – Entrevistas – Charges
<b>Colunas</b>	Colunistas
<b>Guia21</b>	Cinema – Acontece em POA – Música – Teatro e Dança – Livros – Exposições – Gratuitos – Cursos
<b>Colméia</b>	
<b>Especiais</b>	Cortes na Educação – Fim da Linha – Gentrificação – Junho de 2013 – Mineração, Qual o Desenvolvimento? – Mulher, na Rua – O Custo Oculto dos Agrotóxicos – O Custo Oculto da Energia – O que se Faz na Universidade – Saneamento Básico
<b>Institucional</b>	Anuncie – Fale conosco – Quem somos
<b>Blogs</b>	Civa Silveira – Flavio Damiani – Isso não é Comum – Impromptu – Marino Boeira – Milton Ribeiro – Saúde Pública(da) ou não

Produzida pela autora

Dessas editorias, e também subeditorias, gostaria de me deter em alguns pontos que, no meu entender, explicitam os princípios éticos do Sul21. Na subeditoria *Tá na rede*, o jornal busca fazer uma discussão de temas que estão

sendo compartilhados nas redes sociais e seus desdobramentos, fazendo uma espécie de contextualização para publicações, seja do Twitter ou Facebook; de certa forma, essa é uma maneira de manter um diálogo com os internautas, embora no próprio site não haja um espaço para comentário do leitor.

Figura 7 – Tá na rede Sul21

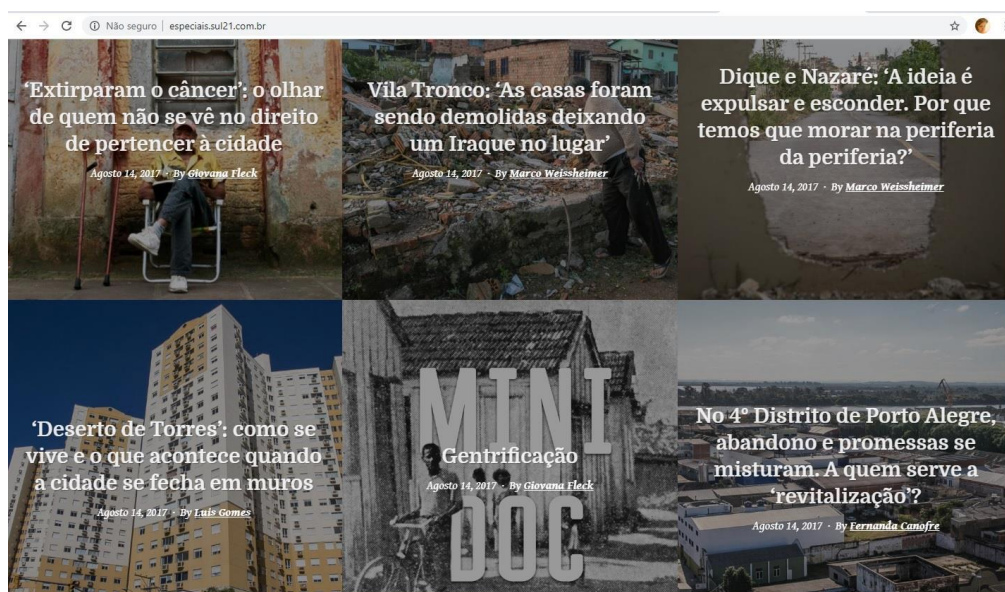


Capturado pela autora

Na imagem acima o site compartilha uma *print* de tela capturado do Twitter, na qual a ativista Greta reage a um comentário de Bolsonaro, via rede social também. Essa subeditoria mostra um caráter do jornal de se manter conectado aos temas propostos pelas redes sociais, trazendo-os também para o foco jornalístico.

Já os *Especiais* são reportagens que a equipe produz, algumas são planejadas durante meses – como, por exemplo, a de Gentrificação – e inclusive contam com a contratação de *freelancers* para participar da produção. Essas reportagens são, muitas vezes, sugeridas pelos jornalistas da equipe, que em suas pautas diárias acabam se deparando com temas pouco explorados ou, ainda, que demandam maior visibilidade da sociedade.

Figura 8 – Especiais Sul21 (Gentrificação)



Capturado pela autora

Outro ponto interessante de destacarmos é o espaço destinado a alguns *blogs*, sugerindo um entendimento de rede por parte do Sul21. O jornal costuma compartilhar matérias de outros veículos, formando assim em seu entorno uma rede de parceiros que facilita a visibilidade de veículos menores.

Esse entendimento de rede, no que tange a veículos menores, mostra-se importante para o fortalecimento dessas iniciativas. Conforme um balanço divulgado após o primeiro mês do lançamento do site, o Sul21 divulgou dados de que a visitação do site havia crescido 140% e que ainda almejavam ir mais longe:

O Sul21 nasceu pensando em ser um veículo na Internet voltado para a geração de conteúdo. Somos um jornal assumidamente de esquerda, com posicionamento democrático, crítico e independente. Não nos escondemos no discurso da isenção jornalística. Nossas posições são assumidas e explicitadas em nossos editoriais diários. Buscamos tratar com objetividade e com isenção os fatos jornalísticos, dando espaço para as diferentes visões dos acontecimentos e garantindo a manifestação do contraditório. Pretendemos nos manter sempre abertos ao diálogo com as diferentes concepções da esquerda, do centro e, inclusive da direita, mantendo o respeito à divergência e à liberdade de expressão, na busca do fornecimento de informação de qualidade. Nossos planos futuros incluem conteúdos mais abrangentes, com repórteres nas principais capitais do país e agregação de blogs ao projeto. Também teremos galerias de fotos e de vídeos.<sup>57</sup>

<sup>57</sup> <https://www.sul21.com.br/noticias/editorial/2010/10/o-crescimento-do-sul21/>

Mais uma vez, o Sul21 reafirma seu compromisso com um posicionamento claro, porém, agora, falando em ‘tratar com objetividade e isenção os fatos jornalísticos’, ainda de um lugar de fala, claro. Além disso, em seus planos já se incluíam as ideias de parcerias com *blogs*, e equipe de produção de fotos própria – projetos hoje já realizados.

Essa posição do jornal se explicita ainda mais com as eleições presidenciais de 2010, pois o jornal publica um editorial de apoio claro a então candidata Dilma Rousseff:

O Sul 21 tem posições claras e assumidas. Apoiamos, em editorial, a candidata Dilma Rousseff à presidência da República. Nossas matérias noticiosas buscam a verdade dos fatos e respeitam o contraditório, sem procurar favorecer qualquer lado ou candidatura e assim se manterá. Nossa independência e nossa postura crítica se manterão inflexíveis, sem adesismos e sem oposicionismos rasteiros, qualquer que seja a(o) candidata(o) eleita(o).

(...)

Por todos estes motivos e para que o Brasil mantenha as políticas e o ritmo de crescimento com integração social e econômica da maioria de sua população, o Sul 21 apóia e recomenda o voto em Dilma Rousseff.<sup>58</sup>

A narrativa discursiva realizada pelo Sul21, de defesa de algumas posições claras, gerou certo tipo de ‘contrato’ com os leitores; a partir de então, o leitor cobra do jornal, através das redes sociais, que esse não seja quebrado. No início de 2011, Marcelo Carneiro da Cunha – um dos idealizadores do Sul21 – publicou em sua coluna um texto intitulado: “A inútil bobagem chavista<sup>59</sup>”, o artigo fazia uma crítica irônica ao regime Venezuelano, porém não foi bem recebido pelos leitores que passaram a atacá-lo nas redes sociais, conforme parte do editorial reproduzido abaixo.

Perante a repercussão, o jornal decidiu por manifestar-se através de um editorial – publicado uma semana após a coluna – refletindo a repercussão inclusive entre os profissionais da redação:

O último texto de nosso colunista Marcelo Carneiro da Cunha, ‘A inútil bobagem chavista’, foi multiespinafrado pelos leitores do Sul21. Não tiramos a razão de quem não gostou da abordagem. Mesmo dentro do jornal, houve quem não tivesse gostado, mas achamos importante refletir a respeito da reação.

(...)

<sup>58</sup> <https://www.sul21.com.br/noticias/editorial/2010/10/para-o-brasil-continuar-mudando-2/>

<sup>59</sup> <https://www.sul21.com.br/colunas/2011/01/a-inutil-bobagem-chavista/>

Deste modo, toda crítica é considerada e o Sul21 jamais se fecharia a elas. Porém, quando leitores com pseudônimos ou não passam a chamar o colunista de idiota e imbecil, algo não está correto. Assim como qualquer discurso diz mais de quem fala do que de quem ouve, qualquer agressão diz mais de quem agride do que do agredido. E as ofensas pessoais, assim como os elogios, recebem a efêmera imortalidade do Google. Mesmo com a moderação de comentários, aprovamos quase todos eles, pois respeitamos quem usa seu tempo para escrever em nosso site. Porém, às vezes, nós, os sulvinteumenses, ficamos contrariados.<sup>60</sup>

Nesse momento os leitores viram alguns ‘contratos’ tácitos sendo rompidos, pois mesmo tratando-se de uma coluna de opinião, certas ‘normas de conduta’ eram cobradas deste jornal. E a postura do editorial é de certa forma desviada da discussão do contraditório, focando na violência das agressões direcionadas ao colunista – mas em momento nenhum se propõe a problematizar a questão de fundo que se colocava ali.

Em novembro de 2011 o site volta a receber críticas dos leitores, dessa vez por duas matérias que fazem críticas ao governo do estado e ao governo federal. E novamente através do espaço de editorial é feita uma análise das matérias:

As impaciências e as frustrações expressadas nas duas matérias veiculadas pelo Sul21 na quinta-feira (24) e aqui analisadas mereceram ser apresentadas aos leitores, da mesma forma que os seus limites. A adoção de uma postura de crítica ou de enfrentamento radical, quando não se tem como vencer ou revolucionar o status quo, quase sempre leva a resultados pífios. A tática de exigir o ideal e de só aceitar o considerado perfeito, sem admitir qualquer flexibilização, impossibilita que se realize e se obtenha aquilo que é possível no momento, deixando aberta a possibilidade de se conseguir mais no futuro.<sup>61</sup>

O editorial dessa vez procura um caráter mais apaziguador, mantendo uma visão crítica aos governos, mas também trazendo o contraditório, ou seja, propondo um olhar de conversa e negociação com os governantes. O Sul21 vai assim crescendo e construindo relações com o seu leitor, a partir de um mercado discursivo em convergência com suas posições.

#### 4.3.1 Ana Ávila – editora chefe

*Acho que fazer jornalismo era muito aquele clássico, de adolescente que gosta de ler e escrever, então vai fazer alguma coisa nessa área. As minhas opções eram jornalismo ou história, mas não tinha uma noção muito clara nem do que fazia um jornalista. Eu não tinha nenhum convívio*

<sup>60</sup> <https://www.sul21.com.br/noticias/editorial/2011/01/mais-complexidade-por-favor/>

<sup>61</sup> <https://www.sul21.com.br/noticias/editorial/2011/11/criticismo-e-radicalismo-exagerados/>

*com ninguém dessa área, na minha família eu fui a primeira pessoa que concluiu o nível superior, então não tinha nenhuma relação próxima com nada desse universo. Foi uma escolha bem aleatória assim, eu fui descobrindo de fato o jornalismo dentro da faculdade e principalmente começando a trabalhar e a conviver com as pessoas desse universo assim.*

Ana Ávila possui Graduação em Jornalismo pela Unisinos, Especialização em Política Internacional pela PUCRS, e atualmente cursa Mestrado. A jornalista conta que terminou a faculdade de jornalismo já trabalhando no Portal Terra, e que o entendimento sobre o papel da universidade e do mercado vieram apenas com um amadurecimento.

*Eu acho que a formação do jornalista tem seus déficits, mas o pensamento reflexivo proporcionado, quando eu olho principalmente para as disciplinas mais teóricas, eu consigo hoje saber o quanto elas fundamentaram quem eu sou como jornalista hoje. Claro que isso vai se desenvolvendo, que tu vai a partir dali buscando outros interesses e tal, mas eu consigo muito perceber o quanto isso foi essencial na minha formação como jornalista e na minha compreensão do que é ser jornalista. Neste olhar mais reflexivo para as coisas, em ter essa curiosidade, em saber que as coisas não são tão “preto no branco”, que elas precisam ser bem mais discutidas, aprofundadas, compreendidas sobre diferentes olhares, eu acho que é um pouco isso.*

Ana conta que a sua trajetória como jornalista não aconteceu de forma linear, pois a sua primeira experiência profissional foi no Portal Terra –começando como estagiária e sendo efetivada antes mesmo de concluir a graduação –, onde ela exercia a função de redatora. Seu trabalho era basicamente dentro da redação, além de algum contato por telefone, e em pouco tempo ela virou subeditora. A respeito da experiência, Ana relata: “eu era subeditora sem ter tido essa experiência de ir para a rua apurar”. Então, foi no Sul21, depois de mais de seis anos de experiência, que Ana teve contato com a reportagem e com a apuração da notícia.

*Aqui no Sul21 eu fui de fato repórter, um veículo super local onde as coisas que eu tava fazendo tinham um impacto muito próximo, e isso foi um pouco de choque para mim. Quando eu tava lá [Terra] trabalhando na editoria Mundo é um universo muito distante, tu tá falando de coisas que estão acontecendo no Vietnã, na Síria, nos Estados Unidos, tu não tá enxergando o impacto direto daquele teu trabalho e isso foi um pouco de choque para mim. Principalmente com o cuidado que tu tens que ter, com o que tu tá escrevendo, em relatar exatamente o que as pessoas estão te*

*dizendo, em ter essa atenção para o impacto que isso vai ter na vida delas, porque elas estão aí perto de ti, sabe.*

O caminho de Ana foi talvez inverso ao que se convencionou, principalmente em espaços acadêmicos, como o “ideal”, porém hoje em dia cada vez mais as experiências se dão no universo digital. Mesmo sendo o Sul21 um veículo de natureza *online*, esse ainda parece guardar algumas características de um jornalismo clássico (ideário), inclusive no contato com fontes, com leitor e na apuração da notícia.

O fato de o Sul21 ter uma sede, situação quase inexistente hoje entre as novas iniciativas *online*, proporciona outro cotidiano de convívio dentro do jornal, inclusive na discussão e produção das pautas. A sala de redação é relativamente pequena e todos os jornalistas sentam em torno de uma mesa oval para a produção dos seus conteúdos. Essa estrutura acaba refletindo no trabalho e no próprio jornalista.

*É um trabalho bem coletivo, a gente tem uma reunião de pauta semanal em geral nas segundas-feiras, em que a gente já tenta definir algumas coisas pra semana, que a gente já sabe que vão acontecer, previamente, tipo protestos dos servidores, alguma reunião importante na assembléia ou alguém interessante, que a gente sabe que tá pela cidade e a gente quer tentar alguma entrevista. A gente tenta adiantar essas coisas.*

A editora conta que muitas vezes as pautas são discutidas coletivamente, e que os novos jornalistas têm a oportunidade de conversar com colaboradores mais experientes no intuito de que fonte conversar, abordagem ao tema e inclusive compreender melhor o contexto macro da pauta. Esse convívio, segundo Ana, acaba marcando o jornalista, pois ele pode olhar para trás e perceber o quanto foi importante na sua trajetória a presença de outros jornalistas e as experiências transmitidas:

*A pauta de trans, por exemplo, era uma pauta que quando eu cheguei no Sul21 era desconhecida para mim, eu não sabia nada da comunidade LGBT. Então eu não sabia nada sobre questões de gênero, sobre sis, hétero, totalmente nada, e eu aprendi muito com uma repórter que tinha aqui na época, isso também é uma coisa característica do Sul21: a gente aprende muito uns com os outros, tem muito esse olhar de troca, eu não sei sobre isso o que tu sabe? – Me ajuda aqui, lê isso que eu escrevi, faz sentido? Eu não tô falando uma bobagem? – e essa menina me ajudou muito na época, a melhorar esse olhar para essas questões. E eu me*

*lembro desde as coisas mais simples de termos, de ter atenção às palavras que tu tá usando, porque isso pode tocar e incomodar as pessoas, pode ser desrespeitoso com elas de alguma forma, ter essa preocupação com a linguagem, porque isso também importa, sabe.*

Neste caso, podemos perceber a importância dada pela jornalista para a troca de experiências proporcionada pela redação do jornal. Mas devemos chamar a atenção para outro fator que também influencia nesta relação dos profissionais, o fato de todos os jornalistas serem remunerados e não precisarem conciliar outros trabalhos com o Sul21. Isso gera, de certa forma, um convívio cotidiano, via uma permanência que suscita uma dedicação maior para aquele veículo, pois ele torna-se grande parte do seu dia, uma rotina.

Isso de alguma maneira reflete no comprometimento do jornalista – não estamos afirmando que os jornalistas sejam descomprometidos nas iniciativas que ainda não alcançaram sustentabilidade, mas o fato de o jornalista ter uma rotina com horas de trabalho nesse veículo gera uma maior possibilidade de organização. A presença do jornalista não se dá apenas quando ele tem um tempo livre, mas sim como um compromisso ético de cumprir com as obrigações de seu trabalho; nesse caso, formal.

No caso em questão, o colaborador pode propor novos projetos, dentro de uma agenda que é preestabelecida. Como ocorre com a editoria *Especiais* produzida pelo Sul21, com reportagens aprofundadas que muitas vezes demandam meses de produção.

*Então tem umas coisas mais de longo prazo que a gente vai pensando e que surgem da forma mais aleatória. Às vezes um repórter tá lá numa pauta específica, como a do lixo que a gente tá produzindo, uma repórter tava lá numa pauta específica, teve uma ideia, conversou com uma fonte, e chegou na redação e propôs e a gente concordou coletivamente que aquele assunto era relevante, interessante e merecia ser aprofundado. E tem muita coisa que chega na gente também por já ter conquistado nesses dez anos uma relevância, muitas entidades, desde coisas de denúncias de escola que tá enfrentando ou, sei lá, uma comunidade que vai ter uma reintegração de posse, as pessoas desses setores nos procuram muito.*

Nesses dez anos, é perceptível uma mudança no Sul21, aos poucos foi se dando um maior “profissionalismo”, uma ampliação das fontes e um comprometimento maior com movimentos sociais. Algumas características do início



desapareceram, como por exemplo os editoriais que eram publicados pelo menos uma vez por semana e a partir de 2012 são extintos – após essa data, um único editorial é publicado, tratando das eleições presidenciais de 2018 com um tom bem mais contextualizado, mas ainda assim apresentando a postura do veículo.

*O Sul21 vai se transformando ao longo do tempo, ele surge mais lá como uma reunião de blogueiros, com um conteúdo mais opinativo, e vai aos poucos se delineando um produto mais jornalístico mesmo. Apesar de esse olhar um pouco diferente para as pautas, eu acho que em alguns anos ele se consolida nesse modelo mais de micro jornalismo.*

Essa transformação é evidente no rastreamento feito acima, no qual observamos que o veículo publicava matérias e editoriais fortemente posicionados politicamente e, às vezes, até de forma partidária – como nas eleições de 2010. Esse é, segundo a editora, um amadurecimento natural que vem com o tempo. O Sul21 surge em um momento de pouquíssimas iniciativas *online*, o que se tinha frequentemente eram experiências de *blogs* caracterizados por um jornalismo de ator focado muito mais na opinião do que na apuração.

*Cada vez mais a gente busca sair da política partidária, e pensar a política social, pensar os movimentos sociais, que é uma pauta que a gente acha importante. E a gente percebe que é o nosso nicho de alguma forma, porque a gente vê que tem muitos setores que não vão ter espaço em outros veículos se não tiverem esse espaço dentro do Sul21. Questão da moradia é uma pauta que é muito importante pra gente, pessoas em situação de rua, lutas de trabalhadores, de classes, professores da rede pública... Então essas pautas são muito importantes e a gente acaba priorizando em detrimento de outras.*

A editora apresenta uma preocupação com o fato de às vezes não ser possível dar a devida atenção a todos os temas que julgam importantes devido ao tamanho da equipe. Ela conta que é necessário realizar uma seleção dentro do que eles se propõem como um veículo menor em estrutura. Mesmo com possibilidades de gigantescos espaços de armazenamento na rede, o jornalismo não se caracteriza por escalabilidade, o seu crescimento está diretamente ligado ao material humano e não apenas em suportes técnicos.

*Pautas de cultura, por exemplo, era uma coisa que a gente gostaria de tocar mais, mas a gente entende que tem outros coletivos, outros veículos, outros grupos que são dedicados exclusivamente a isso e a*

*gente não tem estrutura para abraçar tanta coisa. Tanto que a gente acabou fazendo uma parceria com a Clandestina<sup>62</sup> que produz só conteúdo de cultura, e aí hoje eles tem uma agenda cultural dentro do Sul21, que suprem de alguma forma essa demanda que existe e nos libera pra fazer algumas coisas que a gente acha que são mais a nossa cara e tá dentro dos nossos interesses.*

A editora conta que é preciso ter clareza dos objetivos do veículo para não se perder na infinidade de possibilidades do jornalismo. Fazer essa triagem do que cobrir, recorte da pauta, seleção das fontes e também o enquadramento dado ao produto final acaba sendo uma atitude sustentada na linha editorial do veículo, assim como também no julgamento do que merece mais atenção, ou seja, um julgamento ético do que se deve visibilizar; o que é imprescindível para a sociedade tomar conhecimento, perante as inúmeras possibilidades de “caminhos”.

Ana conta que busca um entendimento sobre o lugar do jornalismo, nessa sociedade “inchada” pela informação. Pois ela comenta que sempre houve muitos acontecimentos, porém cabia ao jornalismo apenas distinguir sobre o que se iria discutir e mais ainda qual o direcionamento se daria a essa discussão.

*Sabe que eu tenho pensado muito nisso, o que provoca essa crise do jornalismo ou essa crise da informação? O que faz a pessoa acreditar no que chega ali no WhatsApp e não acreditar na manchete da Folha de São Paulo e dizer: “a Folha mente”. Me parece que o próprio jornalismo de alguma forma cavou o seu buraco sabe, quando a gente se apega tanto a alguns paradigmas da profissão e da escola jornalística – que pra mim são completamente superados ou discutíveis desde sempre – como objetividade, imparcialidade e toda essa ideia de que nós fazemos isso aqui que é indiscutível, que é o olhar correto e enquadramento certo pra esse fato. Eu acho que uma coisa que a gente tenta fazer aqui, que eu acho que a mídia independente nesse sentido tem um papel muito importante, é deixar muito claro que é o nosso, o nosso recorte e que milhares de outros olhares e recortes são possíveis. De que não existe uma verdade absoluta suprema, tem um exemplo que eu acho muito emblemático: tem um protesto acontecendo no centro e se tu abrir o site da Zero Hora a manchete vai ser “Trânsito parado e as pessoas não conseguem chegar a tal lugar”, tu vai ver o rádio, o comentarista vai dizer: “é um absurdo porque as pessoas não podem impedir as outras de irem e virem”; se tu abrir o Sul21 vai tá lá: “professores lutam por...”, porque é o nosso olhar. Está acontecendo a mesma coisa, mas tem uma infinidade de olhares e de possibilidades pra aquilo ali. E me parece que essa crise*

---

<sup>62</sup> A Clandestina é uma revista digital de agenda e conteúdo de cultura em Porto Alegre. <http://www.clandestina.com.br/quem-somos>

*do jornalismo hegemônico vem muito de se colocar nesse lugar, de única verdade de ser inquestionável de alguma forma, sabe.*

Ana salienta que as transformações sociais impulsionadas também pelas novas tecnologias descortinaram esses dilemas, e que mais do que nunca os jornalistas vão ter que encontrar o seu lugar nas narrativas do mundo. A editora comenta ainda que a possibilidade de grandes redações, que falem para grandes públicos, está se extinguindo; ou seja, os grandes relatos encontram barreiras em públicos heterogêneos, e por isso surgem cada vez mais iniciativas voltadas para nichos ou grupos de interesse.

O leitor hoje também está se transformando, tornando-se mais ativo, seja no engajamento positivo ou em posturas críticas. E é preciso que os veículos compreendam essa nova forma de comunicação, para buscar um espaço de legitimação e perante a sociedade e instituições, conforme conta a editora:

*Olha, a gente tem obviamente ataques, críticas, como todos os veículos enfrentam. Cada vez mais tem gente, inclusive, que aparece naquela categoria de super fã no Facebook – é alguém que comenta tudo, que tá ali o tempo inteiro – super engajado só pra atacar e criticar, meter o pau assim. Em geral a gente não exclui esses comentários, apenas quando são ofensivos, senão a gente deixa ali. Mas acho que a gente acaba enfrentando muito mais resistência das instituições. Por exemplo, na prefeitura a gente enfrenta uma série de problemas: a gente não tem resposta, a gente procura as secretarias pra ter uma resposta delas e eles simplesmente ignoram o Sul21, eles nos enrolam tudo que eles podem e não respondem; e aí quando bate lá, quando a coisa tem um alcance grande ou quando vira pauta em outros veículos em questão do Sul21, aí a assessoria da prefeitura vem nos procurar e emitir algum tipo de posicionamento ou de nota. Mas o primeiro movimento é sempre ignorar o Sul21 e fazer de conta que a gente não existe. Todo o governo do Sartori a gente tentou uma entrevista e nada, o Marquezan segue a mesma política, então a gente enfrenta muito mais resistência dessas instituições que tentam nos deslegitimar de alguma forma do que via rede social.*

Esse é também um dos resultados de um mercado discursivo assumido pelo Sul21, pois o jornal fala para um determinado público e, assim, aqueles que consideram essa uma narrativa “desqualificada” buscam de certa forma explicitar isso. Porém, quando essa narrativa entra no circuito da grande mídia, é preciso que haja uma mudança de postura, pois de certa forma essas instituições passam a reconhecer esse discurso como “qualificado”, não sentido da qualidade, mas sim de alinhamento e acordos tácitos.

Porém, a internet, para os novos veículos, serve como uma possibilidade de burlar esses impasses, pois novas formas de contatos são inauguradas, multiplicando assim os espaços de ação. E o Sul21, sendo um veículo que já nasce das possibilidades da sociedade midiaticizada, busca utilizar desses mecanismos para aprimorar a dimensão ética através do contato tanto com o leitor, como fontes e entre os próprios jornalistas.

*A gente tem investido um pouco mais no Instagram, porque a gente tem uma equipe de foto própria, então esse conteúdo precisa ser valorizado; e tem uma outra coisa que eu acho que também é significativa: as diferenças de público, a gente tem historicamente um leitor de uma faixa etária um pouco mais velha e o Instagram é um veículo que nos permite chegar a um público um pouco mais jovem, que talvez atualmente nem leia nenhum site de notícia. Um leitor de se informa de um outro jeito, e a gente percebe em alguns momentos. Por exemplo, nesse final de semana a gente publicou um monte de fotos da parada livre no domingo e a gente colocou essas fotos numa galeria no Instagram, isso deu um alcance gigantesco para esse público mais jovem, progressista e de esquerda, sei lá como a gente vai identificar. Esse público que tava na parada, que frequenta a parada e que conhece gente que foi na parada e que viu lá no Instagram do Sul21 e passou a nos seguir e a se interessar em função desse conteúdo.*

Essas novas tecnologias/redes proporcionam a possibilidade de conectar com novos grupos, dadas as características de cada rede social e o público que essa atinge. Assim, o Sul21 vê a sua atuação na rede como uma forma de abertura a um novo leitor, conectado com outras formas de informação, como por exemplo através de uma galeria de fotos como porta de entrada para estabelecer vínculos.

Essas novas tecnologias também servem para facilitar a prática do jornalista, estabelecendo novas possibilidades de mercadorias que podem ser entregues aos apoiadores. É preciso reinventar os formatos de produtos e as formas de como entregá-lo. Nesse novo universo de comunicação cabe ao jornal, muitas vezes, buscar o leitor e não apenas esperar a sua ida ao site.

É como Ana explica o uso do WhatsApp, por exemplo:

*O WhatsApp a gente usa para contatar os leitores do Sul21 que apóiam, eles recebem três ou quatro notícias no fim do dia, com uma espécie de resumo das coisas principais que a gente publicou naquele dia. E a gente encaminha também todas as sextas uma newsletter, que é outro modelo que também acho que tá crescendo, que muitos veículos adotaram como estratégia pra fidelizar esse leitor. Primeiro era só um monte de links, e aí*

*a gente começou a fazer uma curadoria melhor nesse conteúdo, agora cada sexta-feira um de nós envia, mas a gente tenta selecionar as notícias que foram mais importantes, ou a pauta que mais se destacou naquela semana, e produzir um texto de curadoria mesmo, dedicado àquele pessoal que tá nos apoiando, dizendo como foi a semana o que a gente publicou. Mostrando o que tem de mais legal, se vai sair alguma coisa de diferente na outra semana, que é entregar esse conteúdo um pouquinho diferente pra essas pessoas que apoiam o Sul21.*

Além das novas formas de contato, a tecnologia proporciona um olhar a respeito de como o trabalho do jornalista/jornal está sendo recebido pelo público, através de um acompanhamento das métricas disponíveis pelo Google, Facebook, entre outros. Com a chegada da chamada “cultura do clique”, alguns veículos passaram a focar suas práticas nas métricas. Conforme nos conta Ana, o Portal Terra chegou a criar metas para os redatores atingirem:

*Comparado a minha vivência no Terra e tudo que eu conheço de outros veículos, a análise de métricas é praticamente inexistente no Sul21. No Terra pra ti ter uma noção de comparação, eu trabalhava com a ferramenta de audiência aberta, vendo o que tava subindo e investindo naquele conteúdo que tava subindo o tempo inteiro. E essa era a orientação geral, era uma loucura absoluta, era um caça clique o tempo inteiro – o capista estava lá gritando: me manda mais disso que tá vendendo, vamos. Era nesse nível, sabe – e aquilo fica introjetado de uma forma que é difícil simplesmente tu conseguir se desvincular daquilo. Aqui [Sul21] tem dias que eu não abro o analíticas pra ver o que rendeu mais, ou sei lá, me surpreendo com algumas coisas que rendeu mais, a gente trabalha muito mais numa lógica do que a gente realmente acha relevante enquanto notícia do que voltado pra essa métrica, sabe. Mas eu acho que ela é interessante, até para a gente ler um pouco do que o nosso leitor quer, no que ele se interessa, porque isso tá indo bem e porque isso não tá indo; o que a gente pode trocar; pois tem coisa que a gente não tem audiência e a gente continua batendo e insistindo porque a gente acha que é relevante produzir esse conteúdo, sabe. Então vou te dizer que ela não norteia as nossas decisões, mas que é importante pra gente conseguir fazer essa leitura de como a gente tá operando, até para saber às vezes: Olha, esse conteúdo é super bom e não tá dando certo, como é que a gente pode fazer pra ele chegar melhor? Ou daqui a pouco insistir e compartilhar mais outra coisa que a gente sabe que é boa, mas que daqui a pouco por algum motivo não foi tão lida também. A gente vai pensando em estratégias a partir dessa leitura das métricas de alguma forma, embora ela não defina o que a gente vai fazer ou o que a gente vai deixar de fazer.*

A passagem da editora pelo Terra trouxe alguns conhecimentos, conforme ela mesma aponta, mas sobretudo ela cita como um paradigma para pensar o

jornalismo. Afinal, ao chegar no Sul21, ainda como *freelancer*, a jornalista deparou-se com uma nova forma de se fazer jornalismo, baseado na apuração e nos impactos locais de sua prática.

Os desafios impostos ao jornalista no Sul21 são muito diferentes aos impostos pelo Terra, pois suas lógicas de funcionamento são distintas. O Sul21, como um veículo menor preocupado com demandas sociais, acaba por enfrentar desafios de caráter mais complexos, conforme conta a editora.

*Sem dúvida que a situação econômica é um dos principais desafios; a gente vem pensando muito em tentar ampliar a questão dos apoiadores e assinantes, porque uma coisa que a gente tem muito claro é que a gente não quer fechar o conteúdo nunca, de nenhuma forma. Para continuarmos alcançando as pessoas, principalmente as pessoas que não podem pagar por conteúdo jornalístico, a gente não pode fazer isso. Então a gente precisa que as pessoas nos apoiem não porque elas são obrigadas, porque elas não podem ler o Sul21 de outra forma, mas porque elas entendem que precisam nos apoiar pra gente continuar existindo de alguma forma. Também ampliar os anúncios, que é um modelo defasado já, mas que de alguma forma nos ajuda a sobreviver.*

Podemos notar que a questão da sustentabilidade do veículo ainda mescla possibilidades inovadoras – como a campanha de financiamento coletivo, não citada nesse trecho pela editora, mas que possibilitou a ida de dois jornalistas para a Argentina com o intuito de cobrir as eleições *in loco* – e modelos mais clássicos do jornalismo, como a publicidade, pois essa passagem é muitas vezes lenta e se dá de forma processual e não abrupta. Nesse sentido, é um engajamento diário de criar novas formas de sustentabilidade para se manter no mercado, seja através de novos tipos de financiamento como também aliando aos clássicos formatos econômicos.

Porém, a editora salienta que isso deve acontecer sem perder de foco o caráter independente do veículo e os princípios éticos que norteiam essa prática.

*Eu acho que mesmo com todas essas dificuldades é importante mantermos o foco do Sul21, que é a pluralidade de vozes. Às vezes quando a gente não tem uma fonte, ou melhor, quando a prefeitura não nos responde, ai muitas vezes eu ouvi de um repórter: “tá, mas a gente bota no ar assim mesmo?” e eu imediatamente digo: “sim, a gente bota no ar assim mesmo, porque a voz do secretário já tá lá nos outros veículos, aqui a gente vai ter a voz da moradora lá da Lomba do Pinheiro, que não tem esgoto na casa dela”. Porque a gente tá falando daquela situação específica e a voz dela, pra mim, nesse caso, é muito mais importante que a voz do secretário que vai me dizer que “não tem, mas estão*

*encaminhando para ter numa nova blablabla”. Isso é o que ele diz para 10 outros veículos. Eu realmente acredito que tem algumas instâncias que já são ouvidas o tempo inteiro, que estão desde sempre ocupando todos os espaços, sabe. E eu acho que o papel do Sul21 enquanto veículo independente, alternativo, não hegemônico, ou seja lá o que for, é justamente trazer para a discussão, publicizar de alguma forma esse outro olhar, essa outra voz, essas outras pessoas que não estão aí o tempo inteiro recebendo esse espaço de alguma forma, sabe.*

Segundo a editora, esse é o norte ético que guia o Sul21 – a busca por novas narrativas no jornalismo; e em Porto Alegre, de modo geral, para que as pessoas possam conhecer melhor a história de espaços, como a Lomba do Pinheiro, por exemplo. Segundo a editora, isso é o que a motiva também a permanecer no Sul21, por encontrar ali um espaço de convergência para o que ela acredita como jornalista.

Essa postura ética da Ana, comprometida com uma ética aliada a um mercado discursivo, é reiterada pelo repórter Luís – o qual passaremos a apresentar abaixo por meio da entrevista realizada – como uma marca de um jornal com princípios éticos claros e em consonância com o seu leitor.

#### 4.3.1 Luís Eduardo Gomes – jornalista e escritor

*Na adolescência eu queria ser jornalista esportivo, mas não era só por isso, eu sempre gostei de escrever e eu sabia que no jornalismo eu ia ter que escrever. Se eu tivesse optado pela publicidade, eu seria da parte de redação não de design.*

Luís é graduado em Jornalismo pela UFRGS, possui Especialização em Ciência Política pela PUCRS e atualmente cursa Mestrado em Comunicação também pela UFRGS. Trabalhou no Terra, Diário Gaúcho e, desde 2015, é repórter do Sul21.

Luís Eduardo mostra certa paixão em falar em jornalismo, vê-se como um repórter de rua, aquele que gosta de sair e conversar com muitas fontes para construir suas reportagens. Logo que nos encontramos, o jornalista me contou que também cursa Mestrado, que está pesquisando a alteridade no jornalismo e que considera de extrema importância para esse momento a academia pensar o jornalismo; assim, o indaguei sobre suas percepções do jornalismo:

*Eu vou te dizer que eu tenho uma dificuldade de definir isso, eu não gosto de uma frase pronta, não tenho uma frase pronta pra definir isso, porque também é algo pouco conflituoso. Eu acho que seria raso dizer que o jornalismo do Sul21 – que é o que eu faço hoje – é dar espaço para quem não tem. Eu não gosto dessa questão da “voz”, eu acho horrível, porque eu acho que tu não dá “voz” para ninguém, eu acho que cada um tem a sua “voz” e tu dá espaço. Eu acho que se romantiza um pouco essa ideia de – ah, damos voz aos marginalizados – isso eu tô falando do jornalismo em geral, ninguém faz isso na verdade. Claro, o jornalismo é informativo, não tem como tirar o caráter de informação e serviço. Inclusive, eu tive um reencontro com isso, essa questão do jornalismo como serviço, dar aquela informação mais básica porque às vezes a gente tenta se prender muito que o jornalismo é só a grande reportagem, e o troço mais importante a gente acaba esquecendo, que existe um caráter muito importante que é o básico, que é a informação mais simples possível. Vou te dar um exemplo que a gente estava conversando ontem no Sul21, um dos maiores acessos do Sul21 é no início de mês quando entra o pagamento do salário do funcionalismo e isso é uma informação básica, que o governo do estado divulga, mas tem que ser dada porque é muito importante. Isso mexe muito mais com a vida das pessoas, saber quando tu vai receber do que muita reportagem que a gente faz.*

O jornalista aponta que por algum tempo pensou que o jornalismo deveria trabalhar apenas com grandes reportagens devido às transformações sociais geradas pelas novas tecnologias, mas que ultimamente ele tem percebido que as pessoas também precisam da informação básica e que isso também é jornalismo. Ele comenta que percebe o Sul21 também como um porta voz de algumas questões que estão acontecendo, assim, o jornalismo, para ele, é essa informação, contextualização e também aprofundamento.

Para Luís, é importante, principalmente nesse momento, que o jornalismo comece a repensar a sua prática, não mais como o detentor da neutralidade que olha para pessoas invisíveis na sociedade, mas sim, como uma instituição que pertence à sociedade e principalmente realizada por pessoas normais; com isso, o perguntei como ele constrói suas pautas desde a produção até a finalização:

*Isso já mudou, tá, eu acho que é importante pontuar isso. Durante muito tempo, pra fazer uma entrevista, por exemplo, eu me preparava muito, lia tudo que eu podia ler. Isso foi mudando, porque, de certa forma, a gente acaba sempre tratando dos mesmos assuntos, eu tô há quatro anos no Sul21, então, muito do que eu trabalho acaba sendo temas que eu já trabalhei antes. Então, hoje, eu praticamente nem me preparo para fazer entrevistas mais. Claro, quando tem alguma coisa muito diferente tento dar uma lida, uma estudada, vou ver quem é – quando eu sei quem –, mas, muitas vezes, eu acabo indo e deu, por esse conhecimento prévio já*



*acumulado, normal, eu não vou ficar lendo o que eu já sei. Sempre começo buscando quem são as pessoas mais relevantes, os possíveis entrevistados, a lógica é pensar o que o leitor precisa saber sobre esse tema que eu acho relevante colocar, sabe. Claro, que, muitas vezes, é insuficiente, a gente não consegue, eu geralmente gravo as entrevistas e pergunto mais do que seria necessário, então eu acabo tendo muito mais informação do que é preciso pra aquela matéria, sabe. Eu acho que é a mesma coisa que todos os outros fazem, é apuração, pegar os pontos de vista diferentes, pegar o que algumas pessoas têm a dizer sobre aquilo e escrever. Não tem nenhum mistério no que a gente faz, a gente faz aquilo que a gente aprendeu na faculdade, que é apurar. A única diferença do Sul21 para os outros veículos na apuração é que a gente tem uma hierarquia de fontes diferente que os outros e tem uma preocupação em trazer uma explicação diferente dos outros veículos.*

Luís, inúmeras vezes, cita o papel da Universidade em sua formação, seja no trabalho, devido a uma leitura crítica da sociedade e até dos meios, como também na prática do jornalismo. Ele cita que foi imprescindível a fala de alguns professores em torno do conceito de imparcialidade e a discussão que se fazia depois, para que hoje ele tivesse um olhar mais aprofundado para o seu fazer.

Outro ponto que o jornalista, levanta lembrando-se de alguns aprendizados adquiridos na faculdade, é o fato de pensar que o jornalismo é político; segundo ele, essa consciência foi amadurecendo mais tarde, com as suas experiências no jornalismo e também fora dele. Ainda, com a experiência no Portal Terra, ele percebeu que é sempre um determinado “tipo de voz” que acaba tendo espaço, e que quando outras vozes aparecem são expostas como marginalizados; então, eu lhe perguntei para quem ele escrevia suas matérias no Sul21.

*Isso é uma dificuldade que a gente tem. Bom, a gente sabe que o leitor que a gente tem, em geral, é um pouco mais velho, com nível de escolaridade alto, isso, de certa forma, vicia – não quer dizer que eu não queira atingir todas as camadas da população – e o nosso leitor é de esquerda, isso sim, o nosso leitor é de esquerda, a maioria deles é de esquerda, ou pelo menos ligado com o funcionalismo, com os trabalhadores, com os sindicatos, enfim, tem essa conexão com segmentos que a gente atingi. Eu tô me enrolando pelo seguinte, eu gostaria de te dizer que eu tento ser o mais plural, mais amplo possível, quando eu sei que isso não é bem a verdade, sabe, porque só pelo fato de a gente fazer matérias aprofundadas e longas, eu sei que isso vai eliminar boa parte das pessoas que eu sei que não consomem esse tipo de conteúdo, porque normalmente não têm tempo.*

Nesse momento, Luís apontava para algo que talvez fosse um ideal seu – de falar para todos os públicos, conforme muito jornalistas nascidos nos anos 80 e que participaram da época de outro do jornalismo de massa idealizam. Talvez esse seja um ideal que a nova geração não almeje, até porque já nasceu em um mundo naturalizado como fragmentado, em que os grandes nomes da internet são os representantes de nichos, como a figura do *digital influencer* que muitas vezes fala de um único tema, seja ele maquiagem, games, time de futebol, entre outros.

A midiatização tem como um dos processos o fortalecimento de grupos de interesse, as chamadas bolhas, que fortalecem um jornalismo voltado para nichos da sociedade. E o Sul21 talvez se caracterize dessa forma, conforme nos aponta Luís:

*Acho que isso é importante no Sul21, a gente não nega que tem um posicionamento. E acho inclusive que a gente é muito honesto nesse sentido, ninguém vai ser enganado no Sul21. Inclusive, acho que é uma virtude nossa, porque a gente expõe a nossa parcialidade, digamos assim, e isso não tem nada a ver com fazer jornalismo opinativo porque a apuração com rigor técnico isso a gente tem tanto ou mais que os outros veículos. Para nós, quando a gente tá numa disputa entre funcionalismo e governo, ou trabalho e empregador, o nosso principal ponto de vista é do trabalhador, é do funcionalismo público, é o do porquê que o manifestante tá na rua. Não é nem o ponto de vista que a gente defende e, sim, o ponto de vista que a gente parte, a gente parte de um ponto de vista.*

Quando indagado sobre essa questão entre “ter um ponto de vista” e “partir de um ponto de vista”, Luís explica que na construção da pauta ele busca apurar e compreender o contexto daquilo, partindo de “lugar” e não focado no que ele vai encontrar com a apuração. Para explicitar melhor, Luís comenta que chegam pautas via WhatsApp, indicadas por fontes conhecidas; e, muitas vezes, após apurar, caso a informação não proceda, então, isso não se torna notícia.

Luís descreve a sua prática como um tipo de jornalismo que não mais se preocupa em explicitar neutralidade e, sim, uma versão do que ronda aquela notícia. Os princípios éticos que se apresentam são outros, norteados por essa ideia de “lugar de fala”; para ele, a ética jornalística está na clareza dessa posição.

*Acho que essa questão da apuração rigorosa é essencial, também acho que tem uma questão diferente no caso do Sul21, é que a gente tem uma responsabilidade em ter um certo posicionamento na sociedade, porque*

*as pessoas esperam da gente uma coisa, sabe. Tem que entender que as pessoas leem o Sul21 pra ter um posicionamento diferente do posicionamento da Zero Hora, a gente tem o compromisso de estar de um certo lado, é um compromisso ético de uma certa forma. Porque eu não posso pegar essa confiança que a pessoa depositou em mim, de que eu vou dar um posicionamento diferente daquilo que tá na mídia corporativa, e vou fazer o mesmo trabalho que eles fazem, sabe, eu não posso fazer isso. Então, eu vou fazer jornalismo, eu vou fazer o melhor jornalismo que eu puder, mas também tenho compromisso com esse posicionamento da sociedade que a gente tem, entende. Também é um compromisso ético de tentar dar oportunidade pra quem não tem, tentar cobrir aquela pauta que não interessa ao grande veículo, cobrir por um viés diferente, sabe, é pautar os direitos humanos acima do direito ao trânsito, sabe, é um tipo de contrato que tu faz, se eu to dizendo que eu tenho esse posicionamento, eu tenho algumas responsabilidades.*

O jornalista é claro na sua exposição de um compromisso ético voltado ao seu mercado discursivo, no sentido de que certo tipo de narrativa foi confiado ao veículo e este precisa corresponder a isso. Ainda, diferente do que se pensava há alguns anos, no Brasil, isso não quer dizer distorção e sim uma transparência dos compromissos assumidos pelo veículo com seu leitor.

Luís fala de um tipo de contrato, no sentido de que algo foi firmado de maneira tácita e cabe ao jornalista corresponder a essa expectativa. Perante essas afirmativas, pergunto-o sobre as principais dificuldades de trabalhar no Sul21:

*O maior desafio é a limitação técnica e financeira que a gente tem, por exemplo, a gente não pode ir para lugares muito longes porque a gente não tem carro; então, a gente vai a lugares que a gente pode se deslocar, não dá para fazer muitas coisas no interior. Tem uma limitação de equipe, daqui a pouco tu não pode fazer reportagem porque tu tens que estar de olho em outras coisas. Eu queria ficar um mês fazendo uma reportagem sobre uma coisa só, mas isso também ninguém pode, mas, enfim, tem uma limitação financeira e técnica que eu acho que é importante. Dentro de um veículo pequeno também acontece de com pouco recurso tu tentar fazer coisas diferentes, os Especiais que a gente faz mensalmente é massa – claro que se fosse na Zero Hora ia ter todo um mapa, gráficos vinte pessoas trabalhando –, mesmo com pouco recurso a gente consegue fazer boas coisas, isso muitas vezes nos leva a pensar mais no conteúdo e não tanto na balaca, no visual, né.*

Luís conta que os Especiais realizados pelo Sul21 servem como uma espécie de renovadores para a equipe, pois eles são realizados de forma coletiva, e cada um apura algo específico para ir, assim, construindo a reportagem de fato.

É aparente a satisfação do jornalista ao falar dos projetos desenvolvidos na editoria Especial, até como uma forma de aprendizado:

*Então, tu vai olhando e tu vai evoluindo, tem coisas que eu não faria, perguntaria diferente e tal, mas hoje, assim, tem 2 especiais muito massa que nós fizemos no Sul21 – teve mais, esses são muito massa –, o de Gentrificação e o da Mobilidade Urbana, no ano passado, que foi um trabalho gigantesco e muito legal, que foi um trabalho coletivo, o que é muito legal porque cada um faz uma parte e [no] final a gente junta tudo isso e fica muito massa.*

Luís não esconde sua alegria e satisfação em trabalhar na apuração, durante toda a entrevista ele deixou isso claro. Mesmo na escrita do seu livro reportagem sobre a ocupação Lanceiros Negros<sup>63</sup>, ele descreve o contato com os integrantes da ocupação e, ainda, todos os dias que passou conversando com o maior número possível de integrantes.

Para o jornalista, o processo mais importante do jornalismo é saber escutar, observar e conseguir perceber o que o entrevistado está salientando em sua história. Mas ele descreve que esse é um processo difícil.

*Acho que isso é a principal reflexão que eu faço, é uma pergunta que eu me faço “que direito a gente tem de contar a história de uma pessoa?”. Porque é bem isso, é exatamente esse o questionamento que eu me faço, a pessoa te conta toda a sua história e tu vai fazer a seleção do que é mais relevante, por onde começa. Sabe, eu acho isso muito difícil, é sempre um desafio de tentar, não apenas ser fiel, mas fiel também ao que a pessoa te contou. Eu tenho essa preocupação direta em como é que eu tô representando essa pessoa, como é que eu tô traduzindo o que ela me disse e é um temor. Eu não posso te dizer que existe uma resposta para a melhor forma, ou não, de fazer isso, eu raramente mando pra pessoa antes de publicar, quando eu tenho muito receio se o que eu tô dizendo é aquilo mesmo, eu mando para a pessoa, não pra ela escrever o texto comigo, não pra fazer essa coautoria, mas para que eu possa ser mais fiel ao que ela me relatou, sabe, porque tem gente que trabalha numa lógica assim: tá, tu me falou tudo isso, bom, agora, a autoria é minha e eu vou te pintar da forma que melhor me convém.*

Esse é talvez o cerne do jornalismo e, para Luís, um ponto de reflexão mesmo na prática cotidiana – a questão da entrevista/fontes. Essa é uma discussão de longa data no jornalismo, geradora de dilemas referentes à exposição do entrevistado, às expectativas geradas, à clareza por parte do jornalismo de como o

---

<sup>63</sup> <https://www.sul21.com.br/tag/ocupacao-lanceiros-negros/>

material será usado, entre muitas outras questões. Luís lembra uma entrevista que realizou no Sul21 em agosto de 2018 e conta a sua experiência e as suas dificuldades:

*O maior exemplo possível é a matéria que eu fiz com a Bárbara Hoelscher<sup>64</sup>, que é aquela menina, moça, mulher, enfim, que foi queimada pelo marido/namorado/companheiro. Essa matéria eu fiz uns dois anos atrás. Bom, ela me contou toda a história; nós ficamos umas duas horas conversando, a gente ia contar a história dela a partir do cara que tinha sido condenado, eu não me lembro direito dos detalhes, o que me chamou a atenção mesmo foi a conversa com ela. Eu me perguntava – como é que eu vou contar essa história? – isso não é a minha realidade, sabe. Eu, como homem, vou contar a história de uma mulher que apanhava do marido, que chegou num ponto tão absurdo que o cara botou fogo nela. Teve partes da gravação que se perdeu, então, eu escrevi muita coisa de cabeça e eu acho que isso até foi bom, na verdade, porque aí eu consegui meio que descrever aquilo que eu tava sentindo. Eu fui escrevendo meio que na hora, assim, na sequência, eu fui escrevendo meio que da percepção que eu tive, que ela me passou, mas é muito difícil, sabe. Essa menina gostou, falou que tava ok e tal, mas é muito a percepção que a pessoa te passa na hora, é tentar ser fiel a isso porque não tem como saber, não tem como eu ser um tradutor daquilo, é impossível, é absolutamente impossível, sabe.*

Conforme explicita Luís, o jornalismo é sempre uma profissão de riscos, de exposição; é preciso que o jornalista busque mecanismos éticos para enfrentar esses dilemas, frequentes no cotidiano da profissão. Nesse caso, os manuais ou, ainda, as normas técnicas não podem resolver, é apenas o jornalista naquela situação específica que vai delimitar a melhor conduta.

Em alguns casos, a saída encontrada não está nem de acordo com o que se entende por um bom jornalismo – como o fato de mandar o texto para o entrevistado ler. Para alguns jornalistas, essa pode ser uma atitude que menospreza a profissão, porém foi a saída que Luís encontrou para respeitar a história daquela personagem.

O Sul21 apresenta, principalmente, um mercado discursivo claro e uma necessidade de dialogar com esse público, reconhecendo como ética a responsabilidade assumida o leitor. Para os entrevistados do Sul21, o jornalismo serve a um público leitor e também é um compromisso ético explicitar para quem se fala e de onde se parte.

---

<sup>64</sup> <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2018/08/aconteceu-com-tatiane-com-barbara-e-vai-acontecer-de-novo-a-maria-da-penha-e-otima-mas-mal-aplicada/>

Abaixo, passaremos a descrever o Farol Jornalismo, que já em sua origem é criado para atender um público específico, o jornalista da redação. O veículo é pensado a partir de uma demanda sentida pelo idealizador, Moreno, ainda quando trabalhava na redação do Terra.

#### 4.4 Apresentação Farol Jornalismo

Desde 2014, a Newsletter Farol Jornalismo (NFJ) acompanha as transformações do campo jornalístico enviando semanalmente um boletim aos nossos assinantes. Ele chega toda sexta com um resumo crítico das principais discussões sobre a profissão.

Lançado em de fevereiro de 2014, o Farol Jornalismo nasceu com o intuito de ser um veículo voltado para jornalistas, que trabalhavam na redação e não tinham tempo de acompanhar o que estava acontecendo (mudanças) no mundo do jornalismo. Moreno, um dos idealizadores do projeto, conta que a ideia passou por muitas transformações, mas acabou sendo concretizada na iniciativa de criar uma curadoria voltada para as transformações do jornalismo.

A iniciativa funciona a partir de dois formatos: *newsletter* e *paywall*; o conteúdo da *newsletter* é enviado aos assinantes toda a sexta-feira, com análises breves e indicações de leitura. Já os apoiadores (pagantes) têm acesso a um conteúdo mais aprofundado, com traduções, análises mais detalhadas, relatórios e textos jornalísticos publicados em outros lugares do mundo.

A primeira edição da Newsletter, em julho de 2014, foi enviada a dezessete assinantes; e, em 2018; o número de assinantes chegou a quase 2 mil. Esse número foi aumentando e hoje a iniciativa aposta na sustentabilidade a partir do *paywall*.

O conteúdo da *newsletter* possui uma linguagem bem informal, conforme abaixo:

Buenas, moçada! Moreno de novo.  
Tô eu aqui abrindo a news, mas novamente vocês têm o privilégio de ler uma edição assinada pelos três editores. Além de mim, Livia e Marcela também contribuíram. Só que ao contrário da tradicional divisão de tópicos por autoria, decidimos apresentar a news em um texto único, embora ainda dividido em tópicos. Adotamos esse estilo à lá Meio porque achamos que a leitura flui melhor. Espero que vocês curtam - e quem sabe, por que não, identifiquem quem escreveu cada tópico a partir do estilo. ;)  
Vamos lá?

Abaixo dessa introdução a *newsletter* traz uma sequência, de links articulados por textos, descrevendo o que foi destaque na semana nas discussões sobre jornalismo e também apontando questões que devem ser tendência no mundo do trabalho jornalístico.

Já o site<sup>65</sup> possui um espaço para login dos apoiadores e, logo abaixo, um convite para assinar a *newsletter* (gratuita); o restante do conteúdo é destinado a apresentar as vantagens em apoiar a iniciativa. Os argumentos se distribuem em: acesso a uma curadoria sobre transformações do jornalismo; conteúdo que ajuda a estudar jornalismo e a preparar aulas; acesso a conteúdo local e global sobre a área jornalística; o site é referência para estudiosos e profissionais da área.

Figura 9 – Site Farol Jornalismo



Capturado pela autora

Abaixo o site apresenta os valores para apoiar o trabalho do Farol Jornalismo, que variam da seguinte forma: cinco reais mensais para que o NFJ siga em frente e de forma gratuita; dez reais mensais e seu nome aparece na *newsletter* semanal; quinze reais mensais e você tem acesso a conteúdos exclusivos, como entrevistas e análises; cinquenta reais mensais e você entra para o grupo de apoiadores que participa das decisões sobre os rumos do Farol Jornalismo. O pagamento se dá pelo

<sup>65</sup> <http://faroljornalismo.cc/blog/>

site Apoia.se<sup>66</sup>, um espaço de financiamento coletivo para projetos que buscam sustentabilidade.

Outro destaque na página é para referências no jornalismo, que apoiam o Farol Jornalismo, conforme imagem abaixo:

Figura 10 – Apoiadores Farol Jornalismo



Capturado pela autora

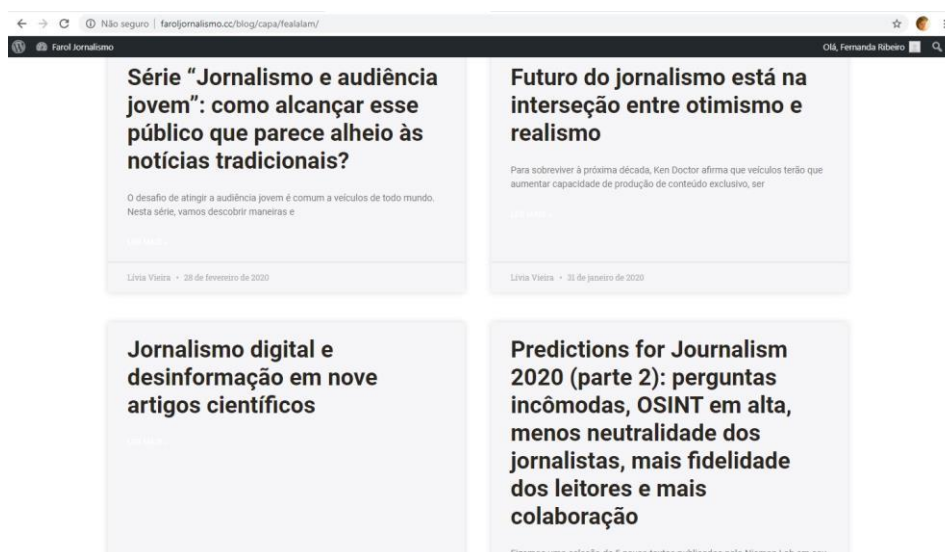
Além dos apoiadores acima, também aparecem jornalistas fundadores de iniciativas *online* no Brasil – como **Volt Data Lab**, **Jota** e **Azmina** –, essa é uma forma de explicitar o site como referência na área ao visitante da página. Tendo por intuito construir uma comunidade em torno do seu trabalho, de curadoria das transformações jornalísticas.

Já ao realizar login no site, temos acesso aos conteúdos disponibilizado em formato de lista, sem divisões por editorias; além disso, os conteúdos se distribuem em tendências, relatórios e análises. A periodicidade das publicações se relativiza em uma média semanal, algumas vezes um pouco menos, e visam sempre à cobertura do jornalismo e suas transformações.

<sup>66</sup> <https://apoia.se/faroljornalismo>



Figura 11 – Disposição das matérias Farol



Capturado pela autora

Para compreendermos um pouco desse veículo caracterizado a um público específico, fechado para assinantes e colaboradores, passaremos a descrever abaixo a nossa conversa com o idealizador do projeto – Moreno; no intuito de clarear ainda mais as suas dinâmicas e suas posturas éticas perante o jornalismo e o leitor.

#### 4.4.1 Moreno – Idealizador e editor

*Na verdade, eu sabia muito pouco da profissão, eu acabei entrando na profissão porque eu achei que era uma profissão que poderia me oferecer um conhecimento do mundo que era amplo, e por ser amplo não tão específico, mas principalmente por conseguir entender o mundo a partir de diversas formas possíveis; já que o jornalismo procura olhar para várias coisas.*

Moreno é formado em Jornalismo pela Unisinos, possui Especialização em Cinema pela mesma universidade, Mestrado em Comunicação Social pela PUCRS e Doutorado em Comunicação pela Unisinos. Trabalhou durante oito anos no site do Terra e hoje é professor de jornalismo na PUCRS.

Moreno conta que as primeiras ideias para criar uma iniciativa de curadoria de temas ligados às transformações do jornalismo ocorreram quando ele ainda trabalhava no Terra; pois percebeu que o veículo estava começando a demitir os funcionários – conforme a expressão usada pelo jornalista “enfim, né, senti que o

passaralho estava sobrevoando a redação” –, então, começou a pensar em um projeto de doutorado e a pesquisar o que estava acontecendo no jornalismo.

*Dentro da redação eu não sabia que isso [transformações no jornalismo] estava acontecendo, isso foi um dos motivos pelos quais o Farol nasce. Ele nasce com a percepção que eu tive, ali naquela época, de que quem trabalha na redação, o jornalista que trabalha em redação, principalmente redação online, mas eu acho que qualquer um, já que hoje qualquer redação é digital, trabalha tanto e tão intensamente que não consegue saber o que está acontecendo fora.*

O Farol Jornalismo é pensado para dialogar com esse jornalista que está submerso no universo da redação. Segundo o Moreno, esse profissional passa a viver apenas na “bolha” daquele espaço e suas percepções para fora dele, muitas vezes, são limitadas, devido à jornada e demanda de tarefas.

*E aí o Farol surge um pouco por causa disso, então eu sempre digo isso quando me perguntam – o Farol nasce e eu acho que ele ainda é: um contar sobre o jornalismo para quem não consegue acompanhar o jornalismo efetivamente. Então, a ideia que moveu assim o Farol era – tá, colega, tu tá explodindo na redação, tu trabalha muito, trabalha 10/12 horas por dia e tu não consegue saber o que tá acontecendo, mas tem um monte de coisas acontecendo e eu vou te contar – e aí não só a abordagem em relação ao que tá acontecendo no jornalismo, mas a linguagem do farol nasce daí.*

Para o idealizador do projeto era importante – perante as transformações que o jornalismo vivia, principalmente depois de 2013, não apenas no Brasil, mas no mundo – contar o que vinha acontecendo com o jornalismo para quem não conseguia acompanhar. E por isso nasce a ideia do formato de curadoria, para que este “contar” abrangesse outras manifestações, inclusive fora do Brasil.

O jornalista conta que, no momento que começou a pesquisar para a produção do projeto de doutorado, deparou-se com inúmeros artigos em inglês de questões que aqui ainda não discutíamos. As transformações que estavam ocorrendo lá fora já começavam a construir outras narrativas, e no Brasil ainda eram desconhecidas; assim, eu o indaguei sobre que transformações eram essas:

*A dimensão discursiva, a dimensão narrativa do jornalismo, né, a dimensão da sua necessidade de aproximação ou reaproximação com o público, a dimensão das inúmeras possibilidades de produto que a gente tem hoje, e aí a transformação do jornalismo, da notícia, do jornal*

*impresso que é também pensando de novo naquele formato entrevista/reportagem. O que é jornalismo? É uma notícia num jornal impresso ou é uma notícia na TV? Hoje a gente tem a maleabilidade do que é o jornalismo – inclusive isso é uma pergunta em aberto ainda, né – ele aparece em várias coisas diferentes, ele aparece no meu relógio, ele aparece no Whats, para não dizer Twitter porque isso já tá dado, né.*

O Farol surge para iluminar todas essas discussões ainda um pouco nebulosas, segundo Moreno, para conversar com jornalistas, mas também acadêmicos. Ele conta que a iniciativa seria também como um estudo e que percebeu que existia um nicho de pessoas que iriam se interessar por isso.

Começou a pensar então em um formato para construir o Farol Jornalismo; no início, chegou a pensar em produzir conteúdo próprio, porém percebeu que isso demandaria muito tempo e essa ideia se inviabilizou. A iniciativa de uma curadoria foi a que mais se adequou ao tempo que ele tinha disponível para a produção e ao seu projeto de visibilizar transformações do jornalismo.

*O nosso critério editorial é um critério bem subjetivo, assim, às vezes, vai de uma discussão que se impõe; às vezes, vai de uma discussão que é imposta pelo noticiário. Sei lá, por exemplo, idas e vindas do Facebook no jornalismo e anúncios megalomaniacos que aconteceu lá em 2015, por exemplo, bom, aquilo é uma discussão que tá rolando no mundo inteiro, né; bom, aí a gente faz uma curadoria sobre as discussões que tá rolando em relação àquele assunto. No mercado brasileiro aqui quando, sei lá, é lançada uma nova agência, uma nova iniciativa e aí é, claro, eu dependo um pouco dos subsídios de outras pessoas falando sobre aquilo. Como eu disse, é difícil de fazer aquela entrevista e reportagem, mas pega uma última pauta que se impôs: passalhos, ou lançamento de coisas no Brasil, ou ataques do Bolsonaro à imprensa. Enfim, tem essa dimensão de pautas que o noticiário impõe, mas outras são coisas, sei lá, algum artigo interessante, que fale sobre jornalismo de uma maneira geral, que fale sobre jornalismo. Não sei, é bem subjetivo, assim, e aí eu acho que entra um pouco, assim, textos que são mais fáceis de ler, sei lá –, tu pega um artigo de um britânico sobre a essência do jornalismo: “ah, muito legal”, só que eu não tenho como ler isso aqui – ou uma coisa bem de dicas e tal e aí isso aparece muito, esse cara aqui ele fez um podcast sobre jornalistas que tão cobrindo a crise dos refugiados “dá uma olhada”, e aí tu traz uma aspa do cara sobre como que ele fez o podcast, ou seja, uma reflexão sobre a prática jornalística dele. Então, tem um pouco de coisas que eu acho legal, coisas que eu acho importante e coisas que são possíveis de serem trazidas diante do tempo que a gente tem para fazer.*

Sendo assim, a curadoria é feita a partir de muitos princípios, seja uma demanda da própria mídia, dilemas que se impõem ao jornalismo, conteúdos de fácil

acesso ou entendimento. De fato, a curadoria serve como uma seleção do que o leitor deve ou necessita ler, serve como um “GPS” para que este possa se informar de forma prática e rápida, porém de acordo com o que o produtor considera importante.

Para isso, é preciso ter um conhecimento do perfil desse leitor, pois as demandas de um profissional de redação para um professor universitário podem ser até semelhantes, mas também podem ser muito divergentes. Sendo assim, indaguei para quem ele escrevia e se ele, de fato, sabia o perfil do leitor que acompanha e até apoia o Farol Jornalismo:

*E qual é o público do Farol, historicamente ele é bem, não sei se é bem dividido, mas ele é quase bem dividido entre pessoas de mercado, de redação e estudantes e professores de jornalismo, assim, então esse é o público. De uns tempos pra cá, o que a gente vem notando, e aí entra um pouco também de estratégia de, não digo de negócio, porque não é um negócio tal como a gente conhece também, tal como a gente entende, qual o público que a gente quer o que, que a gente gostaria de alcançar mais em função de como o farol foi se construindo ou qual o público foi se formando. Naturalmente tem uma tendência de ser mais utilizado por professores e pós-graduandos em jornalismo e comunicação.*

Moreno explica que esse perfil se caracteriza devido à seleção feita pela curadoria apresentar um caráter educacional, pois o que é entregue serve de um panorama do jornalismo. E esse trabalho de curadoria o editor explica que é também uma herança da sua experiência no Terra, principalmente na editoria de Mundo, em que basicamente o seu trabalho era traduzir e selecionar; assim, eu o indaguei para quem ele escrevia no Terra:

*O Terra tinha uma dinâmica bem diferente, porque era uma redação de site bem ano zero zero, assim, que tipo assim, tu escrevia muito pra ninguém, então a gente não sabia quem era o público do Terra, era um público muito amplo, né. Então, não tinha essa preocupação, e eu acho que isso é um comportamento meio sintomático do jornalismo digital, principalmente naquele momento porque tu tinha que produzir, produzir, produzir, produzir, produzir... e azar! O público só pensava nele como uma entidade abstrata, que dava clique, então o público, pra gente, era o cara que ia clicar na matéria, se ele tava lendo não interessava.*

Moreno aborda a questão de uma explosão da internet no jornalismo, em torno dos anos 2000, e o quanto naquele momento o jornalismo passou a explorar todas as possibilidades das novas tecnologias de forma indescritível. A própria

cultura do “caça clique” – citada por três dos cinco jornalistas entrevistados –, tudo isso mudou a forma de se fazer e de se pensar o jornalismo, inclusive a relação com o leitor.

A artificialidade imposta por essa cultura apresentou ao leitor um jornalismo de manchetes, no qual o importante era clicar e não ler o conteúdo contido ali. Hoje, vivemos um momento de inchaço da informação em todos os espaços, e o jornalista tenta encontrar o seu papel em meio a essa explosão de informação.

*Tem muito informação e de toda essa informação quem é esse cara, e que formação ele tem? Pra produzir algo que seja diferente disso tudo e que se destaque disso tudo, e que assuma uma importância, não sei se maior, mas diferente principalmente pro convívio social, do que essa informação típica de redes sociais. Eu acho que de alguma maneira conectado com aquela essência do que é o jornalismo, ali, a gente sabe o que a gente não é, pelo menos, embora às vezes a gente tenha dificuldade e às vezes as coisas se confundam um pouco. Pô, nós não somos post, informação que se vê em rede social, agora, às vezes, a gente acaba sendo por lapsos assim, né, só que essa percepção e essa consciência do que nós não somos e do que nós somos ou do que nós fazemos, ela depende de um retorno de quem nos consome, ou de quem nos lê, de quem nos ouve, não adianta nós sabermos quem nós somos e o que nós fazemos se as pessoas não sabem.*

Para Moreno, a atual situação do jornalismo também está vinculada, principalmente no Brasil, a um nível de educação no qual as pessoas, muitas vezes, têm dificuldades em compreender as diferenças entre opinião e informação. Ou seja, o editor questiona como qualificar o jornalismo sem uma educação midiática.

Essa é uma preocupação que se mostra imprescindível, já na era de ascensão da televisão, e que países como o Chile, por exemplo, buscaram através das TVs educacionais construir novas narrativas. O papel do jornalismo é informar, mas também se caracterizou por muito tempo como pedagogizante e hoje, talvez mais do que nunca, tenha que se fortalecer nesse sentido.

Moreno aponta para uma problemática imprescindível para pensarmos os possíveis caminhos éticos do jornalismo: como produzir um conteúdo aprofundado e qualificado se o leitor não se interessar por isso. Para o editor, é necessário que comecemos a explicar melhor para o leitor o que fazemos na prática jornalística:

*A gente precisa explicar para as pessoas que o que a gente faz e a maneira como a gente enxerga o mundo, constrói o mundo, é uma forma*

*diferente e que tem uma importância para a vida das pessoas, pra vida social das pessoas, para as cidades, e como que a gente comunica isso para as pessoas? Porque aí isso também é, de alguma maneira, jornalismo; fazer jornalismo para fazer as pessoas entenderem o que é jornalismo.*

Nesse momento, Moreno traz uma questão que é um jornalismo que constrói o mundo, e essa é uma questão rica para esta dissertação. Isto é, o jornalismo ainda é capaz de construir o mundo? E se sim, de que jornalismo estamos falando que ainda é capaz de construir o mundo. Assim, o indaguei sobre o que ele entendia por jornalismo hoje.

*Sim, tem várias dimensões imbricadas, bá, dá uma definição, assim, isso é muito difícil, pergunta de um milhão de dólares, assim, mas eu acho que vamos lá para o básico – eu acho que é uma forma de conhecer o mundo – e aí isso não sou eu que tô dizendo (estudiosos), eu acho que é uma forma de abordar ou de construir os acontecimentos do mundo, que tem uma determinada ética, uma determinada prática, e uma técnica, eu acho que jornalismo é isso. O que procurar a partir do fato inapreensível ou do acontecimento que é inapreensível, reconstruí-lo a partir de várias dimensões, gerando um conhecimento sobre esse fato, sobre esse acontecimento, e essa construção é feita a partir de uma ética, de uma técnica, e de uma prática, tudo isso apreendido e exercitado dentro de um curso superior, eu acho que, pra mim, o jornalismo é isso.*

É notável certo desconforto – não apenas no Moreno, mas em como ele se explicita – em falarmos o que é jornalismo; claro, essa é uma profissão que vem se transformando de forma galopante. Mas como poderemos explicar para a sociedade o que é jornalismo, se para os jornalistas essa questão não é clara.

Assim, o jornalista fez uma discussão básica, conforme prometido, porém, ainda assim, podemos discutir o fato inapreensível. Mas outro fato se mostrou de maior relevância no momento para esta dissertação: a construção jornalística feita a partir de uma ética, pois se esse jornalismo é uma forma de abordar os acontecimentos do mundo; de que ética jornalística estamos falando?

*Não apostar, ou não se debruçar, ou não ficar dependente, ou acreditar cegamente na isenção, assim. Então, a ética passa um pouco por isso, assim, isso eu acho que sempre foi uma discussão em aberto, mas agora isso tá muito evidente, assim, no sentido de que – teve uma discussão recente de um texto que a gente trouxe pra newsletter que a manchete o título era assim: “A gente deveria ser parte da briga?”, o jornalismo deveria ser parte, tomar parte? Porque isso sempre foi uma discussão da*

*ética jornalística, claro, sempre em cima do muro, olhando. E aí a gente deve mesmo, principalmente hoje, a gente deve mesmo? Eu particularmente acho que, mesmo que a gente queira, tem várias discussões filosóficas aí – mesmo que a gente queira ficar em cima do muro, a gente acaba não ficando porque mesmo que a gente queira tornar nosso discurso isento, ele sempre é embarcado por alguma ideologia, o negócio é ter consciência disso. Mas hoje me parece que a coisa tá clara, assim, se tem gente que tá dizendo que a terra é plana não dá pra ficar a favor dessas pessoas, e aí entra em toda uma discussão jornalística, por exemplo, da falsa equidade, ou de tu trazer os dois lados, é inadmissível hoje tu – embora tenha gente quase fazendo isso. Vou dar um exemplo didático no sentido de absurdo: trazer um terraplanista e um cientista para discutir na área de opinião da Zero Hora, para assuntos não tão absurdos, tá acontecendo isso, sabe, esse é um exemplo de um jornalismo que ainda tá tentando ficar em cima do muro, numa era em que a ética do jornalismo tá nos levando muito por um lado que tipo, meu, é de defesa dos fatos: “a terra é redonda”.*

Nesse sentido, Moreno traz uma ideia de ética que se desvincula da noção de isenção e de um jornalismo como se posiciona perante as questões sociais. Não apenas como um “observador imparcial”, mas como um agente social, que, para além de descrever o social, está inserido nele e nos possíveis desdobramentos que uma narrativa pode apresentar.

O princípio de ética defendido por Moreno aponta, de certa forma, para um jornalismo tentativo – “mesmo que a gente queira tornar nosso discurso isento” –, ou seja, o jornalista buscou uma isenção/neutralidade que talvez tenha escapado de sua prática. E esse é também um dos dilemas do jornalismo, nem sempre os erros podem ser revistos e corrigidos, alguns se perdem seja na internet, como também em arquivos de jornais e revistas; a partir disso, perguntei-lhe se na sua trajetória de jornalista há algo que ele jamais repetiria?

*Não sei se alguma coisa específica, mas também toda a minha trajetória no Terra ela é, e aí não é a minha, mas é de uma geração, jornadas de junho, é um marco pra muita coisa e também para isso, acho que o jornalismo ali tomou um choque, na sua dimensão narrativa e discursiva, porque as pessoas acordaram de fato pra um monte de merda que a gente tava fazendo. Então, essa cultura do clique ela guiou a minha trajetória jornalística durante toda a minha experiência dentro da redação do Terra, desde estagiário até editor, e ela é, na sua maioria das vezes, 100% condenável, é lixo. O foco na audiência, simplesmente na meta de audiência, algo que ainda existe, mas que hoje ela já tá um pouco mais abordada jornalisticamente. Mas antes era meta de venda, precisava bater o número de pageviews e cliques de usuários, não interessa como, sabe – aí é baixaria, às vezes literalmente, então, enfim, apelação*

*chamada sensacionalista, chamada apelativa, e isso que o Terra não era dos mais toscos, existia jornalismo bacana legal feito ali, não só na nossa editoria, tem muitas coisas das quais eu me orgulho, mas tem uma cobertura cotidiana que ela é muito condenável, assim, muito condenável.*

Moreno expõe a realidade de muitos jornalistas que passaram pelas redações de jornais web no início da década passada, uma vez que a internet ainda era um experimento muito novo e as possibilidades de financiamento começavam a se vincular as métricas do jornal. Com o tempo, esse foi se mostrando um modelo ineficiente a longo prazo, pois desconsiderava a qualidade e, assim, a credibilidade do veículo.

Conforme conta Moreno, a dinâmica era tão intensa que não havia espaço para esse profissional questionar o seu fazer, pois essas eram as redações que cresciam e que mais empregavam, devido ao impacto das novas tecnologias nas lógicas de publicidade.

*E aí entra todo aquele pensamento que se tu perguntasse isso pro Moreno de 2009: “meu, jornalisticamente, o que tu acha disso?”, eu ia, sabe, saindo da redação e pensando um pouco sobre essa prática, eu ia dizer: “meu, uma merda, mas é o que eu preciso fazer pra garantir meu emprego, pra bater a meta, porque o meu chefe pede”. Tem toda uma dinâmica de redação que a gente sabe muito bem. Mas naquele momento, na redação, eu tava achando: “bom eu tô cumprindo, eu sou o cara que tá cumprindo, eu sou um bom jornalista aqui, eu sou um bom editor, eu to batendo a minha meta, eu to cumprindo o que o capista pediu, que meu chefe pediu, eu tô conseguindo gerenciar minha equipe para dar conta dessa dinâmica”; e aí tudo isso tu tá dentro da redação, tu tá achando aquilo o máximo.*

Essa dinâmica mudou e hoje, conforme explicitado por Moreno, as métricas servem para conhecer, de certa forma, o perfil do leitor e a maneira que ele recebe os conteúdos publicados. Algumas mudanças ocorridas a partir das jornadas de junho, e de experiências focadas nas possibilidades *online* apontam para outro panorama.

Dessas transformações começam a surgir experiências que apontam para novas formas de ser no jornalismo e do jornalista. Vê-se, cada vez mais, iniciativas empenhadas com as possibilidades da *web* para o jornalismo, devido também à redução de custo que essa proporciona. Assim, as possibilidades de se pensar uma



iniciativa como uma prática ética, distinta da grande mídia, são cada vez maiores, conforme salienta Moreno.

*O nosso jornalismo tradicional aqui é elitista, não que ele deseje, se tu vai perguntar pra Zero Hora, Folha e Estadão eles querem conversar com todo mundo, agora, eles estão conectados e falam para as elites. Vamos combinar que é isso. Tem um jornalismo, e aí é o ponto que eu queria chegar, tem pessoas pensando, só que não tão cristalizando isso ainda, eu acho, seja academicamente... academicamente talvez um pouco mais, mas jornalisticamente muito pouco, quase nada, que estão procurando fazer esse jornalismo a partir das pessoas, do povo, das periferias, das minorias, sabe.*

Esse é o horizonte que Moreno aponta para o jornalismo, no qual estamos produzindo outras formas de contato. Iniciativas têm surgido, reinventando a forma de apurar o conceito de fontes “oficiais” e inclusive princípios éticos jornalísticos.

E, de certa forma, as três iniciativas aqui descritas nos mostram um pouco disso, de que podemos fazer diferente. Abaixo, passaremos a realizar a etapa de análises, pensando as peculiaridades e as similaridades dessas três experiências.

#### **4.5 Dimensões éticas**

Aqui apresentaremos uma descrição de motivações, princípios e valores éticos jornalísticos expostos nas entrevistas e no rastreamento das práticas profissionais das três experiências. Para que, assim, possamos fazer, posteriormente, uma análise comparativa das iniciativas Nonada – Jornalismo Travessia, Sul21 e Farol Jornalismo.

O Nonada apresenta três princípios éticos principais que parecem nortear a sua criação e manutenção: ética de si, ética tentativa e uma ética autorreflexiva. A primeira, caracterizada como uma ética de si, mostra-se como uma peculiaridade perante as outras experiências e se dá devido ao fato dessa iniciativa apresentar uma motivação impulsionada por uma experiência própria, ou seja, um lugar de refúgio e exercício de si como jornalista. Desde sua motivação de criação, até o fato do editor dizer que: “no Nonada eu escrevo para mim”, explicita uma ética mais voltada para si e menos para o leitor – não que este seja desconsiderado, mas o princípio ético norteador da prática parece estar voltado para o próprio jornalista. Nessa mesma perspectiva, podemos pensar a fala de Rafael Gloria – p. 93 –

referindo-se ao jornalismo como uma atividade que precisa ser sempre independente: “o Nonada é assim também, sempre teve essa pedra fundamental, até porque é um jornalismo independente, ‘nosso mesmo’, não tem empresa por trás”; nesse caso, parece que o idealizador e editor defende essa independência, em nome da preservação do jornal, como um espaço de uma ética de si.

Explicita-se também a postura ética tentativa, no sentido de se colocar na prática como um experimentador de travessias/aprendizado. Tal postura é exposta por meio de editoriais que pensam e questionam a própria prática – como no caso dos transcritos na página 81, já que a fala expõe as falhas na postura tentativa de corrigi-las. Essa postura de uma ética tentativa se mostra também na transformação da linha editorial, na forma como é contada e nas transcrições dos editoriais; buscando de forma tentativa um lugar de fala ético para contar a cultura, experimentando assim um jornalismo tentativo, conforme descrito na página 94: “jornalismo não se faz sozinho, se faz em conflito de ideias”.

Esse conflito, para o coletivo, é explicitado por uma postura ética autorreflexiva, na qual reflexões contínuas sobre o próprio fazer jornalístico passam a fazer parte da prática, assim, expondo para o leitor os perigos e os dascertos da própria prática jornalística, desconstruindo o véu da neutralidade imposto pela sociedade dos meios.

Na prática do coletivo Nonada, o jornalismo é discutido “a portas abertas”, as transformações são expostas para que o leitor compreenda que essa é uma travessia, portanto, exposta a riscos, os quais devem ser explicitados como parte de princípios de um fazer ético.

Já no Sul21 essas características se apresentam de forma mais institucionalizada, seguindo normas mais claras para realizar a tarefa de produzir jornalismo. Este busca, de forma clara, uma postura ética da responsabilidade com o seu mercado discursivo desde sua fundação, seja em editoriais que reafirmam o seu lugar de fala, como também na busca pelo leitor em outros espaços fora do site.

O próprio *Tá na rede* faz esse movimento de conversar com o que acontece fora do site, apropriando-se do que faz parte do “mundo” desse leitor, perante uma ética da responsabilidade junto ao mercado discursivo; o jornal busca trazer para as suas narrativas esses fatos, mantendo assim um diálogo com o seu leitor. Esse é um princípio ético que permeia toda a prática do Sul21, a responsabilidade com o seu mercado discursivo; conforme a fala do repórter Luís (p. 119): “a gente tem um

compromisso de estar de um certo lado, é um compromisso ético de uma certa forma”, esta explicita uma ética da responsabilidade em cumprir normas tácitas de um contrato de leitura firmado com o seu público.

Neste perfil de um jornal mais institucional, conforme dito acima, descortina-se também uma ética instrumental na busca de manter o caráter do jornalismo e dos próprios vínculos formais de trabalho. O que leva os integrantes da equipe a ter outra postura perante o jornal – comparação com os outros dois veículos –, pois este é prioridade no tempo dos jornalistas e o trabalho acaba por apresentar uma continuidade mais organizacional; com isso, quero dizer que há uma prioridade por uma ética do envolvimento desses profissionais, que reflete inclusive nos projetos que o veículo desenvolve, como o especial da Gentrificação.

Assim, é perceptível no veículo também a ética mediacional, que busca a representatividade perante um nicho da sociedade, que não mais se vê representada pela narrativa da grande mídia. Com isso, o Sul21 busca agir em um território de vácuo, caracterizado pela queda da confiança nos grandes veículos; assim, ele se posiciona e diz para esse público “temos lado”, “damos espaço para vozes que nunca foram ouvidas”, reconstruindo, desse modo, certo tipo de mediação com essa parcela da sociedade descrente com a grande mídia.

Já no Farol Jornalismo explicita-se uma ética curatorial e, assim, pedagogizante, no intuito de realizar a *newsletter* a partir da motivação de informar ao seu assinante aquilo que ele deveria saber, mas não tem tempo de pesquisar. Serve, nesse caso, como um cuidado com o leitor, relatando a ele o que é importante; uma tentativa de resgate – através de um jornalismo de nicho – de uma ética mediadora entre o leitor e o mundo no sentido de: “eu devo contar às pessoas o que acontece”.

Esse fator também aparece na fala de Moreno quando expõe que o jornalismo deve ensinar as pessoas “o que é jornalismo” e sobre “o que fazem os jornalistas”. Percebe-se, desta forma, a construção de um princípio ético de jornalismo pedagogizante, no intuito de que cabe ao jornalista educar, essa é também sua tarefa.

A narrativa utilizada nas *newsletters* apresenta também uma ética autorreferencial no sentido de explicitar o jornalista como um ator da notícia, colocando-se para esse leitor e dizendo quem é que produz esse material, através de marcas discursiva. Esse jornalista busca não mais se esconder através da

neutralidade e, sim, apresentar-se como alguém que fala com o leitor através de um princípio ético de autorreferencialidade.

Em outra dimensão, encontra-se também marcas de uma ética de um mercado discursivo, observando o seu leitor e sua necessidade, no intuito de estabelecer contrato de leitura, que se explicita na própria motivação de criação do veículo, voltado para um determinado público restrito e seletivo.

Nessas três iniciativas descritas podemos perceber peculiaridades de caráter ético motivacional e de valores. O Nonada apresenta como marca forte a ética de si, um refúgio para que os jornalistas possam escrever para si mesmo; já no caso do Sul21 a sua grande marca é a responsabilidade ética com o mercado discursivo – no qual outros princípios e valores éticos se ramificam –, buscando assim manter uma postura mediacional capaz de criar vínculos com os leitores; e no Farol Jornalismo, caracterizado principalmente por uma ética curatorial, essa ética mediacional do mercado discursivo também aparece, mas, nesse caso, vinculado a um caráter pedagogizante de mediar o que o leitor precisa saber sobre o que acontece no mundo do jornalismo.

#### **4.6 Inferências em torno do capítulo**

O rastreamento realizado no site e as entrevistas apresentadas sobre as três iniciativas tinham o propósito de perseguir o problema de pesquisa desta dissertação, que se qualifica da seguinte forma: como se manifestam aspectos e dimensões éticas em relatos e práticas jornalísticas no contexto da sociedade midiática e, especificamente, no Rio Grande do Sul? Por isso, tentou-se circular alguns temas que permeiam o vasto e subjetivo mundo da ética, por meio do rastreamento dos sites e nas entrevistas realizadas.

Foi necessário tomar muitos caminhos, inclusive nas entrevistas, para perceber como esses jornalistas compreendiam a ética na sua prática, muitas vezes, era necessário sair do tema para novamente abordá-lo. Nada mais natural, já que o jornalismo é uma profissão de exposição e o tema ético é tão delicado e subjetivo.

A primeira questão que chama atenção nas entrevistas é a formação superior destes jornalistas que se empenham em criar novas iniciativas de jornalismo. Fato que, embora descreva um olhar micro – três iniciativas dentro do universo de oitenta

e nove, levantado pelo Mapa do Jornalismo Independente –, aponta para uma formação superior de 100% dos entrevistados. Tal fato pode suceder um estudo maior para compreendê-lo de forma macro, porém como não era o objetivo dessa dissertação nos restringimos às três selecionadas.

As três iniciativas apresentam posturas éticas muito peculiares perante o leitor, duas delas trabalham com conteúdo aberto (Nonada e Sul21) e nem cogitam a hipótese de uma mudança e outra voltada para um nicho de jornalistas (Farol) mantém o seu conteúdo fechado. A iniciativa que mantém seu conteúdo fechado apresenta uma narrativa voltada para as novas tecnologias e as novas possibilidades na *web*, porém as outras duas buscam um tipo de jornalismo voltado para os direitos humanos.

Ainda nesse mesmo foco, a única iniciativa que conseguiu adquirir sustentabilidade é o Sul21, que, desde o início, propõe um jornalismo engajado com lado. Este hoje dispõe de uma sede e uma equipe remunerada trabalhando, mesmo faltando ainda alguns recursos.

O Nonada, que também mantém uma narrativa de pluralidade de vozes, ainda não consegue obter sustentabilidade, mesmo estando há dez anos no ar, tal como o Sul21. E a sua postura é a do veículo como refúgio para que jornalistas possam escrever pautas que lhes interessem, isto é, que eles tenham vontade.

Nesse sentido, nota-se que o Nonada funciona muito mais como um coletivo que usa das ferramentas da internet para um refúgio para eles mesmos. O que já não se repete no Sul21 e no Farol, embora com distinções, o primeiro já conseguiu tornar-se sustentável e o segundo, mesmo muito mais novo, busca formas de também alcançar a sustentabilidade.

No momento de qualificar para quem eles escrevem, nota-se esta característica: Rafael busca escrever para ele próprio; já o repórter do Sul21 busca o seu mercado discursivo; Moreno também busca direcionar o processo de curadoria para o seu público-alvo.

Quando classificamos a questão da ética em cada um dos veículos: o Nonada explicitou uma ética de si, de cuidado de si. No sentido de que as novas tecnologias facilitaram a possibilidades de jornalistas se experimentarem, e isso, não implica uma falta de “profissionalismo” e, sim, um cuidado baseado numa relação ética muito íntima consigo mesmo enquanto jornalista.

Assim como a questão da ética no Sul21 é clara, e os dois colaboradores apresentam uma fala alinhada – inclusive com o site – na questão do jornalismo colocado, com posição, disposto a mediar um mercado discursivo específico. Nesse caso, salienta-se a ética da responsabilidade ao contrato firmado com o leitor, e esses se sentem responsáveis por corresponder ao que deles é esperado.

Já no Farol esse movimento se dá a partir da ética curatorial pedagogizante, pois este busca seu leitor no intuito de informá-lo e prepará-lo para o que vem mudando no mundo do jornalismo. Com um caráter de organizar o tempo escasso do jornalista que trabalha na redação e vive mergulhado nesse mundo, sem tempo disponível para perceber o que acontece fora daquele espaço.

Assim, podemos perceber como as três iniciativas se relacionam com princípios e valores éticos jornalísticos. Ainda, como no seu cotidiano estas vêm buscando classificar suas práticas, seja consigo ou com seus leitores.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação foi realizada no âmbito de investigações que se voltam para a problemática da midiatização e teve como problema norteador do nosso foco: como se explicitam aspectos e dimensões éticas em relatos e práticas jornalísticas no contexto da sociedade midiatizada e, especificamente, no Rio Grande do Sul. Isto, especificamente, através de um estudo de casos múltiplos que envolvem três veículos jornalísticos – Nonada Jornalismo Travessia, Sul21 e Farol Jornalismo. Com base nesta problematização, destacaremos algumas inferências sobre as quais encontramos pistas ao longo da construção da análise, relacionado-a ao capítulo teórico.

A midiatização produz novas formas de ser no mundo e isso reflete no ser jornalista e nas suas posições éticas, se na sociedade dos meios compreendíamos o jornalismo como o grande mediador da sociedade, divulgador de “verdades” e sua prática ética era atrelada à objetividade técnica da notícia; a aproximação com os casos estudados mostra, que hoje, a concepção de ética é outra, vinculada a um caráter “real” do jornalismo e seus limites. Ou seja, as três iniciativas apresentadas, mesmo tratando a relação com o leitor de formas distintas, compreendem que a prática ética do jornalismo está vinculada à transparência de suas posições perante a sociedade e não de sua neutralidade.

Com a midiatização, fragmenta-se as possibilidades de posturas éticas do jornalismo, podendo elas serem: cuidado de si (Nonada), relativas ao mercado discursivo (Sul21) ou, ainda, curatorial (Farol Jornalismo). Porém, de certa forma, as três iniciativas apontam para uma nova forma ética de ser do jornalismo, e assim, dos jornalistas que não está mais caracterizado pela mediação social macro e sim por uma ação no social micro. Ou seja, uma postura ética que não esteja apenas vinculada a observadores e divulgadores do real globais e isentos e, sim, de agentes ativos que explicitam como se dá a sua visão do real.

Outro caráter que suscita diferenças de posturas perante a ética jornalística e também a relação com o leitor, é a sustentabilidade; para alguns, a midiatização proporciona uma prática livre do jornalismo, devido ao seu caráter de menor custo da produção. E isso, para esses jornalistas, fortalece o próprio jornalismo em si, que deve ser sempre “livre” no seu fazer.

Assim como as linhas editoriais também passam a ser cada vez mais fragmentadas, na busca de dar conta de uma mudança social de interesses por nichos. Desta forma, o jornalista não busca mais falar para muitos e, sim, para um público pequeno e fiel, que se engaja com as práticas do coletivo.

Portanto, a questão da ética jornalística, em um cenário de midiatização, no contexto estudado, explicita-se como fragmentada; ou seja, grandes princípios éticos deontológicos – como, por exemplo, o da objetividade da notícia – enfraquecem-se e novas formas éticas de pensar a prática jornalística passam a surgir. Essa pesquisa nos mostrou que a ética jornalística, no contexto atual de midiatização, passa por motivações muito mais micro, do que a motivação de mediar grandes públicos. Ou seja, veículos *online* emergentes no Rio Grande do Sul explicitam a ética para além da técnica jornalística, e sim, voltada para motivações emergentes nessa nova sociedade, como: ética de si, ética da responsabilidade com o mercado discursivo caracterizado pelas minorias e uma ética curatorial pedagogizante que passa a organizar os inúmeros acontecimentos que ocorrem de forma mais acelerada do que nunca.

O contexto indicado por GOMES e FAXINA (2016), da midiatização como uma nova forma de ser e viver em sociedade, reflete nos dilemas e nas motivações éticas desses veículos e, assim também, dos jornalistas envolvidos; no sentido de que é preciso compreender o momento atual e, de forma tentativa, construir práticas éticas que possam dialogar com essa sociedade.

Em um movimento hipotético, poderíamos pensar que um tempo maior para analisar e elaborar esta dissertação poderia apresentar outros elementos para pensarmos as transformações éticas jornalistas. Porém, o tempo cronológico de um mestrado não é o mesmo da elaboração mental, e, nesses momentos de pausa para a reflexão, o coelho novamente volta a aparecer nos dizendo: "Ai, ai! Vou chegar atrasado demais" e, assim, percebemos que precisamos seguir adiante com a escrita e sua finalização.

Ao longo desta pesquisa, alguns temas que se impuseram, de forma transversal, ficam em abertos – seja por fôlego, como também pelo recorte da própria pesquisa. Um deles se deve ao fato dos jornalistas apresentarem uma dificuldade em falar sobre o que é jornalismo, pode-se se saber o que ele não é, mas explicitar o que ele é parece um risco.



Para finalizar, acredito que esta pesquisa tenha suscitado, em mim mesma, um novo olhar para a questão da ética jornalística, menos binária talvez, pois o que percebemos é que tanto o jornalismo como a própria ética estão em constante transformações, assim como em consonância com processos sociais internos e externos ao jornalismo.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Claudio. A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- AMARAL, Luiz. A objetividade jornalística. Porto Alegre: Sagra, 1996.
- BARROS FILHO, Clóvis. Ética na comunicação. São Paulo: Summus, 2016.
- BECKER, Howard. Métodos de pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Hucitec, 1993.
- BOURDIEU, P. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Unesp, 2004.
- BOURDIEU, P. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Unesp, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. Sobre a televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BRAGA, José Luiz. Circuitos versus campos sociais. In: MATOS, Maria Ângela; JANOTTI JUNIOR, Jeder; JACKS, Nilda Aparecida. Mediação e Midiatização: Livro Compós 2012. Salvador/Brasília: UFBA/COMPÓS, 2012. p. 31-52.
- BRAGA, José Luiz. Dispositivos interacionais. In: ENCONTRO DA COMPÓS, 20., 2011, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: Compós, 2011, p. 1-15.
- BUCCI, Eugênio. Sobre ética e imprensa. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- CHRISTOFOLETTI, Rogério. A crise do jornalismo tem solução?. Barueri: Estão das letras e Cores, 2019.
- CHRISTOFOLETTI, Rogério. Ética no jornalismo. São Paulo: Contexto, 2008.
- CORNU, Daniel. Jornalismo e verdade: Para uma ética da informação. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- COSTA, Caio T. Ética, jornalismo e nova mídia: uma moral provisória. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- DEUZE, Mark; WITSCHGE, Tamara. Além do jornalismo. Leituras de jornalismo, v.2, n.4, p. 1-31, 2015.
- DEUZE, Mark; WITSCHGE, Tamara. O que o jornalismo está se tornando. Revista Parágrafo. v.4, n.2, p. 8-21, 2016.

FAUSTO NETO, Antônio (Org.). *Midiatização e Processos Sociais – aspectos metodológicos*. Santa Cruz: Edunisc, 2010.

FAUSTO NETO, Antonio. Fragmentos de uma analítica da midiatização. *Matrizes*, n. 2, 2008, p. 89-105.

FAUSTO NETO, Antônio. *Jornalismo: do chão da fábrica aos novos processos de redesenho da profissão na sociedade em vias de midiatização*. 2015. Disponível em <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ancora/article/view/24692>

FAUSTO NETO, Antônio. *Jornalismo: sensibilidade e complexidade*. Revista *Galáxia*, São Paulo, n. 18, p.17-30, dez. 2009.

FAUSTO NETO, Antonio. *Lula e a crise de 2008: fragmentos do discurso político analisador*. Revista *FAMECOS*, Porto Alegre, v. 18, p. 373-407, maio/ago. 2011.

FAXINA, Elson e GOMES Pedro G. *Midiatização: Um novo modo de ser e viver em sociedade*. São Paulo: Paulinas, 2016.

FIGARO, Roseli (Org.). *As mudanças no mundo do trabalho do jornalista*. São Paulo: Atlas, 2013.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

GOMES, Pedro Gilberto. *Dos Meios à Midiatização: um conceito em evolução*. São Leopoldo: UNISINOS, 2017.

GOMES, Pedro Gilberto. *Filosofia e ética da comunicação na midiatização da sociedade*. São Leopoldo: Unisinos, 2006.

GOODWIN, Eugene. *Procura-se ética no jornalismo*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1993.

KARAM, Francisco. *Jornalismo, ética e liberdade*. São Paulo: Summus, 1997.

JONAS, H. *O princípio responsabilidade: ensaios de uma ética para a civilização tecnológica*. RJ: Contraponto/Editora da PUC-Rio, 2006.

KOVACH, Bill e ROSENTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo*. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalismo na era virtual: ensaios sobre o colapso da razão ética*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

LUHMANN, Niklas. *A realidade dos meios de comunicação*. São Paulo: Ed. Paulus, 2005.

MALCOLM, Janet. *O jornalista e o assassino*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MARCONDES FILHO. *O princípio da razão durante. Por uma lógica dos processos em comunicação*. São Paulo: Filocom ECA/USP, 2009.

MARX, K. Liberdade de imprensa. L&PM. 2006.

MEDINA, Cremilda. Profissão jornalista: responsabilidade social. Rio de Janeiro: Ed. Forense – Universitária, 1982.

MESQUITA, Mário (2003) O Quarto Equívoco, O poder dos media na sociedade contemporânea, Coimbra: Minerva Coimbra, 2004.

NEVEU, Érik. Jornalistas no trabalho. In: Sociologia do Jornalismo. São Paulo: Loyola, 2006.

RAMONET, Ignacio. A explosão do jornalismo: das mídias de massa à massa de mídias. São Paulo: Publischer Brasil, 2012.

RESTON, James. Artilharia da imprensa. Rio de Janeiro: Laudes, 1968.

RODRIGUES, Adriano. Estratégias da Comunicação. Questão Comunicacional e Formas de Sociabilidade. Lisboa: Presença, 1990.

RODRIGUES, Adriano. Comunicação e Cultura. Lisboa: Ed. Presença, 1999.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo. Volume1. Florianópolis: Insular, 2005.

VERÓN, Eliseo. El cuerpo de las imágenes. Buenos Aires: Editorial Norma, 2001.

VERÓN, Eliseo. Fragmentos de um tecido. Editora Unisinos, 2003.

VERÓN, Eliseo. Teoria da midiatização: uma perspectiva semioantropológica e algumas de suas consequências. In: Revista Matrizes. São Paulo: volume 8, no 1, jan/jun de 2014.

Wilde, Oscar. A Alma do Homem Sob o Socialismo. Coleção L&PM Pocket, vol. 312, 2003.

YIN. R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3 ed., Porto Alegre: Bookman, 2005.